

PROCESSOS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO DA
ARQUITETURA MODERNA EM
UBERLÂNDIA:

Desafios e perspectivas.

Dissertação de mestrado de
Matheus Pires Silveira



Matheus Pires Silveira

PROCESSOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM UBERLÂNDIA: desafios e perspectivas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU – da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design – FAUeD – da Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG – como requisito principal para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo

Linha de pesquisa: Arquitetura e Cidade: Teoria, História e Conservação.

Orientadora: Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale

Uberlândia – MG

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Mestrado acadêmico
FAUeD – Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Design

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr (a): Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale Instituição: UFU
Julgamento: APROVADO Data: 7/12/2020

Prof. Dr (a): Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro Instituição: UFU
Julgamento: APROVADO Data: 7/12/2020

Prof. Dr (a): Mônica Junqueira de Camargo Instituição: USP
Julgamento: APROVADO Data: 7/12/2020

Uberlândia – MG

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S587p
2020 Silveira, Matheus Pires, 1993-
Processos da patrimonialização da arquitetura moderna em
Uberlândia [recurso eletrônico] : desafios e perspectivas / Matheus Pires
Silveira. - 2020.

Orientadora: Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6016>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. I. Vale, Marília Maria Brasileiro Teixeira, 1956-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Rejâne Maria da Silva (Bibliotecária) – CRB6/1925

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de olhar para trás e ver o caminho percorrido, de acertar os pontos, alinhar as ideias e reconhecer que nada se faz sozinho, principalmente pelos difíceis momentos que passamos durante a produção deste trabalho.

Quando olho minha trajetória, vejo quão afortunado eu fui e tenho sido e como essa trajetória se fez mais leve pela contribuição das pessoas que tenho o prazer de agradecer.

À minha família, essa não somente feita pelo laço de sangue, agradeço pelo carinho e paciência nos momentos de ansiedade e descontrole, sem vocês nada seria possível, vocês foram o meu maior combustível para seguir em frente ao acreditar na minha capacidade quando eu mesmo já não acreditava tanto. Como já mencionei, sou uma pessoa afortunada, pois sou rodeado de muitas pessoas do bem, as quais chamo de família. No entanto gostaria de agradecer especialmente ao meu esposo Vinicius Sanchez, que passou ao meu lado os altos e baixos, aguentou a barra e sempre me deu suporte; à minha mãe, Maria Madalena, que é e sempre será meu maior exemplo de força, resiliência e superação.

Aos meus amigos, esses agradeço separadamente por grupos, pois eles são muitos e cada um exerceu um papel fundamental nessa trajetória. Primeiramente, agradeço aos que me foram presenteados pelo mestrado. Esses que estiveram sempre à disposição em ajudar quando foi preciso e que ofereceram um ombro amigo quando o desespero batia; em especial, gostaria de agradecer pelo carinho e pelo suporte os queridos Agabo Carvalho, Larissa Riza e Beatriz Sayure.

Somados aos amigos obtidos durante a pesquisa, o grupo de profissionais que trabalham na Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, desempenharam um papel fundamental na realização desse trabalho, estando sempre disponíveis e empenhados em esclarecer minhas possíveis dúvidas e obter informações. Dentre essas pessoas, agradeço especialmente a Thais Tormin Porto Arantes e Valeria Maria Queiroz Cavalcante, que estiveram presentes mesmo antes desse sonho ser possível. Por fim, gostaria de agradecer muito à Professora Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale, a quem devo a possibilidade de conclusão deste trabalho. Marília não foi somente minha orientadora, ela foi e continua sendo um exemplo de profissional, pesquisadora e amante do que faz; sem essa determinação e fibra, nada disso seria

possível. Desse modo reforço o quanto sou grato por suas broncas, por seu trabalho minucioso e principalmente por não ter desistido de mim. Seu exemplo ficará marcado no percurso que caminhamos juntos e nesse novo percurso que se inicia.

Meu muito obrigado às pessoas que fizeram parte dessa caminhada, que compartilham comigo o amor e a difícil batalha que é a preservação do nosso patrimônio cultural e que trabalham sem o devido reconhecimento, em prol de um bem maior que é nossa cultura, nossas raízes e nossa história.

RESUMO

Este trabalho tem como interesse principal analisar os processos de identificação, reconhecimento, valoração e proteção dos bens arquitetônicos modernos na cidade mineira de Uberlândia. Introduzida no contexto local a partir da década de 1950, a produção moderna consolidou-se nas décadas seguintes – período em que a cidade vivenciou um importante crescimento econômico, populacional e urbano - vinculando-se aos ideais de desenvolvimento e progresso buscados pelas elites locais. O estudo toma como principais materiais de pesquisa os inventários do patrimônio cultural (IPAC's), os dossiês e os processos administrativos de tombamentos bem como a legislação de proteção do patrimônio cultural do município e a atuação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Artístico e cultural de Uberlândia (COMPHAC). Através da análise e problematização desse material e de seu cotejamento com as políticas preservacionistas estimuladas pelos órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal, busca-se identificar os agentes, compreender as motivações, os critérios e as justificativas para as ações de identificação, seleção e atribuição de valores; elucidar os conflitos e disputas nos processos de tombamentos, assim como a eficiência (ou ineficiência) da legislação nas ações de conservação. Desta forma pretende-se contribuir para o aprofundamento da compreensão de como o acervo arquitetônico moderno tem sido reconhecido e protegido e os desafios para sua efetiva conservação.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna. Preservação. Patrimonialização. Legislação. Conselho Municipal.

RESUMÉ

Ce travail a comme intérêt principal d'analyser les processus d'identification, reconnaissance, valorisation et protection des biens modernes de la ville d'Uberlândia. Introduit dans le contexte local à partir de la décennie de 1950, la production moderne a consolidé dans les décennies suivantes- périodes où la ville a vécu un important développement économique, populatoire et urbain- en attachant aux idéaux de développement et progrès cherché par l'élite locale. L'étude a comme principaux matériaux de recherches les inventaires du patrimoine culturel, les dossiers et les processus administratifs d'inscription patrimonial comme ainsi la législation de protection du patrimoine culturel de la ville du conseil municipal de patrimoine historique artistique et culturel d'Uberlândia par l'analyse et problématique de ces matériaux et son approche avec les politiques preservationniste stimulée par les organismes municipaux, nous cherchons identifier les agents, et comprendre les motivations, les critères justificatifs pour les actions d'identification d'inscriptions patrimoniales, bien comme l'efficacité de la législation dans les actions de conservation. De cette façon nous prétendons contribuer pour l'approfondissement de la comparaison de comment cette collection moderne viens d'être reconnue, protégée et aussi les défis pour son effectif conservation.

Mots clés: Architecture Moderne. Preservation. Legislation. Conseil Municipal.

ABSTRACT

This work has as main interest to analyze the processes of identification, recognition, valuation and protection of modern architectural properties in the city of Uberlândia, Minas Gerais. Introduced in the local context from the 1950s, modern production was consolidated in the following decades - a period in which the city experienced important economic, population and urban growth - linked to the ideals of development and progress sought by local elites. This study has taken as main research materials the inventories of cultural heritage (IPAC's), dossiers and administrative processes as well as the legislation for protection of the city's cultural heritage and interaction with the Cultural and Artistic Historical Heritage City's Council (COMPHAC). Through the analysis and problematization of this material and its comparison with the preservationist policies stimulated by government agencies, it seeks to identify the agents, understand the motivations, criteria and justifications for the actions of identification, selection and attribution of values; elucidate conflicts and disputes in the processes of making an asset as historical heritage, as well as the efficiency (or inefficiency) of legislation in conservation actions. In this way it is intended to contribute in deepening the comprehension of how the modern architectural collection has been recognized and protected and the challenges for its effective conservation.

Key words: Modern Architecture. Preservation. Patrimonialization. Legislation. Municipal Council.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fotografia da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião, primeira Matriz de Uberlândia, século XIX.

Figura 02 - Região central de Uberlândia, com destaque para as áreas analisadas: 1- áreas percorridas na região central, onde marcação em roxo corresponde a Avenida Getúlio Vargas, o amarelo a Avenida João Pinheiro e o laranja corresponde a Avenida Nicomedes Alves dos Santos.

Figura 3 - Trajeto percorrido na avenida Getúlio Vargas.

Figuras 4, 5 e 6 - Imóveis com características modernas localizados na Avenida Getúlio Vargas, descaracterizados para se tornarem comércio. Data de construção e autoria do projeto não identificados.

Figuras 7, 8 e 9 - Imóveis localizados na Avenida Getúlio Vargas, que conservam seu uso residencial original.

Figuras 10, 11 e 12 - Imóveis localizados na Avenida Getúlio Vargas, utilizados para prestação de serviço.

Figuras 13, 14, 15 e 16 - Imóveis modernos em escalas diversas, que usufruíram de diferentes recursos financeiros e escalas projetuais várias.

Figura 17 - Acesso ao Ginásio do UTC, entrada pela Avenida Getúlio Vargas.

Figura 18 - Casarios da Avenida João Pinheiro na década de 1950.

Figura 19 - Trajeto percorrido na Avenida João Pinheiro.

Figuras 20 e 21 - Imagens dos bens modernos residenciais na Avenida João Pinheiro.

Figuras 22, 23 e 24 - Imóveis modernos descaracterizados com elementos publicitários na Avenida João Pinheiro.

Figura 25 - Edifício localizado na Avenida João Pinheiro número 74.

Figura 26 - Vista área parcial da Praça Adolfo Fonseca, observando-se o supermercado Bretas à direita.

Figura 27 - Trajeto percorrido nos bairros Fundinho e Lídice.

Figura 28 - Conjunto de casas modernas na Avenida Nicomedes Alves dos Santos.

Figuras 29, 30, 31 e 32 - Residências modernas na Rua John Carneiro.

Figura 33 - Fachada da atual CMR voltada para a Avenida Cesário Alvim, em que se destaca a projeção das aberturas com brise soleil do edifício.

Figura 34 - Edifício Tubal Vilela visto do cruzamento entre a Rua Olegário Maciel e a Avenida Afonso Pena.

Figura 35 - Edifício Itacolomy visto da Avenida Cesário Alvim, localizado no cruzamento da Avenida Cesário Alvim com a Avenida Santos Dummont.

Figura 36 - Elevação frontal do Colégio Bueno Brandão, voltada para a Praça Tubal Vilela.

Figura 37 - Entrada principal do Uberlândia Clube, elevação voltada para a Rua Santos Dummont.

Figura 38 - Detalhes do vitral presente na elevação voltada para a Rua Santos Dumont.

Figuras 39 e 40 - Painéis em mosaico no hall de entrada e no terraço jardim, respectivamente.

Figura 41 - Vista aérea da Praça Tubal Vilela.

Figura 42- Estação Ferroviária de Uberlândia, na década de 1970, projeto de Oswaldo Bratke.

Figura 43 - Vista externa da elevação do antigo Fórum Abelardo Penna voltada para a Avenida João Naves de Ávila, observando-se os elementos estruturais, o vão livre e as empenas em concreto armado.

Figura 44 - Fachada voltada para a Praça da Bíblia, área de desembarque.

Figura 45 - Acesso à nave e ao altar.

Figura 46 - Exemplo de ficha de inventário realizada na década de 1980.

Figura 47 - Casarão localizado na Rua Bernardo Guimarães com Rua Virgílio Dantas. Inventário da década de 1980.

Figura 48 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Miraporanga (1850 - 1852).

Figuras 49 - Conjunto da Praça Clarimundo Carneiro - projeto: Cipriano Del Fávero (1917).

Figura 50 - Casa da Cultura, construída por Américo Zardo – (1920 - 1924).

Figura 51 - Oficina Cultural, projeto: Cipriano Del Fávero – (1929).

Figura 52 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário – idealizador: Cicero Macedo (1928 - 1931).

Figura 53 - Praça Tubal Vilela, (1962).

Figura 54 - Projeto Natal Luz, Praça Tubal Vilela, (2019).

Figura 55 - Manifestações FORA BOLSONARO, (2020).

Figura 56 - Elevação Frontal do Uberlândia Clube.

Figura 57 - Vista interior da elevação frontal, destacando-se o painel de vidro.

Figura 58 - Vista interna de um dos salões de baile.

Figura 59 - Baile em meados de 1960.

Figura 60 - Elevação frontal da Residência Migliorini.

Figura 61 - Estado da Residência Migliorini após a “reforma” aprovada pela Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Figura 62 - Cruzamento da Avenida Floriano Peixoto esquina com Avenida João Naves de Ávila em que é possível notar a dificuldade de tráfego na região central propiciada pela passagem dos trens.

Figura 63 - Vista da plataforma de embarque da Estação Ferroviária.

LISTA DE TABELAS

01 - Instituições representadas no COMPHAC: públicas, privadas e da comunidade em 1987, sendo enviado um representante por instituição.

02 - Instituições representadas no COMPHAC: públicas, privadas e da comunidade em 2020, de acordo com o estatuto.

LISTA DE MAPAS

- 01** - Projeto de expansão de Uberlândia(1915).
- 02** - Bens modernos identificados na Avenida Getúlio Vargas.
- 03** - Bens modernos identificados na Avenida João Pinheiro.
- 04** - Bens modernos identificados no trajeto de número 3 - bairros Fundinho e Vila Pova, onde foram encontrados edifícios modernos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AULA** – Academia Uberlandense de Letras e Artes
- AICA** – Artes Integradas do Camaru
- CAU** – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
- CDHIS** – Centro de Documentação e Pesquisa em História
- CEC** – Centro de Entidades Comunitárias
- CEMIG** – Companhia Energética de Minas Gerais
- COMPHAC** – Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia
- CONEP** – Conselho Estadual do Patrimônio Cultural
- CREA** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
- CRM** – Conselho Regional de Medicina
- DCE** – Diretório Central dos Estudantes
- SMPH** – Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico
- DOCOMOMO** – International Working Party for Documents and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Monuments
- EABH** – Escola de Arquitetura de Belo Horizonte
- FAUeD** – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design
- FEPASA** – Ferrovia Paulista S/A
- FCA** – Ferrovia Centro Atlântica
- ICOMOS** – International Council on Monuments and Sites
- IAB** – Instituto dos Arquitetos do Brasil
- ICMS** – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
- IEPHA MG** – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico de Minas Gerais
- IPAC** – Plano de Inventário de Patrimônio Cultural
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano
- MG** - Minas Gerais
- MONUVA** – Movimento Negro de Uberlândia Visão Aberta
- NUTHAU** – Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo
- OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil
- PGM** – Procuradoria Geral do Município
- PMDB** – Partido do Movimento Democrático do Brasil

PMU – Prefeitura Municipal de Uberlândia
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
SMC – Secretaria Municipal de Cultura
SMDET – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
UESU – União dos Estudantes Secundários de Uberlândia
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.
UNB – Universidade de Brasília
UTC – Uberlândia Tênis Clube
VAL – Valor Adicional Fiscal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – UBERLÂNDIA: DO PROCESSO DE FORMAÇÃO ATÉ OS TEMPOS DA MODERNIDADE	24
1.1 Uberlândia em seu período de formação	24
1.2 Arquitetura moderna no Brasil	28
1.3 Uberlândia Moderna	30
CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO EM UBERLÂNDIA	71
2.1 Contexto social e histórico da criação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (COMPHAC) e sua primeira gestão.	75
2.2 A lei Robin Hood e a retomada das atividades do COMPHAC	84
2.3 A atuação do COMPHAC na última década, 2010-2020	91
2.4 A atuação da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura	98
CAPÍTULO 3 – APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA MODERNA	100
3.1 Os inventários do patrimônio arquitetônico e urbanístico realizados em Uberlândia	103
3.2 Os processos de tombamento em Uberlândia e a proteção dos bens arquitetônicos e urbanísticos modernos	109
3.2.1 Processo de tombamento da Praça Tubal Vilela	113
3.2.2 Processo de tombamento da Sociedade Recreativa Uberlândia Clube	118
3.2.3 Processos de tombamentos infrutuosos: a Estação Ferroviária e a Residência Migliorini	124
3.3 Análise das ferramentas de preservação sobre a produção moderna em Uberlândia	132
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO AV. GETÚLIO VARGAS	144
APÊNDICE B – LEVANTAMENTO AV. JOÃO PINHEIRO	150
APÊNDICE C – LEVANTAMENTO AV. NICOMEDES ALVES DOS SANTOS	153
POR QUE MUDOU A ESCALA DO DESENHO?	153

APENDICE D – LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA	158
APENDICE E – LISTA DOS BENS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS	
TOMBADOS EM UBERLÂNDIA.....	163
GESTÃO 1987-1989 (16 MEMBROS)	165
GESTÃO 1989-1993 – (21 MEMBROS)	165
GESTÃO 1993-1996 (14 MEMBROS)	166
GESTÃO 1996 (9 MEMBROS).....	167
GESTÃO 2000-2001 (28 MEMBROS)	167
GESTÃO 2001-2002 (20 MEMBROS)	168
GESTÃO 2003-2004 (27 MEMBROS)	169
GESTÃO 2004-2006 (28 MEMBROS)	170
GESTÃO 2006-2008 (28 MEMBROS)	170
GESTÃO 2008-2010 (44 MEMBROS)	172
GESTÃO 2012-2014 (30 MEMBROS)	173
GESTÃO 2014-2016 (33 MEMBROS)	174
GESTÃO 2017-2019 (36 MEMBROS)	176

INTRODUÇÃO

A pesquisa partiu do questionamento sobre as políticas de preservação da Arquitetura Moderna e sua aplicabilidade, com enfoque na cidade de Uberlândia (MG). Conforme afirma Carvalho (2005), o movimento moderno é uma das manifestações mais significativas do século XX, tanto na arquitetura quanto no urbanismo. A produção moderna teve seus ápices de produção influenciada por questões políticas e econômicas variando ao redor no mundo, na Europa por exemplo teve seu período de maior difusão entre as décadas de 1920 e 1930, permeada pela primeira guerra mundial (CARVALHO, 2005). De modo geral, quando analisado um bem em específico ou mesmo um conjunto, seu reconhecimento e valor enquanto patrimônio cultural é normalmente decorrente de uma análise crítica baseada na sua história, para a qual a projeção temporal tem papel fundamental (CARVALHO, 2005).

Com base na temporalidade, a Arquitetura Moderna, quando considerada digna de preservação, esbarra na questão do distanciamento histórico somado ao acelerado processo de modificações da sociedade atual. Desse modo, a preocupação com a preservação teve início na década de 1980, marcada pela reunião ocorrida em Paris no ano de 1985, promovida pelo ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*, com a participação de profissionais ligados a área de preservação do patrimônio cultural (CARVALHO, 2005).

Na década seguinte, 1990, a reunião ocorrida em Barcelona, organizada pelo Conselho da Europa, propunha políticas específicas de proteção para a herança arquitetônica do século XX, que foram aprovadas em 1991 pela Recomendação R(91) do Conselho da Europa. Em paralelo ao Conselho da Europa e ao ICOMOS, Carvalho (2005) destaca que o crescimento do alto grau de degradação de alguns dos principais ícones da modernidade na Europa, motivaram pesquisas e trabalhos voltados para questões históricas e também para a identificação das soluções técnicas construtivas presentes nos edifícios modernos, bem como de sua preservação.

Com objetivos semelhantes, destaca-se também o DOCOMOMO – *International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Monuments* - uma organização criada em 1990 exclusivamente para tratar questões da preservação do legado do movimento moderno. Reconhecidos pelos trabalhos desempenhados, tanto o ICOMOS quanto o

DOCOMOMO passaram a contar com o apoio da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, ampliando as ações de preservação e identificação da Arquitetura Moderna enquanto patrimônio cultural.

No Brasil, as primeiras ações em prol da proteção da produção moderna aconteceram de maneira isolada, tendo como principais estimuladores de sua preservação os principais nomes difusores do modernismo brasileiro que ocupavam importantes cargos na instituição federal de preservação patrimonial (o IPHAN) de modo a eternizarem e consolidarem sua própria produção, por entendê-la como expoentes de uma era (MARTINS, 2014).

Quando voltamos para o contexto local – a cidade Uberlândia – buscando compreender sua realidade, foi preciso traçar um panorama geral de sua história e compreender o processo de difusão e consolidação da Arquitetura Moderna, bem como conhecer os agentes responsáveis pela preservação dos bens patrimoniais municipais.

Ainda que sua formação tenha se iniciado no século XIX, Uberlândia começou a se desenvolver de maneira significativa, tanto economicamente quanto territorialmente no início do século XX, devido a três fatos históricos principais. O primeiro deles ocorreu na década de 1940 quando a cidade passou a fazer parte do cenário comercial nacional através do suporte dado para a construção da capital goiana no início da década de 1930.

Após fornecer insumos e mão de obra para a construção de Goiânia, na década de 1950, foi a vez de Brasília de usufruir dos serviços e dos materiais fornecidos por Uberlândia. A construção das duas capitais e a localização estratégica na qual se encontra a cidade fizeram com que as décadas de 1950, 1960 e 1970 fossem fundamentais para a consolidação econômica e estratégica no contexto nacional.

Embora Uberlândia tenha suas raízes no passado bandeirantista e extrativista, a cidade, bem como sua população, agarram-se ao tema trazido na ideia da construção de Brasília; os uberlandenses se apossaram dos conceitos de progresso e desenvolvimento para alicerçar a imagem da cidade, que se pautava na modernidade.

Somado ao crescimento econômico, esse período marcou um importante processo de expansão e renovação da paisagem urbana e, para isso, foi escolhida a estética empregada na construção da capital federal. Desse modo a renovação da

imagem da cidade se apropriou dos conceitos modernos difundidos amplamente no Brasil das décadas de 1950 e 1960.

Eram comuns os ataques às construções que remetiam ao passado de ocupação da região do Triângulo Mineiro, incentivando que a cidade se apropriasse da estética moderna como forma de construir uma nova identidade que melhor se relacionasse com os interesses e a personalidade atuais de seu povo.

O processo de modernização de Uberlândia, promovido pelos agentes locais da cidade, foi o ponto de partida para esse trabalho de pesquisa, somado à importância da Arquitetura Moderna para o município. Alertou-se para a forma com que a cidade tratou e continua tratando a sua história e cultura, tendo como base suas instituições e ferramentas de proteção e preservação de sua produção arquitetônica e urbanística.

Quando somadas as duas bases de interesse para a elaboração da pesquisa, chegou-se a um objetivo principal: reconhecer a importância da arquitetura moderna em Uberlândia e discutir os processos de sua proteção e preservação, pautados nas ferramentas utilizadas pelo município bem como por seus agentes.

Buscou-se no primeiro capítulo, intitulado “Uberlândia: seu processo de formação até os tempos da modernidade”, ainda que brevemente, refletir sobre a formação da cidade, o cenário da Arquitetura Moderna no Brasil e, por fim, o reconhecimento da produção moderna no município.

Compreendeu-se que era imprescindível o conhecimento e o reconhecimento da produção moderna de Uberlândia, bem como seu processo de formação e os agentes responsáveis pela introdução da Arquitetura Moderna no cenário uberlandense. Para isso foram utilizados como principal fonte bibliográfica os trabalhos desenvolvidos por parte do corpo docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que vem pesquisando os principais nomes da Arquitetura Moderna local e o processo de difusão dessa arquitetura na cidade e região.

A partir dos estudos em fontes primárias e nos trabalhos acadêmicos já desenvolvidos, entendeu-se a necessidade de expandir a experiência *in loco*, através de uma pesquisa exploratória. Desse modo, o segundo passo foi o de reconhecer essa produção moderna no contexto urbano atual, analisando além das características construtivas dos bens encontrados, o contexto econômico e social ao qual esses edifícios foram submetidos e que potencializaram o processo de sua descaracterização e desaparecimento.

O segundo capítulo intitulado “Políticas de preservação na cidade de Uberlândia” abordou principalmente a legislação municipal de proteção do patrimônio cultural e a atuação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC). Nesse capítulo, a atuação do Conselho ficou dividida em três fases: a fase delas considera o período em que foi criado até a interrupção de suas atividades no final da década de 1980; a segunda fase analisa a sua reabertura incentivada pelas políticas do governo estadual e, por fim, a terceira fase que se refere à atuação do conselhos nos últimos dez anos de sua existência.

Realizada a análise sobre a introdução e a consolidação da Arquitetura Moderna em Uberlândia, o percurso legislativo e os agentes de preservação do patrimônio cultural; o terceiro capítulo, intitulado “Resultado da aplicabilidade das políticas de preservação na cidade de Uberlândia MG”, focou na produção moderna, abordou os resultados dessas políticas e o trabalho realizado por seus agentes.

Para isso foram analisados primeiramente os inventários realizados na cidade, seguido pelo histórico do uso da ferramenta do tombamento, sua aplicabilidade aos bens modernos, separando os processos bem-sucedidos dos malsucedidos e, por fim, foram elencados os processos que tiveram êxito no tombamento.

Para que isso fosse possível, a pesquisa se pautou em documentos que relatassem o percurso percorrido pelo município na tratativa da preservação de seus bens culturais e, com esse objetivo, foram analisadas as leis de cunho patrimonial, atas do conselho municipal de patrimônio histórico e a aproximação das instituições que tratam o patrimônio cultural da cidade, como é o caso do próprio conselho da Secretaria Municipal de Cultura.

A metodologia aplicada na pesquisa passou por três momentos distintos, iniciado pela pesquisa em bibliografias específicas do tema que abordavam tanto as questões da formação da cidade como o processo de modernização e difusão da Arquitetura Moderna. O segundo momento foi pautado na análise da documentação produzida pelo Conselho de Patrimônio e no corpo legislativo municipal, direcionado às questões de defesa e preservação do patrimônio cultural local. O terceiro e último momento da pesquisa recaiu sobre as ações de preservação diretamente voltadas aos bens modernos. Desse modo foram analisados os inventários realizados na cidade, bem como os processos e dossiês de tombamento dos bens modernos e, por fim, foi feita uma análise do estado de conservação dos bens modernos acatados e a eficácia das ferramentas de proteção patrimonial.

Infelizmente, durante o processo de elaboração da dissertação, o mundo se viu em um momento de grande adaptação gerada pela pandemia do COVID 19 e isso refletiu diretamente na produção desse trabalho, impossibilitando muitas vezes o acesso às instituições de documentação, como é o caso do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), do Instituto de História da UFU, e o próprio Arquivo Público Municipal que se encontram fechados para visitação por tempo indeterminado. Desse modo, muitas das imagens contidas no trabalho foram retiradas de fontes como paginas da web e redes sociais, o que na maioria das vezes impossibilitou o referenciamento do autor e data do registro.

CAPÍTULO 1 – UBERLÂNDIA: DO PROCESSO DE FORMAÇÃO ATÉ OS TEMPOS DA MODERNIDADE

Para melhor compreensão do tema da pesquisa foi necessário entender o processo de formação de Uberlândia e como o município se modernizou. O recorte deste trabalho tem como objeto de estudo a produção da arquitetura e do urbanismo modernos da cidade. Dessa forma, este capítulo tem por objetivo apresentar como a Arquitetura Moderna foi introduzida e foi absorvida pela sociedade uberlandense, demonstrando sua dimensão simbólica e sua importância para a formação da identidade da cidade. Para tal, realizamos um trabalho de pesquisa exploratória e reconhecimento da produção moderna, para a qual elegemos três regiões (Figura 2) dentro do tecido urbano nas quais se inserem aqueles edifícios que já são icônicos no contexto uberlandense e que, geralmente, são abordados de forma isolada.

Desse modo, será feito um breve histórico sobre formação urbana da cidade, contextualizando o período dos primeiros contatos com a Arquitetura Moderna, seu processo de difusão e o momento em que começou a ser substituída, dando início ao período de demolições.

1.1 Uberlândia em seu período de formação

Uberlândia é uma cidade cuja formação data de meados do século XIX, assim como um conjunto de cidades da região que teve sua ocupação ligada às expedições bandeirantistas e à exploração de riquezas naturais.

O processo de ocupação da área, bem como a formação de suas cidades têm suas similaridades como: pontos de passagem de bandeirantes, procura por metais preciosos, fixação através da formação de vilas aos arredores das igrejas e das fazendas, entre outros. (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 191)

Inicialmente chamada de São Pedro de Uberabinha, Uberlândia teve sua origem a partir do estabelecimento de fazendeiros na região, sendo o processo de ocupação marcado pela chegada da família de João Pereira da Rocha e consolidado pela vinda da família Carrijo, nas primeiras décadas do século XIX¹.

¹ A Fazenda São Francisco foi sede da Semaria de João Pereira da Rocha, fixando residência nesta região por volta de 1818.

Após o estabelecimento da família Carrijo, foram construídos alguns edifícios ao redor da Capela de Nossa Senhora do Carmo, que data do ano de 1853, dando origem ao núcleo urbano; posteriormente a primitiva capela foi substituída pela construção retratada abaixo, que se tornou a matriz da cidade.

Figura 1 – Fotografia da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião, primeira Matriz de Uberlândia, século XIX.



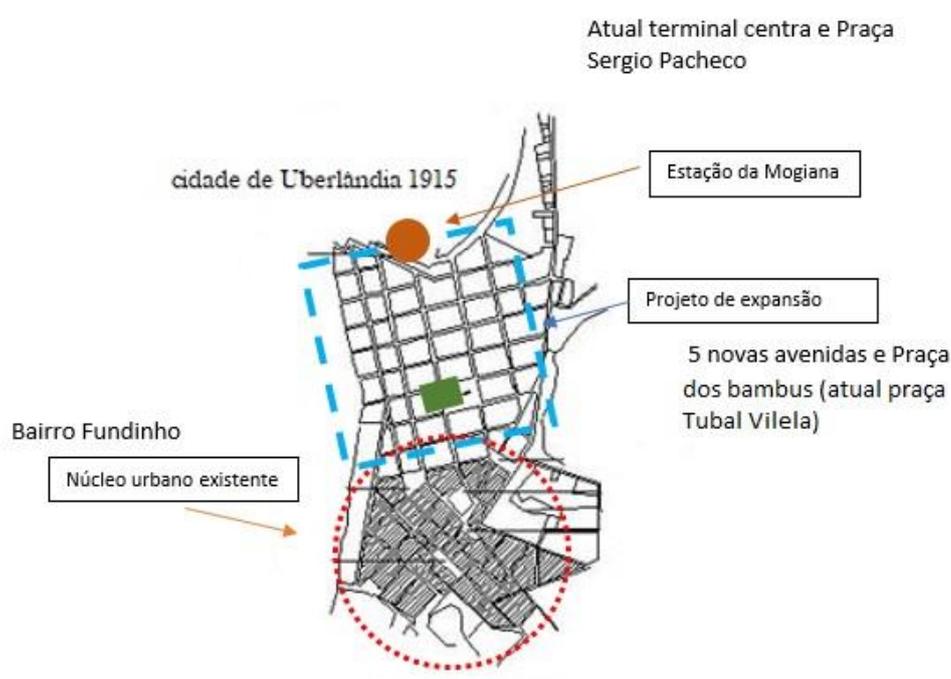
Fonte: www.itvurbanismo.com.br, acesso em 03/04/2020.

As atividades econômicas no início da formação da cidade se baseavam na produção agrícola, sendo suas ações comerciais restritas à compra e venda de materiais de primeira necessidade. O estabelecimento de comerciantes e a construção de armazéns na região que passou a ser denominada “Largo do Comércio” (atual Praça Dr. Duarte), segundo Teixeira (1970), apontava para o aumento da importância dessa atividade comercial para a economia local.

Até o final do Século XIX, Uberlândia ainda era uma cidade de dimensões não muito expressivas e sua ocupação urbana se restringia ao que é hoje o Bairro Fundinho, o que começou a mudar com a instalação da Companhia de Ferro Mogiana em 1895, conectando-a a importantes centros urbanos da época, como Campinas e São Paulo.

No contexto urbano, a instalação da ferrovia resultou em um processo de expansão da cidade, tendo sido criadas cinco novas avenidas² que se destacavam do restante do município por seu formato em grelha, suas dimensões generosas e seu desenho racionalizado, como pode ser constatado pelo mapa abaixo, que mostra o núcleo urbano existente e a implantação do projeto de expansão.

Mapa 01 – Mapa de 2015, com a indicação de expansão urbana projetada em 1908.



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia, marcações elaboradas pelo autor.

Com base no mapa acima, podemos ver que o primeiro plano de expansão da cidade é bastante ambicioso, uma vez que praticamente dobra a área territorial de Uberlândia e aponta seu crescimento em direção à ferroviária.

Vinte e cinco anos após sua ampliação, a cidade já contava com infraestrutura básica como escolas, serviços públicos, comércio variado e pequenas indústrias de cerâmica. A indústria e o comércio da cidade se desenvolviam de maneira promissora até a década de 1940, marco da inserção de Uberlândia no mercado nacional, como afirma Fernandes:

² Avenida Cipriano Del Fávero, Avenida João Pinheiro, Avenida Afonso Pena, Avenida Floriano Peixoto e Avenida Cesário Alvim.

A industrialização brasileira, a partir da ruptura da divisão internacional do trabalho na década de 1930, acelerou o crescimento econômico na cidade. Sob a liderança do capital comercial e da indústria de beneficiamento, a economia uberlandense crescia rapidamente (FERNANDES, 2015, p. 6).

Segundo Ribeiro (1998), o período de industrialização e diversificação comercial em Uberlândia na década de 1940, se mostrou atrativo para profissionais com formação no ramo da construção civil, levando à abertura do escritório de João Jorge Coury³. Junto a Coury, outros profissionais vieram para a cidade atraídos pelo processo de expansão urbana e econômica⁴ tendo como origem principal a capital mineira, Belo Horizonte, como mostra Ribeiro.

Historiar o contexto uberlandense, através dos seus arquitetos, é fazer um conto da cidade de todos os cantos. Uma cidade que recebeu arquitetos formados em várias localidades do Centro-Sul do país. Como exemplo dos pioneiros temos, em Belo Horizonte: João Jorge Coury (EABH – 1940); Hélio Felice (UFMG – 1954); Natalino David Thomaz (UFMG – 1960); Arlen José Simão (UFMG – 1964) e seu irmão César Augusto Simão (UFMG – 1968); Paulo Henrique Carrara Arantes (UFMG – 1972). Formado em São Paulo: Paulo de Freitas (Mackenzie – 1955); em Brasília: Elifas Lopes Martins (RIBEIRO, p. 66; UNB – 1968). (RIBEIRO, 1998)

Outro ponto que influenciou a entrada de Uberlândia no cenário comercial nacional foi o suporte que a cidade deu à construção de Goiânia. Guerra (1998) afirma que a cidade desempenhou papel fundamental na construção da capital Goiânia ao fornecer insumos durante seu período de obras, o que favoreceu o empresariado de Uberlândia e aqueceu a indústria local que produzia materiais de construção.

A década de 1950, foi um período marcado pela implantação de diversos serviços que implicaram na transformação das relações sociais, políticas e econômicas da cidade. Nesse período, década de 1950, tivemos a construção do aeroporto em 1957, a chegada da Universidade Federal de Uberlândia UFU⁵ em 1959, nesse mesmo ano a Companhia Elétrica de Minas Gerais - CEMIG - e obras que implementaram serviços de água e esgoto, além de obras de melhoria da malha rodoviária.

³ João Jorge Coury foi o primeiro arquiteto a se instalar em Uberlândia, tendo seu escritório aberto em 1940.

⁴ De acordo com Teixeira (1970), entre os anos de 1940 a 1970, a população da cidade se multiplicou por cinco, passando de 22.123 habitantes para 111.466..

⁵ Em 1957 foi aberta a primeira instituição de ensino superior da cidade de Uberlândia, a universidade foi definitivamente federalizada em 24 de maio de 1978 através da Lei 6.532, passando a fazer parte do orçamento da União.

Outro importante marco para o desenvolvimento da economia local e transformação da paisagem urbana foi a construção de Brasília (1955-1960). Segundo Miranda (2014), apoiados nos ideais do governo Kubitschek de desenvolvimento, modernidade e industrialização, os interesses se voltaram para a região central do país, o que refletiu diretamente em Uberlândia, que se encontrava na rota que ligava a Capital Federal aos principais centros econômicos do Brasil.

Com a construção da nova capital, a posição geográfica estratégica da região transporia a qualidade de rota ao centro oeste brasileiro para o peso de se tornar a rota de ligação entre a sede do Governo Federal – Brasília e a sede do Poder Econômico – São Paulo (MIRANDA, 2014, p. 47).

Fruto da construção de Brasília, benéfica para o desenvolvimento econômico da cidade, em 1965, Uberlândia inaugurava a “Cidade Industrial” que impulsionou ainda mais as relações comerciais do município com a região e as capitais em seu entorno⁶. Tais acontecimentos atraíram grande contingente de estudantes e trabalhadores, o que resultou na demanda por investimento em obras de aprimoramento da infraestrutura e planejamento urbano.

Desde o início do século XX, Uberlândia apresentou bons índices de crescimento econômico o que, obviamente, repercutiu no seu crescimento urbano. Impulsionada pela construção de Goiânia e Brasília, a cidade se encontrava em um cenário promissor de desenvolvimento, que encontrou na Arquitetura Moderna, influenciada pela construção da capital federal, a maneira de se reformular e se apresentar para o país como uma cidade progressista e desenvolvimentista. O período de 1950 e 1960 torna-se assim, fundamental para a construção da sua identidade.

1.2 Arquitetura moderna no Brasil

No Brasil, podemos considerar a Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo no ano de 1922, como responsável pelo primeiro contato com os conceitos e ideais do Movimento Moderno, trazidos da Europa. O encontro foi o precursor na difusão das características estéticas e construtivas do Movimento moderno, sob a

⁶ Uberlândia se encontra no caminho que liga Brasília, São Paulo, Goiânia e Belo Horizonte.

influência das novas vanguardas europeias⁷ e acabaria influenciando mais tarde, a concepção da arquitetura brasileira. O contato com os ideais europeus se deu pela movimentação ocorrida no começo do século XX, bem como o retorno de jovens brasileiros que buscaram estudo no exterior como afirma Cavalcanti:

Não diferente de outros países do novo mundo, o modernismo chegou ao Brasil graças à migração ou visita de alguns profissionais, europeus. Retorno de brasileiros que estudaram na Europa e, principalmente, entusiasmo pelo novo estilo por parte das gerações mais jovens de arquitetos (CAVALCANTI, 2006 p. 15).

Ainda que a Arquitetura Moderna tivesse, inicialmente, sido influenciada pelas vanguardas europeias, segundo Pereira et al. (2011), logo os arquitetos brasileiros desenvolveram uma arquitetura voltada para a cultura e ao clima do Brasil e foram as soluções técnicas e tecnológicas em função do clima, o uso do concreto armado e a opção pelo uso dos azulejos decorados que garantiram seu caráter nacional.

Já no contexto mineiro, segundo Ribeiro (2016), as mesmas ideias modernas e de vanguarda presentes na Semana de Arte Moderna de 1922, também eram debatidas nas rodas de intelectuais da nova capital Belo Horizonte. Na década de 1930, havia o interesse pela formação de profissionais de arquitetura imbuídos desses ideais modernos contrapondo-se aos padrões previstos pela Comissão Construtora⁸ da nova capital. Desse interesse surgiu, em 1931, a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte - EABH, sendo reconhecida pelo Governo Federal em 1944.

A nova escola de arquitetura, criada na efervescente capital mineira, foi a pioneira no ensino de arquitetura no Estado e, também, a primeira a ser criada no Brasil desvinculada das Escolas Politécnicas e de Belas Artes (RIBEIRO, 2016). Em sua análise sobre a criação e formação da EABH, o autor também aponta que os alunos tinham liberdade ao projetar, podendo buscar referências na produção dos arquitetos modernistas europeus e não era necessário se praticar a cópia⁹.

O processo de formação ao qual foram submetidos a maioria dos arquitetos que vieram para Uberlândia, refletiu diretamente no modo em que a cidade se

⁷ Desde o início do século, mais precisamente o início da década de 1910, importantes artistas retornam ao Brasil trazendo consigo os conceitos de arte e modernidade presentes na Europa, como o Cubismo, Futurismo e o Expressionismo. Cavalcanti, 2005.

⁸ Órgão regulador presente na construção da capital mineira Belo Horizonte que definia as diretrizes construtivas e estéticas na cidade.

⁹ Um dos métodos de ensino praticados nas escolas de arquitetura no início do século XX, era a reprodução de modelos existentes apresentados aos alunos.

desenvolveria a partir da década de 1950, marcando, até 1970, o período de maior difusão da Arquitetura Moderna na cidade e região.

Ao chegarem em Uberlândia, os arquitetos, vindos de Belo Horizonte e de demais locais do país, encontraram na cidade uma burguesia que já estava em contato com a Arquitetura Moderna, seja pela proximidade e fácil comunicação com Brasília ou por fornecerem insumos para a construção da Capital Federal¹⁰.

1.3 Uberlândia Moderna

Influenciada pela propagação do modernismo e a construção de Brasília, somados ao espírito progressista e desenvolvimentista local, em Uberlândia as décadas de 1950, 1960 e 1970 foram marcadas por uma importante produção moderna, tanto em edifícios residenciais, comerciais, como públicos e de serviços variados. Com a introdução de novas técnicas construtivas e o adensamento urbano, iniciou-se o processo de verticalização bem como resultou na formação de novos bairros como o caso dos bairros Martins, Lídice e Saraiva.

Como reduto da classe média uberlandense, consumidora dos serviços de arquitetura, esses novos bairros, bem como algumas ruas e avenidas centrais, como a Avenida João Pinheiro e a Avenida Getúlio Vargas, tiveram sua ocupação e/ou transformação, iniciada na década de 1950, tornando-se nichos da produção moderna residencial, onde se encontra, ainda hoje, grande parte dessa produção.

A ampla aceitação da produção de João Jorge Coury, em Uberlândia e região, evidenciam também como essas cidades abraçaram os conceitos e a estética trazidos pela Arquitetura Moderna como forma de traduzir os anseios e ideais de seu povo, ficando enraizada na memória e marcada na paisagem.

Suas obras, no entanto, mesmo tendo sido importantes marcas do processo de modernização da cidade, tem sido testemunhas do descaso e do processo de especulação imobiliária e, pelo fato de estarem majoritariamente locadas na região central da cidade, tem sido demolidas e descaracterizadas ao longo do tempo.

Ainda que a produção e atuação do arquiteto João Jorge Coury possam ser consideradas como principais difusoras da Arquitetura Moderna em Uberlândia e um

¹⁰ O empresariado uberlandense atuou de maneira efetiva no fornecimento de materiais de construção civil e mão de obra qualificada, tendo também contribuído com insumos para a construção da capital Goiana na década de 1930. (RIBEIRO, 1998).

marco para a consolidação dos preceitos modernos na cidade, muitos foram os profissionais que usaram desses preceitos como base para sua produção, contribuindo para a composição da paisagem urbana. Dentre eles podemos destacar: Hélio Felice, Natalino David Thomaz, Arlen José Simão, César Augusto Simão, Paulo Carrara Arantes, ambos formados pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Paulo de Freitas, formado em São Paulo pelo Mackenzie, e Elifas Lopes Martins formado pela Universidade de Brasília. Além desses arquitetos que tiveram seus escritórios estabelecidos na cidade, verifica-se também a presença de inúmeros projetos modernos de autoria de arquitetos de outras cidades, principalmente de Belo Horizonte, tais como: Fernando Graça, Flávio Almada, Nelson Marques Lisboa e Sylvio de Vasconcellos.

Como medida de reconhecimento da produção moderna em Uberlândia, foi realizada uma pesquisa exploratória de modo a conhecer e reconhecer as obras modernas ainda existentes na cidade, bem como aquelas que estão passando por processo de descaracterização mas que ainda são possíveis reconhecer como pertencente do movimento moderno uberlandense.

Desse modo, a presença da arquitetura moderna na cidade e seu processo de descaracterização e/ou substituição podem ser facilmente observados quando percorremos suas ruas. A seguir, com o intuito de ilustrar esse processo, apresentamos uma pesquisa exploratória realizada em três percursos pré-estabelecidos em áreas centrais da cidade. Essas áreas destacadas abaixo foram eleitas para a realização da pesquisa por serem identificadas como as de maior prevalência de obras modernas construídas nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

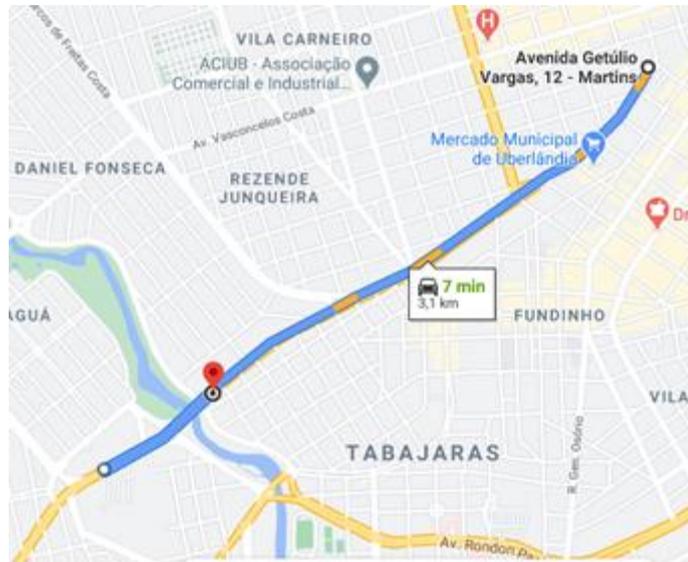
Figura 02 – Região central de Uberlândia, com destaque para as áreas analisadas/percorridas na região central, onde destaque em roxo corresponde a Avenida Getúlio Vargas, o amarelo a Avenida João Pinheiro; e o laranja corresponde a Avenida Nicomedes Alves dos Santos.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia, marcações realizadas pelo autor.

O primeiro percurso foi um trecho da Avenida Getúlio Vargas, que se inicia na entrada do Ginásio do Uberlândia Tênis Clube - UTC, na Rua Arlindo Teixeira, no bairro Centro e vai até o número 2095 da Avenida Getúlio Vargas, cortando os bairros, Fundinho, Tabajaras, Oswaldo Rezende e Daniel Fonseca.

Figura 3 – Trajeto percorrido na Avenida Getúlio Vargas.



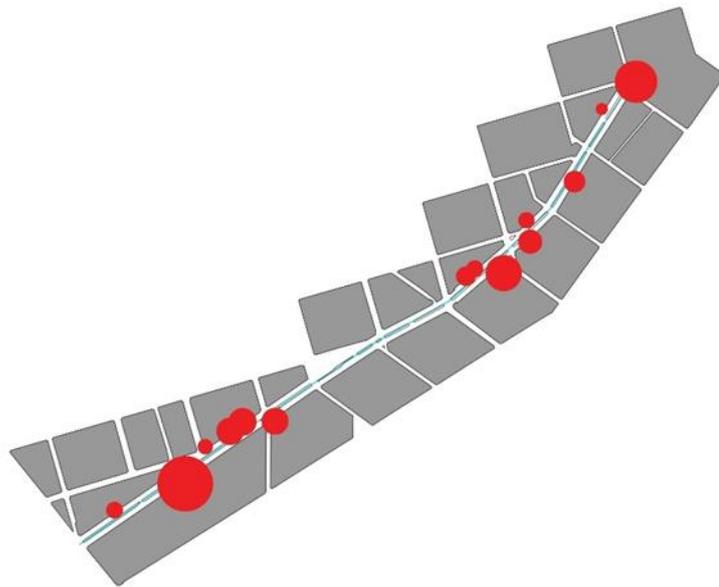
Fonte: Google Maps e Prefeitura de Uberlândia. Marcações realizadas pelo autor.

O processo de ocupação da Avenida Getúlio Vargas, anteriormente conhecida como Avenida Rio de Janeiro, se deu antes mesmo da propagação da Arquitetura Moderna em Uberlândia. No entanto, pode-se notar um processo de substituição das edificações existentes ecléticas por imóveis que apresentam características modernas nas décadas de 1950 a 1960.

Mapa 2 – Bens modernos identificados na Avenida Getúlio Vargas.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia. Demarcações realizadas pelo autor.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Os imóveis apresentados abaixo não foram identificados quanto a sua data de construção ou mesmo seus autores. O que foi considerado foram somente suas características construtivas e estéticas, presentes em suas fachadas. O estudo realizado, na Avenida Getúlio Vargas, mostra a diversidade dos imóveis analisados, sendo em sua maioria bens de uso originalmente residencial. Suas construções apresentam diferentes escalas, materiais e formas, comprovando que a Arquitetura

Moderna em Uberlândia atendeu a diversos públicos, indiferentemente de seu poder aquisitivo ou refinamento cultural.

Outro processo que fica claro, quando analisamos o acervo moderno na Avenida, é que os imóveis destacados analisados tendem a seguir o caminho das construções modernas do hipercentro, ou seja, que foram sofrendo modificações no processo de mudança de uso, e descaracterizadas¹¹.

O processo de descaracterização ocorre, muitas vezes, motivado pelo interesse de expandir o alcance publicitário, levando o proprietário, ou mesmo o locatário do imóvel, a encobrir a fachada dos edifícios com painéis de propaganda e luminosos, desconsiderando a plasticidade e volumetria existentes. Outra forma de descaracterização desses imóveis é a modificação interna, onde, na maioria das vezes, ocorre a abertura de grandes vãos para se adequar ao novo uso.

Figuras 4, 5 e 6 - Imóveis com características modernas localizados na Avenida Getúlio Vargas, descaracterizados para se tornarem comércio. Data de construção e autoria do projeto não identificadas.



¹¹ Cabe ressaltar que inúmeros imóveis não foram considerados para a análise por terem sofridos modificações tão intensas que comprometem a leitura de suas características originais. Desse modo, foram marcados, no mapa, apenas aqueles imóveis que apresentam boa parte de suas características preservadas.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Os bens identificados que apresentam boa parte de suas características originais são aqueles que permanecem desempenhando suas funções iniciais, como no caso dos edifícios residenciais (Figuras 07,08 e ,09). Outros exemplos mostram que a adaptação de residências para usos de prestação de serviços, tais como como escritórios, consultórios médicos e escolas de idiomas, são menos invasivas, permitindo a conservação de pelo menos parte de suas características originais, sobretudo com referência às volumetrias e tratamento das elevações externas. (Figuras 10,11 e,12).

Figura 7 - Imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas, que conserva seu uso residencial original.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Figura 8 - Imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas, que conserva seu uso residencial original. Proprietário: Oranides Borges do Nascimento.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Figura 9 - Imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas, que conserva seu uso residencial original. residência de Jesus Alves de Ávila. Projeto: Flávio Almada, Fernando Graça e Nelson Marques Lisboa (outubro, 1964)



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Figura 10 - Imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas, utilizado para prestação de serviço.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Figura 11 - Imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas, utilizado para prestação de serviço.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Figura 11 - Imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas, utilizado para prestação de serviço. Projeto: Paulo Carrara.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Dos imóveis destacados na Avenida Getúlio Vargas, independentemente de seus usos originais e atuais, ainda podemos notar a presença de elementos característicos modernos, como o uso de esquadrias lineares, rampas em balanço, fachadas sem ornamentação, volumes sólidos. Esses elementos podem ser vistos tanto em imóveis mais simples, com menor escala construtiva, quanto em imóveis maiores e complexos, o que demonstra a absorção do modernismo por diferentes níveis sociais.

Figuras 13, 14, 15 e 16 - imóveis modernos em diferentes escalas, que usufruíram de diferentes recursos financeiros e de diferentes escalas projetuais. (Figura 14: Residência Ronan de Freitas. Projeto: Paulo de Freitas (1962 – modificada)).



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Posterior ao período de exploração, a Residência Dr. Arnaldo Godoy, projeto do arquiteto Fernando Graça (1964-1967), a qual abrigava o salão de cabelereiro do Grupo D'arc Cabelereiros, foi demolida na última quinzena de 2020. O edifício para abrigar o salão já havia sido severamente descaracterizado. Do conjunto de bens modernos, presentes nesse trajeto, destaca-se o edifício que abriga o Ginásio do Uberlândia Tênis Clube - UTC, que apresenta traços marcantes da produção moderna

da época, como é o caso dos seus pilares e “V” e sua laje inclinada, que protege o acesso ao ginásio.

Figura 17 - Acesso ao Ginásio do UTC, entrada pela Avenida Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

O segundo trecho analisado foi a parte da Avenida João Pinheiro compreendida entre a Avenida João Pessoa e a Rua Teixeira Santana. Essa avenida remota ao tempo do projeto de expansão que Uberlândia sofreu, em 1915. Dentre as avenidas implantadas naquele momento, a Avenida João Pinheiro foi escolhida para abrigar as novas residências da elite uberlandense. As fotos das décadas de 1940 e 1950 retratam a imponência e a riqueza de detalhes dos imóveis então construídos em estilo eclético.

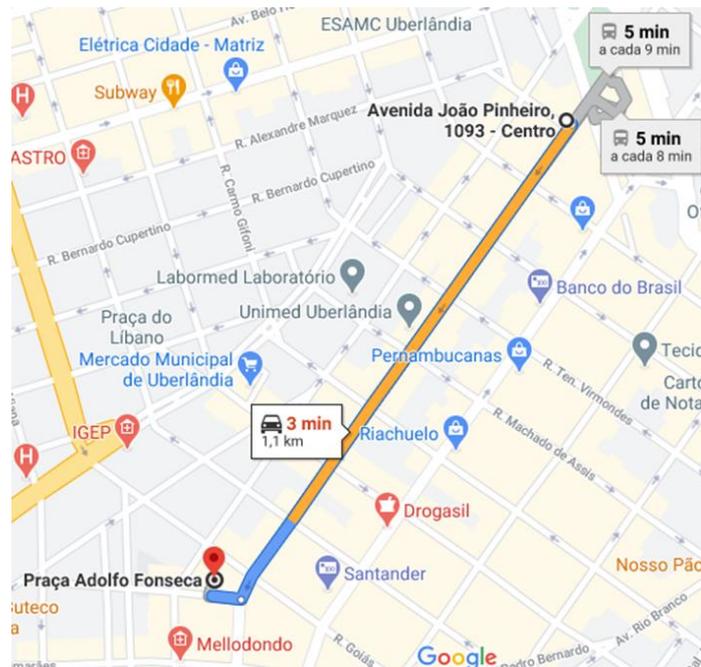
Figura 18 - Casarios da Avenida João Pinheiro na década de 1950.



Fonte: IBGE. Código de localização: 3170206

Nas décadas seguintes, 1960 e 1970, muitos desses edifícios foram demolidos para dar lugar a novas construções, seja por edificações verticalizadas ou mesmo por residências com características modernas. Atualmente, praticamente todos os imóveis da Avenida João Pinheiro abrigam comércio e serviços, perdendo seu caráter residencial. Da mesma forma que as edificações foram sendo modificadas para novos usos, a morfologia da avenida também foi alterada ao longo dos anos para dar mais vazão ao fluxo de veículos, tendo sido removidos tanto o canteiro central como as árvores das calçadas.

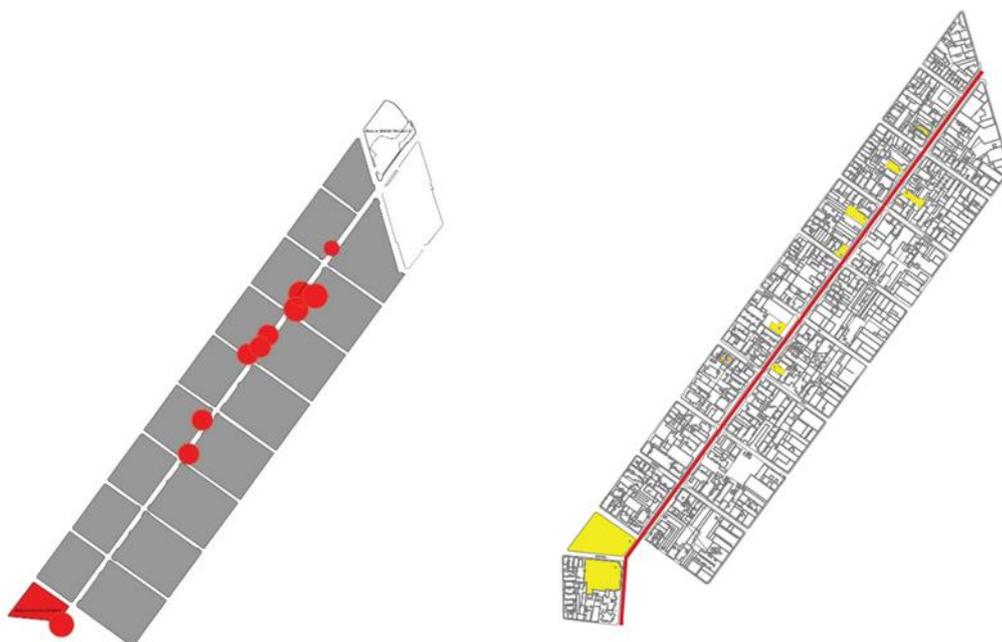
Figura 19 – Trajeto percorrido na Avenida João Pinheiro.



Fonte: Google Maps e Prefeitura de Uberlândia, demarcações pelo autor.

Da mesma forma com que foi feita a análise do trecho da Avenida Getúlio Vargas, ao percorrer a Avenida João Pinheiro, os bens levantados tiveram como base de análise apenas suas características estéticas e construtivas, não fazendo-se distinção de escala ou refinamento projetual.

Mapa 03 – Bens modernos identificados na Avenida João Pinheiro.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia, demarcações pelo autor.

Os edifícios de uso residencial passam pelo mesmo processo de descaracterização que vimos na Avenida Getúlio Vargas, com a introdução de novos elementos publicitários e a modificação das fachadas, criando um padrão de edifícios amórficos, onde a leitura de suas características estilísticas e projetuais originais são dificultadas.

Figuras 20 e 21 - Bens modernos residenciais na Avenida João Pinheiro. Figura 20: Edifício Romeno Simão. Figura 21: Residência Chafic Abib. Projeto: Miguel Juliano (1952)



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Figuras 22, 23 e 24 - Imóveis modernos descaracterizados com elementos publicitários na Avenida João Pinheiro. Figura 22: Residência Bolivar Caneiro, projeto de Sylvio de Vasconcelos (1956) .



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

O edifício localizado na esquina da Avenida João Pinheiro, nº74, com a Praça Adolfo Fonseca, atualmente ocupado por uma unidade da rede de supermercados Bretas, tem construção datada de meados da década de 1970, tendo sido construído, desde o princípio, para abrigar um estabelecimento comercial de grande porte, o que o diferencia em escala dos demais projetos. Como mantém seu uso original comercial – abriga um supermercado – não apresenta alterações significativas nas suas características arquitetônicas e construtivas.

Figura 25 - Edifício localizado na Avenida João Pinheiro nº74.



Fonte: Acervo pessoal, 27/10/2020.

Fechando a lista de bens catalogados no trecho da Avenida João Pinheiro, a Praça Adolfo Fonseca mantém características do seu projeto original da década de 1960, tendo como autor o arquiteto João Jorge Coury, também responsável pelo projeto de inúmeras outras praças na região central, fruto do programa de modernização do centro de Uberlândia.

Figura 26 - Vista área parcial da Praça Adolfo Fonseca, observando-se o supermercado Bretas à direita.

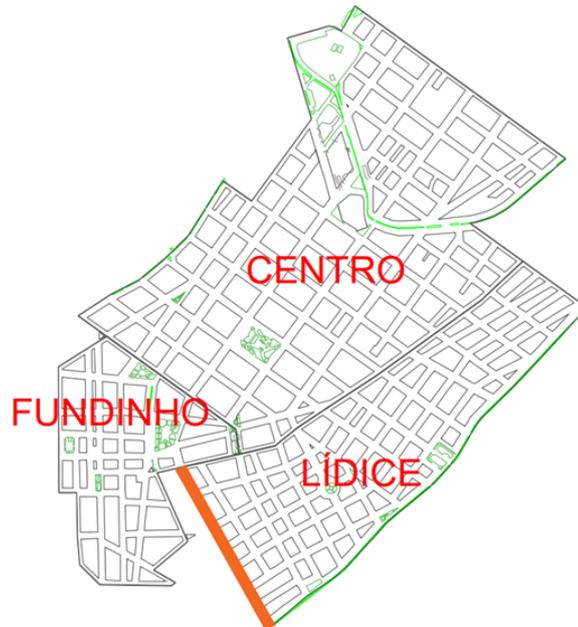
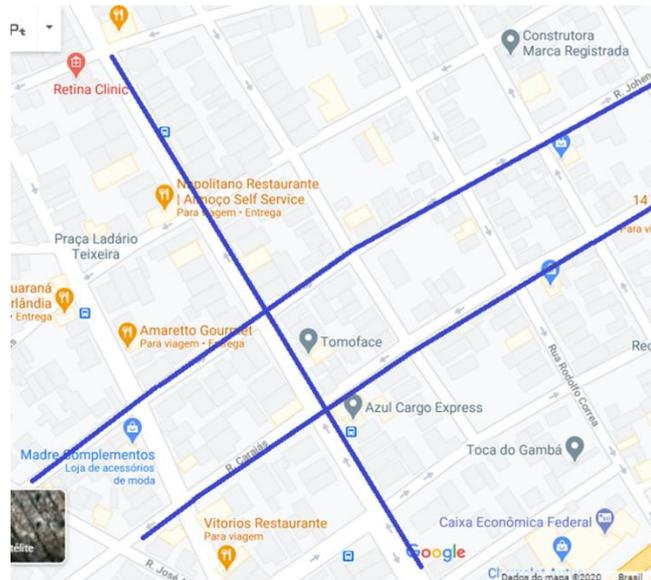


Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Embora a praça tenha passado por modificações ao longo dos anos, ainda é possível compreender seu projeto original e identificar seus elementos principais. A intervenção mais significativa que sofreu ao longo dos anos foi a instalação de pontos de ônibus em uma das suas laterais na década de 1990. Esse projeto foi aprovado pelo Conselho de Patrimônio Histórico (COMPHAC), pois ainda que a Praça não possua proteção legal de tombamento, está no entorno da Escola Estadual de Uberlândia (Museu), bem tombado que se localiza em uma das vias adjacentes.

O terceiro e último trajeto realizado não considerou uma única via ou foi feito linearmente. Nesse último caso, foi analisada uma pequena parcela urbana entre os bairros Fundinho e Lídice Vila Pvoa, em que foram percorridas as ruas Carajás, Johen Carneiro e Avenida Nicomedes Alves dos Santos.

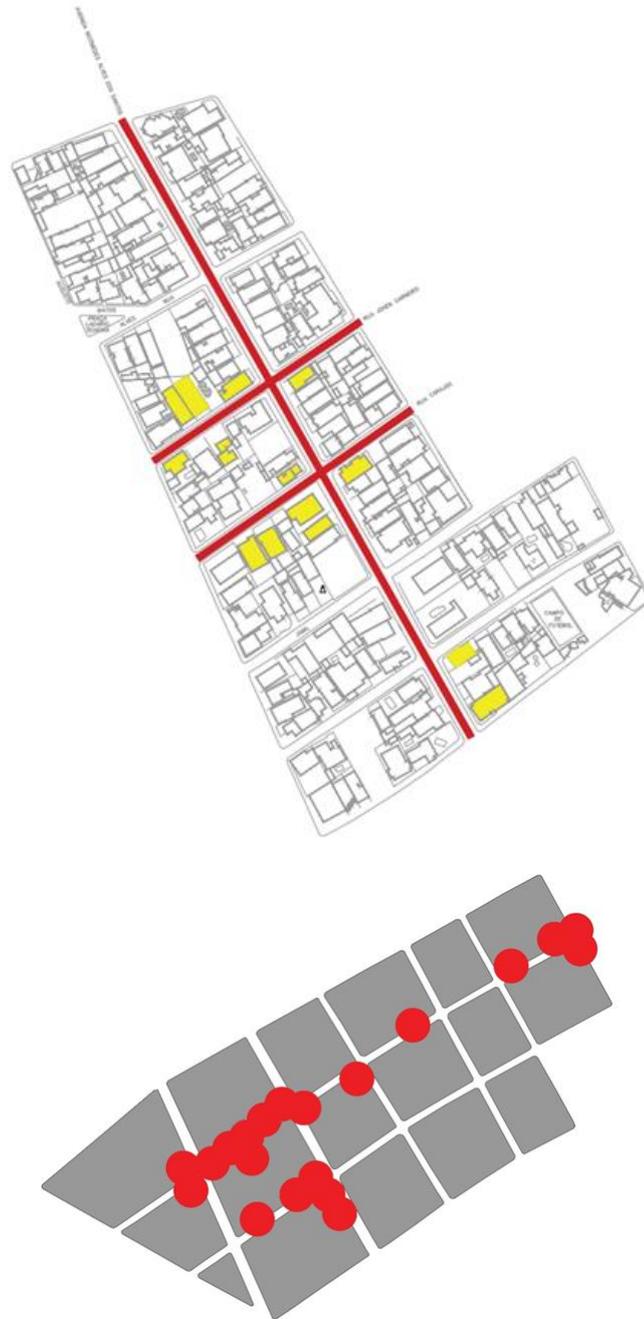
Figura 27 – Trajeto percorrido nos bairros Fundinho e Lídice.



Fonte: Google Maps e Prefeitura de Uberlândia. Demarcações pelo autor.

O último trajeto se encontra em um cenário majoritariamente residencial - com exceção da Avenida Nicomedes dos Santos que já teve grande parte de suas construções adaptadas para novos usos- apresentando atualmente uso misto. Dentre os três trechos percorridos, esse é o que apresenta o maior acervo moderno e com melhor conservação. As vias percorridas se localizam em bairros considerados nobres, o que reflete no padrão dos imóveis. Observa-se que nas vias percorridas não existem edificações verticalizadas, ainda que essas existam em outras ruas dos bairros.

Mapa 04 – Bens modernos identificados no trajeto de número 3 – Bairros Fundinho e Lídice, onde foram identificados edifícios modernos.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia, demarcações pelo autor.

Dentre os imóveis analisados, uma constante percebida foi o alto padrão construtivo, a qualidade projetual e a permanência de seu uso de origem. A grande concentração de imóveis modernos bem preservados faz com que a área presente

o maior potencial em termos de conjunto de bens urbanos modernos, quando visto pelo ponto de vista de patrimônio cultural e artístico.

Dentre as edificações que são utilizadas para comércio ou serviços localizados na Avenida Nicomedes Alves dos Santos, mesmo que sejam adicionados elementos publicitários, esses não impossibilitam a leitura das construções e não esconde seus elementos construtivos originais.

Na figura 28, é possível ver um conjunto de três edifícios, todos eles utilizados para serviços. Em todos os casos é possível notar as intervenções feitas pelos proprietários, mas ainda assim é possível compreender o edifício como um todo, mantendo clara interrelação com o entorno em que estão locados.

Figura 28 – Conjunto de casas modernas na Avenida Nicomedes Alves dos Santos.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Figuras 29, 30, 31 e 32 – Residências modernas na Rua Jochen Carneiro.





Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Percorridos os três trajetos e colocados os edifícios identificados em perspectiva de análise, pode-se perceber a riqueza e a variedade do acervo moderno residencial na cidade. A seguir elencamos alguns outros edifícios que reforçam a importância da Arquitetura Moderna na cidade e sua pluralidade. São edificações de maior porte, tanto de uso público quanto privado que, seja por suas dimensões e características construtivas ou por sua importância histórica, já são comumente reconhecidos pela população e pelos órgãos atrelados aos assuntos de preservação.

Iniciamos com o edifício cuja construção marcou a década de 1950, por apresentar um projeto inovador, fazendo uso de diversos elementos típicos da Arquitetura Moderna. Concluído em 1954, abriga atualmente o Conselho Regional de Medicina – CRM. Seu projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Miguel Juliano, apresentando quatro níveis, sendo um térreo em pilotis e mais três pavimentos superiores.

Figura 33 – Fachada do atual CMR, voltada para a Avenida Cesário Alvim, em que se destaca a projeção das aberturas do edifício com brise soleil.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

O edifício é localizado no entroncamento da Avenida Cesário Alvim com a Rua Professor Pedro Bernardo. A elevação voltada para a Avenida Cesário Alvim não possui recuo, conta com suas aberturas protegidas por brise-soleil fixos de concreto e térreo com pilotis, que dão acesso ao prédio e ao jardim voltado para a Rua Professor Pedro Bernardo.

Dentro do contexto urbano, a construção se destaca por sua localização, por estar em um entroncamento entre duas ruas de grande movimento, sem possuir ou apresentar qualquer barreira visual, somado ao fato de não apresentar recuo frontal. A permanência do mesmo uso durante os anos e sua ocupação continuada garantiram a preservação da maioria de seus elementos construtivos.

Outro edifício emblemático construído na década de 1950, foi o Edifício Tubal Vilela, localizado na esquina da Avenida Afonso Pena com a Rua Olegário Maciel, voltado para a Praça Tubal Vilela. Sua inauguração ocorreu em 1957 e sua construção

marcou o início do processo de verticalização em Uberlândia¹², tornando-se símbolo dos desejos da classe burguesa dominante na cidade, da qual seu idealizador fazia parte¹³.

A construção possui 16 pavimentos e seu programa de necessidades - como era comum em edifícios modernos da época - apresentava uso misto, com lojas no pavimento térreo, salas empresariais e apartamentos nos demais pavimentos. Segundo Ribeiro (1998), sua construção foi noticiada em diversos canais de informação, onde era comumente apresentado como o “maior arranha-céu do Triângulo Mineiro”.

Sua volumetria é cortada pelas esquadrias lineares horizontais que formam um grande pano de vidro e seus revestimentos externos são aqueles usuais do vocabulário moderno, empregando pastilhas, granitina e esquadrias em metal e vidro.

Figura 34 – Edifício Tubal Vilela, visto do cruzamento da rua Olegário Maciel e Avenida Afonso Pena.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020

¹² Ribeiro (1998) afirma que os principais agentes responsáveis por esse processo de verticalização e supervalorização da área central são, em sua maioria, os mesmos ligados ao grupo de empresários que comercializava para a classe trabalhadora lotes nas regiões periféricas ao centro, promovendo a expansão urbana desde a década de 1930.

¹³ O então empresário Tubal Vilela, quem deu o nome ao edifício, antes da construção do prédio em 1957, ocupou o cargo de prefeito de Uberlândia de 1950 a 1954.

Seu projeto é do arquiteto belo horizontino Ulpiano N. Muniz Ribeiro em 1998. Destaca-se que sua construção inovadora, gerenciada por Flávio Bierrenbach, atuou de modo expressivo na qualificação da mão de obra para o uso das novas técnicas construtivas.

Depois do Edifício Tubal Vilela, muitos outros edifícios verticais foram construídos nas décadas de 1960 e 1970, como é o caso dos edifícios projetados pelo arquiteto Paulo de Freitas¹⁴, que se destacaram na paisagem urbana e transformaram o *skyline* da cidade, dentre eles o Edifício Itacolomy e o Edifício Itaporã.

Figura 35 - Edifício Itacolomy visto da Avenida Cesário Alvim, localizado no cruzamento da Avenida Cesário Alvim com a Avenida Santos Dummont.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020

¹⁴ Uberlandense, o arquiteto Paulo de Freitas atuou de maneira significativa na produção moderna na cidade, principalmente se tratando de edifícios verticais, colocando em prática seus conhecimentos adquiridos durante sua formação em São Paulo.

Outro importante edifício que destacamos dentre os edifícios modernos considerados icônicos é o Colégio Estadual Bueno Brandão, localizado na Praça Tubal Vilela nº 525. A instituição de ensino teve sua história iniciada em 1911 e o primeiro edifício que abrigou o colégio possuía características ecléticas e sua estrutura atendia bem sua demanda da época. Passados mais de 50 anos, com pouca manutenção, o aumento da população e, consecutivamente, o número de alunos que buscavam vagas, o edifício acabou por ser demolido em 1963, sendo construído um novo edifício, no mesmo terreno.

Com características modernas, sua construção diz muito sobre os anseios da população uberlandense, que buscava imprimir nos seus prédios os ideais de modernidade e desenvolvimento, já fortemente enraizados no ideário popular.

A instituição que oferecia ensino de forma gratuita, necessitava de uma aparência que refletisse sua importância dentro do contexto social e, também, fizesse jus aos seus alunos, filhos de pessoas ilustres da época. Custeado pelo governo de Minas Gerais, o projeto é atribuído ao engenheiro Luiz Rocha e Silva. O edifício possui fachada voltada para a Praça Tubal Vilela cujas grandes esquadrias afixadas nos pilares permitem ampla visão da paisagem.

A instalação da escola contempla três pavimentos, construídos sem a presença de pilotis; o ritmo de sua elevação frontal é marcado pelos pilares dispostos de maneira racional criando um movimento harmônico, os peitoris das janelas são revestidos com pastilhas cerâmicas cuidadosamente diagramadas formando desenhos geométricos.

Figura 36 – Elevação frontal do Colégio Bueno Brandão, voltada para a Praça Tubal Vilela.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Sua estrutura emprega concreto armado autoportante e a planta livre permite divisão racionalizada, atendendo as necessidades do edifício, composto por salas de aula, administração e serviços.

Locado aos fundos do colégio Bueno Brandão, o edifício que sedia a Sociedade Recreativa Uberlândia Clube, foi construído em um terreno cedido pelo governo do Estado de Minas Gerais e a construção subsidiada pelos acionistas do clube¹⁵. Escolhido por meio de concurso em 1956, o projeto foi concebido pelo engenheiro civil Almor da Cunha que, junto ao artista plástico Sergio Freitas – responsável pela decoração interna - projetaram um edifício baseado nos postulados de Le Corbusier.

¹⁵ A construção que podemos ver atualmente é a segunda sede do clube, tendo ele ocupado anteriormente um edifício em uma das esquinas da Praça Tubal Vilela, no cruzamento, ou na confluência da Avenida Afonso Pena e Rua Olegário Maciel. Dado ao aumento do número de sócios, o edifício não comportava mais as suas atividades.

Figura 37 - Entrada principal do Uberlândia Clube, elevação voltada para a Rua Santos Dummont.



Fonte: Acervo do autor, 17/10/2020.

O edifício é composto por um volume retangular, recortado por aberturas lineares protegidas por brise-soleils na elevação frontal, voltada para a Rua Santos Dumont, em que se destaca um grande vitral central que retrata pontos simbólicos da paisagem urbana da cidade, dentre os quais o próprio Uberlândia Clube. No pavimento térreo, a presença de pilotis chama a atenção e interrompe a linearidade das fachadas laterais.

Figura 38 - Detalhes do vitral do edifício do Uberlândia Clube, presente na elevação voltada para a Rua Santos Dumont.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

O edifício possui três pavimentos destinados a diferentes usos¹⁶; o acesso aos pavimentos superiores é feito por meio de escadas e uma sinuosa rampa em concreto armado, revestida em mármore.

A inovação do projeto pode ser presenciada no interior, que é adornado por mosaicos coloridos e materiais de acabamento nobres, composto por carpetes, mármore e madeiras de lei. Os painéis compostos por pedacinhos de cerâmica colorida se encontram no hall de entrada que leva às salas de baile, tendo a representação de personagens em um baile, fazendo referência aos usuários, e um segundo painel, localizado no terraço jardim do prédio, representando o cotidiano agrícola de Uberlândia, ambos feitos pelo artista plástico Geraldo Queiroz.

¹⁶ O edifício foi projetado para abrigar espaço comercial, salões para jogos e dança, boate, bar, restaurante, salas administrativas, terraço jardim e ainda uma biblioteca.

Figuras 39 e 40 - Painéis em mosaico no hall de entrada e no terraço jardim do Uberlândia Clube, consecutivamente.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Além de edificações, existem também espaços abertos construídos durante a década de 1960 que compõem o conjunto de bens modernos na cidade. Nesse período, como já apontado, Uberlândia passou por um processo de reformas e modernização de seus espaços públicos, no qual os esforços foram direcionados principalmente para as praças da região central da cidade.

Dentre as praças reformadas e modernizadas na década de 1960, destacamos a Praça Tubal Viela, cuja história remonta ao início do século XX, presente no projeto de expansão de Uberlândia, ocorrido, em 1915. Ao longo dos anos a praça passou

por diversas intervenções e possuiu diversos nomes¹⁷, até assumir a forma atual com o projeto de João Jorge Coury, realizado, em 1962.

O espaço, que ocupa um quarteirão retangular no coração da cidade, foi concebido por Coury como área de convivência e manifestação popular e seu programa possui diversos equipamentos urbanos como: mobiliário em concreto, fonte sonora-luminosa, espelhos d'água, concha acústica e vegetação em três níveis: forração, arbusto e arvores.

Figura 41 – Vista aérea da Praça Tubal Vilela



Fonte: http://www.faurb.ufu.br/doc_moderno/html/cidades/UBERLANDIA/praca_tubal_vilela.html Acesso em: 25/10/2020

No centro da praça, encontra-se um espaço livre em formato de “X”, ressaltado pela paginação do piso feita em pedra portuguesa branca e preta. Atualmente, a praça é o destino de pessoas de todas as localidades da cidade, pois é rodeada por comércio e serviços variados, como lojas, bancos e salas comerciais.

Nos anos de 1970, a Arquitetura Moderna construída na cidade, principalmente empreendida pelo estado, se direcionou para a vertente da arquitetura conhecida

¹⁷ A Praça Tubal Vilela recebeu esse nome em 1958, em homenagem ao prefeito da época, no entanto ela já foi chamada de Praça da República, Praça dos Bambus, Praça Benedito Valadares.

como Brutalista, amplamente difundida e implementada por arquitetos paulistas e por isso conhecida como Escola Paulista. Essa nova linguagem da Arquitetura Moderna evidencia o concreto armado, seja na sua aplicação nas fachadas como também nos elementos estruturais.

Dos edifícios construídos em Uberlândia que adotam essa estética, destacamos primeiramente o edifício construído para abrigar a nova estação ferroviária da cidade no bairro Custódio Pereira, o edifício do antigo Fórum Abelardo Pena (atual Centro Municipal de Cultura) e o Terminal Rodoviário Castelo Branco. Essas três obras têm como pontos em comum a escala de grande porte e serem projetos que atendem o município.

A nova estação ferroviária concluída em 1970, no bairro Custódio Pereira, contou com projeto de Oswaldo Bratke, arquiteto escolhido pela companhia Mogiana para projetar também as estações de Uberaba (1961) e Ribeirão Preto, SP (1960). Para o projeto de Uberlândia e de Ribeirão Preto, segundo Carili (2015), Bratke percebeu o potencial rentável que as estações apresentavam e decidiu por criar um programa que atendesse, tanto as necessidades ferroviárias como também suprisse a demanda por serviços terceirizados e comerciais, sendo seus usos separados em blocos distintos.

No entanto, ainda que fosse prevista a construção desses equipamentos de atendimento ao público, apenas o bloco destinado a cumprir as funções férreas foi construído. Assim como nas outras tipologias construtivas modernas que adotavam um caráter flexível na estrutura, o projeto da estação também optou pela flexibilidade com intuito de viabilizar a construção que poderia se dar em etapas.

Segundo Ribeiro e Vale (2011), pode-se dizer que o projeto surgiu a partir dos elementos da cobertura, definida pela repetição dos elementos modulares executados em concreto armado, em forma paraboloide hiperbólica.

Figura 42– Estação Ferroviária de Uberlândia, na década de 1970, projeto de Oswaldo Bratke.



Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br, acesso em 17/08/2020.

O projeto traz consigo um conjunto de inovações tecnológicas e funcionais jamais vistos na cidade. Apresenta compromisso com as soluções técnicas e estruturais, assim como o atendimento às necessidades práticas e reais. Atualmente a estação continua fazendo parte do complexo ferroviário administrado, por concessão, pela Ferrovia Centro Atlântica FCA e seu acesso é restrito aos funcionários que operam a estação.

O antigo Fórum Abelardo Penna construído na década de 1970, idealizado pelos arquitetos mineiros Roberto Pinto Manata e José Carlos Laender de Castro, visava garantir o máximo possível de permeabilidade. Suas instalações se dividiram em três níveis distintos: subsolo, térreo livre e primeiro pavimento. O subsolo contava com diferentes acessos e abrigava a sala do júri que se dava em forma de auditório, as instalações carcerárias, salas de apoio da polícia e, também, as dependências de serviço.

A planta livre do primeiro pavimento foi pensada para permitir os mais diferentes usos. Sendo assim, a divisão do espaço era realizada por meio de divisórias moveis e reversíveis. A iluminação do prédio se dá por janelas em fita, voltadas para o exterior e interior (claustro), sendo protegidas da incidência solar por um brise-soleil maciço.

Figura 43 – Vista externa da elevação do antigo Fórum Abelardo Penna voltada para Avenida João Naves de Ávila, observando-se os elementos estruturais, vão livre e as empenas em concreto armado.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

O acesso é feito por meio de rampas e elevadores localizados no claustro central ajardinado, que fornece iluminação ao prédio e abriga um reservatório de água. Em 2019, o edifício foi adaptado para abrigar o Centro Municipal de Cultura, composto pela Secretaria Municipal de Cultura (gabinete e *staff*), Biblioteca Municipal, Banda, anfiteatro e salas de exposição.

A Estação Rodoviária Presidente Castelo Branco, construída às margens da Br 365, com projeto dos arquitetos belorizontinos Fernando Graça, Flávio Almada e Ivan Cupertino Rodrigues, foi concluída em 1976. O edifício se divide em dois níveis, sendo que os acessos se dão pela Praça da Bíblia e suas plataformas de embarque/desembarque faceiam a Br 365. Do mesmo modo que a Estação Férrea de Uberlândia projetada por Oswaldo Bratke, o projeto da Rodoviária apresenta como principal elemento o volume da cobertura, constituído pela junção de uma sequência de arcos invertidos.

O conjunto é composto pela estação rodoviária propriamente dita, torre de comunicação e praça (atual Praça da Bíblia), construída no mesmo período. A planta livre do terminal rodoviário possibilita a variação dos usos dentro da edificação, e seu

pé direito alto ressalta os elementos ondulares da cobertura, que se apoiam nos pilares de seção retangular, distribuídos modularmente de maneira racionalizada.

Figura 44 – Fachada da Estação rodoviária voltada para a Praça da Bíblia, área de desembarque.



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/2020.

Todos os fechamentos do prédio se dão por meio de grandes superfícies envidraçadas e esquadrias metálicas, auxiliadas pela iluminação zenital advinda do encontro dos arcos invertidos, cujo material utilizado é policarbonato associado a estrutura de metal.

O edifício continua desempenhando suas funções originais e se encontra em bom estado de conservação, tendo sua espacialidade sido alterada com a subdivisão realizada pela atual empresa administradora, mas sua estrutura ainda atende à demanda da cidade e todo o conjunto - prédio, praça e torre de comunicação - conservam boa parte de suas características originais.

Por fim destacamos a Igreja do Espírito Santo do Cerrado, cujo projeto foi desenvolvido pela arquiteta Ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. O convite para o projeto partiu do Frei Edydio Parisi e sua execução, segundo Bardi e Almeida (1999), se deu pelas mãos da população local, como mulheres, pais de família e até mesmo crianças.

O projeto do conjunto consta de uma residência, um salão, um galpão para reuniões e festas e um campinho de futebol, que posteriormente vem a dar lugar a administração da paróquia. De modo geral, o edifício apresenta características simples tanto em seu projeto, realizado em conjunto com os executores e com a comunidade, bem como por seus materiais de construção e acabamento.

Figura 45 – Fachada principal da Igreja Espírito Santo do Cerrado, projeto de Lina Bo Bardi.



Fonte: Acervo pessoal, 9/08/2019.

Dada a importância da edificação para a comunidade local somada à relevância da autora do projeto e o fato de ser o único imóvel construído da arquiteta Lina Bo Bardi fora do estado de São Paulo, foi pedido o tombamento do edifício a nível estadual, ao se deparar com o risco de descaracterização eminente, uma vez que não atendia mais a demanda de seus usuários. Desse modo, o Instituto Lina Bo Bardi, com o apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB Uberlândia, encaminhou requerimento ao IEPHA (MG) e o complexo da igreja recebeu a cautela de tombamento em 1997, sendo inscrita no livro nº I, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo nº II, do Tombo de Belas Artes e no Livro de Tombo nº III, do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

Dentre os edifícios com acautelados em Uberlândia, a igreja é a única a alcançar o reconhecimento a nível estadual, sendo seu tombamento sido apenas

acatado pelo município, onde não houve nenhum movimento em direção ao tombamento do edifício também a nível municipal.

O histórico e a produção arquitetônica e urbanística modernas brevemente apresentados através da eleição de alguns bens, sejam eles de maior ou menor visibilidade, tiveram por objetivo evidenciar o importante papel desempenhado pela Arquitetura Moderna no processo de formação da paisagem urbana e participação na criação da identidade de seu povo e do município.

Os ideais de modernidade vêm sendo vinculados com os lemas da cidade desde o princípio de sua formação, reforçados pelos impactos causados pela construção de Brasília, momento em que a produção da Arquitetura Moderna se viu em maior evidência.

Os conceitos de moderno e desenvolvimento vêm sendo vinculados à Uberlândia, ganhando mais força no momento de seu maior período de desenvolvimento e consolidação no cenário regional e nacional. Assim, a estética moderna vem sendo relacionada à identidade da cidade desde sua chegada em 1940, trazida pelos arquitetos vindos da capital Belo Horizonte e de São Paulo, mantendo-se presentes ainda, nos dias atuais, mas convivendo com um processo de perdas e descaracterizações.

Deste modo, no próximo capítulo serão analisados a trajetória legislativa de proteção dos bens culturais no município e seus principais instrumentos legais, buscando compreender sua aplicação e, sobretudo, sua eficácia na proteção desse acervo.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO EM UBERLÂNDIA

Para que se possa ter uma leitura mais clara sobre alguma instituição em específico é interessante conhecer os caminhos que levaram até sua criação, quais foram suas motivações, bem como suas referências. O Brasil é um país cuja história esteve sempre ligada aos países europeus, dentre os quais a França, que desempenhou influência determinante nos seus posicionamentos ao tratar de seu patrimônio cultural.

Na sociedade ocidental, a preservação de edifícios icônicos, comumente conhecidos como monumentos, vem desempenhando a função de serem mantenedores da memória e da cultura de cada povo, pois por meio deles seria possível recorrer às práticas de nossos antepassados, reconhecer seus costumes e suas técnicas construtivas, bem como sua forma de expressão artística¹⁸, conceito que foi sendo atualizado e debatido ao longo dos anos, como nos casos das cartas patrimoniais:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-la na plenitude de sua autenticidade (CARTA DE VENEZA, 1964).

Enquanto políticas nacionais, o primeiro marco que se tem no Brasil, foi a criação do órgão federal responsável pela defesa e proteção do patrimônio histórico nacional, oficializado pela publicação do Decreto-Lei Federal nº 25, de novembro de 1937. O segundo marco a nível nacional foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que atualizou os conceitos e as ferramentas de proteção do patrimônio cultural.

No primeiro momento, década de 1930, Starling (2009) ressalta que quando criado o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ficou estabelecido que a defesa do patrimônio cultural nacional deveria ficar sob a guarda do Estado, tendo como principal ferramenta de proteção, o tombamento.

¹⁸ As definições e a maneira como os bens culturais, anteriormente conhecidos como monumentos históricos são selecionados e considerados de valor para determinada sociedade podem ser encontrados na obra de Choay, A alegoria do patrimônio. São Bernardo do Campo, 2017.

A autarquia federal criada em 1937, que conhecemos hoje como Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, foi a instituição pioneira oficialmente reconhecida a tratar e proteger a produção arquitetônica que representava o Brasil e sua história no cenário internacional.

O órgão inicialmente teve sua atuação, primordialmente direcionada à preservação das edificações do período colonial brasileiro (século XVI, XVII e XVIII). Liderada por Rodrigo Melo Franco¹⁹, com a participação dos principais arquitetos expoentes da Arquitetura Moderna brasileira²⁰, a instituição se apoiava no conceito ideológico de “criar ou preservar”, o que justificaria a ruptura com o passado na construção de novas edificações com características marcadamente modernas e a preservação do que era remanescente do passado “fundador” da pátria. Como afirma Rizzoto:

Na prática as intenções do Sphan eram claras. A prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira, priorizando monumentos arquitetônicos e a arquitetura religiosa que de acordo com seu dirigente eram o que se considerava o traço da civilização brasileira (RIZZOTO, 2008, p.20)

Esse primeiro momento de atuação do IPHAN foi emblemático pois, ainda que seus articuladores produzissem e defendessem a produção da Arquitetura Moderna, essa só seria tema de maior destaque no debate sobre sua preservação anos depois, ganhando força durante a construção de Brasília, como por exemplo, na discussão sobre o tombamento da Catedral Metropolitana ainda em fase de construção²¹.

Ao analisar a trajetória das ações do IPHAN, pode-se perceber, segundo apontado por Ávila (2018), que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela criação dos órgãos estaduais e pela transformação pragmática das ações adotadas pelos órgãos de preservação a nível federal, em que se visava interromper com a forte centralização da criação e gestão das políticas culturais, assim como pela ampliação

¹⁹ Rodrigo Melo Franco ocupou a chefia do IPHAN de 1937 à 1967, sendo esse período considerado a fase heroica da instituição. No entanto, ainda que as funções da autarquia federal recaíssem sobre bens edificados, Rodrigo tinha formação em direito e jornalismo.

²⁰ O cargo de assessoria na decisão dos bens que deveriam ser tombados pela instituição foi ocupado pelo arquiteto Lucio Costa, famoso por suas obras e defesa dos ideais da arquitetura moderna em todo o país, assim como pelo projeto urbanístico do Plano Piloto de Brasília.

²¹ Para maiores informações sobre a atuação do IPHAN na busca pela preservação dos bens modernos brasileiros, consultar RIZZOTTO, Caroline Campos. Agentes e as gentes: a construção do patrimônio histórico cultural em Uberlândia – Década de 1980. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

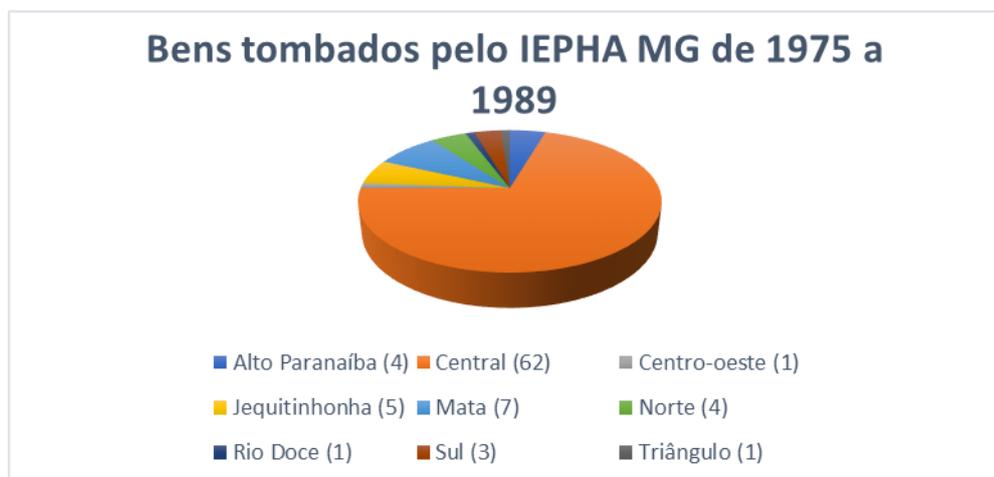
conceitual de cultura, bem como de patrimônio nacional e cultural. Tais modificações conceituais foram normatizadas pela Constituição Federal de 1988.

Além de normatizar o reconhecimento de outros objetos e práticas culturais com valor patrimonial, a Carta Constitucional de 1988 aumentou a competência de estados e municípios na tratativa e preservação de seus bens culturais, uma vez que ficou estabelecido que patrimônio não é mais constituído apenas por aquele objeto de valor para a história e formação do Brasil, mas é também formado pelos símbolos que caracterizam valor sobre a criação e formação de determinada comunidade.

Antes da promulgação da nova Constituição, no entanto, na década de 1970, já ficara estabelecido que a preservação patrimonial seria exercida pelos estados, ação decorrente dos Encontros dos Governadores realizados em Brasília e Salvador. Visando atender as recomendações dos dois compromissos realizados, respectivamente em 1971 e 1972, foram criadas autarquias estaduais para desempenharem funções análogas às do IPHAN e tinham como competência a proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural estadual.

A criação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA – MG) ocorreu em 1971. No entanto, por mais que o instituto estadual tivesse como objetivo a proteção dos bens culturais mineiros, abrangendo também aqueles que estivessem fora dos grandes conjuntos arquitetônicos já protegidos pelo IPHAN, Goulart (2006) afirma que sua atuação inicial ficou concentrada, principalmente, na região central do estado – Belo Horizonte e as principais cidades históricas e turísticas -, conforme demonstrado no gráfico reproduzido abaixo, em que mostra a relação dos bens tombados e suas respectivas regiões.

Gráfico 1 - Bens imóveis tombados em nível estadual por região, de 1975 a 1989.



Fonte: Maurício Goulart, 2006.

Conforme demonstrado no gráfico, a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba contavam com apenas cinco bens tombados nível estadual²² nesse período (1975–1989): a Capela de São Sebastião em Araxá e a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento em Sacramento, ambas tombadas em 1979; a Igreja de Nossa Senhora do Desterro e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, ambas localizadas no Distrito Desemboque em Sacramento e tombadas em 1984 e o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro do Barreiro, em Araxá, tombado em 1989.

Após 1989, foram tombados a Igreja do Espírito Santo do Cerrado²³ localizada em Uberlândia em 1997 e o Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Antiga Estação da Estrada de Ferro Goiás²⁴ na cidade de Araguari, tombado em 2008.

A recente formação dos núcleos urbanos, preponderantemente ocorrida ao longo do século XIX, tanto no Triângulo Mineiro quanto no Alto Paranaíba, não estavam, necessariamente, no foco de interesse de atuação do IEPHA MG. Desse modo, buscaremos compreender nesse capítulo o que motivou a criação dos órgãos de preservação locais bem como refletir sobre o modo como se deram suas ações ao longo dos anos.

²² O número de tombamentos a nível estadual não é muito expressivo, quando analisados os bens tombados a nível federal. Somadas as duas regiões, apenas um bem é tombado a nível federal, a igreja de Santa Rita de Uberaba que foi tombada em 1939 e inscrita no livro de tomo Belas Artes, processo 187-T-1938.

²³ O tombamento da igreja está registrado no livro do tomo I –Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, livro do tomo II – de Belas Artes e livro do tomo III – histórico, das obras de arte históricas.

²⁴ A estação se encontra inscrita no livro de tomo I e II respectivamente.

2.1 Contexto social e histórico da criação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (COMPHAC) e sua primeira gestão.

Na década de 1980, com a promulgação do texto constitucional de 1988 e seguindo o processo de descentralização das ações das instituições que tratam das questões patrimoniais, a responsabilidade sobre a preservação passou a ser compartilhada com os municípios. Esses foram incentivados a criar medidas de proteção e conservação de seu patrimônio, entendendo que os bens culturais considerados “dignos” de proteção não precisavam, necessariamente, ser reconhecidos nacionalmente, e sim, atuar como representantes da história e da cultura de determinada comunidade.

Além das mudanças conceituais sobre o patrimônio cultural, os anos de 1970 e 1980 foram marcados pela efervescência dos movimentos sociais que lutavam contra o regime militar impositivo. A busca por uma sociedade mais democrática e participativa refletia também nas ações de cultura, o que levou à criação de políticas participativas, culminando na criação de conselhos em todo o Brasil, tendo esses conselhos consultivos e deliberativos adquirido papel de relevância.

Starling (2009) afirma que o texto constitucional trazia, como forma de ampliar a participação da sociedade civil, a definição das diretrizes de políticas públicas na implementação das ações e em seu controle. Uma das ferramentas citadas é o conselho, que se constitui então em instituições híbridas de compartilhamento das decisões entre governo e os diversos representantes da comunidade, trabalhando em conjunto nas dinâmicas e processos das esferas governamentais e sociais.

Segundo Ávila (2018), a insatisfação com a falta de ação das instituições estaduais e federais somada ao descontentamento com o governo ditatorial vigente, a pouca comunicação das lideranças culturais locais com as instituições de patrimônio, tanto estadual quanto federal já demonstradas pelos números do gráfico acima, motivaram o surgimento de grupos sociais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Esses grupos, formados por pessoas da comunidade e lideranças políticas locais, debatiam medidas de preservação da cultura local, bem como de seu acervo arquitetônico.

O mesmo autor ressalta que em algumas cidades da região, como no caso de Estrela do Sul, a movimentação desses grupos foi notória, sendo eles capazes de mobilizar a população em prol de ações de preservação e na busca por

reconhecimento do seu patrimônio. Para isso, utilizaram de lugares caros a sua memórias e elementos do cenário urbano para reconhecer e valorizar a história da cidade e seu patrimônio, construindo de maneira coletiva a representação e os significados dos valores simbólicos e históricos, que influenciam a percepção de patrimônio até os dias atuais²⁵.

Em Uberlândia, um dos eventos mais importantes que aconteceu referente aos movimentos sociais regionais, foi registrado na Ata da 5ª sessão da 6ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores, no dia 22 de agosto de 1984. Nessa reunião foi lançado o projeto intitulado Picuá, elaborado pelos irmãos Rosa, residentes em Estrela do Sul, que propunham a ação conjunta dos municípios da região em prol da preservação de sua história e patrimônio cultural. A reunião contou com a participação de representantes de 16 cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que debateram sobre meios de se conseguir o reconhecimento dessas cidades enquanto portadoras de valor cultural e histórico em Minas Gerais.

Essas medidas propostas pelo Projeto Picuá se dividiam em duas frentes de ação. Segundo Ávila (2018), uma era destinada à catalogação dos bens de Estrela do Sul (MG), uma vez que a cidade era portadora de um dos acervos arquitetônicos mais ricos entre os municípios da região. A outra, se pautava em ações de articulação regional em prol da valorização da história e da cultura da região. Vale ressaltar que além da articulação entre os municípios, Ávila afirma que essas ações buscaram contar com o apoio da mídia local:

A imprensa assumiu a responsabilidade de ampliar a esfera de atuação dos parâmetros de reconhecimento desse patrimônio, produzindo uma crítica regional. Foi através das reportagens que se tentou o despertar da atenção da população e das autoridades para a importância dos bens culturais na implantação das políticas nas cidades (AVILA, 2018, p.98).

No contexto de Uberlândia, este cenário se fazia claramente presente nas eleições para prefeito em 1982, quando o então representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Zaire Rezende, trazia na sua campanha propostas de ações de políticas participativas nas quais estaria incluída, na pauta

²⁵ Sobre o tema, consultar o trabalho de dissertação de André Luiz Borges Ávila, Lugar de Memórias: a construção e a interpretação dos processos de patrimonialização cultural por movimentos sociais culturais em Estrela do Sul – MG. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1437>.

sobre cultura, a criação de um conselho de patrimônio histórico artístico e cultural, formado por representantes da população.

Concomitante ao período eleitoral peemedebista e aos movimentos populares regionais, o início da década de 1980 foi marcado pelas primeiras manifestações em prol da preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Uberlândia. Segundo Rizzoto (2008), esse movimento se consistiu nas ações de um grupo de professores da Universidade Federal – UFU pertencentes ao antigo Departamento de Ciências Sociais, podendo ser considerado como o primeiro grupo de agentes envolvidos na causa da preservação na cidade.

Seu trabalho buscava romper com a recorrente posição dos ex-governantes e da elite uberlandense de materializar uma cidade moderna, tendo como consequência a demolição em massa das antigas edificações da cidade. Uberlândia sempre carregou consigo a idealização de cidade moderna, desenvolvida e progressista, em contraponto a esses ideais, as edificações com traços característicos do passado simbolizavam o retrocesso.

Segundo algumas matérias dos jornais impressos da época, as construções do passado não cabiam no mesmo ambiente que as construções modernas, essas influenciadas por aquelas que eram construídas na nova capital federal, Brasília.²⁶

Essas elites dirigentes, formadas por antigos governantes e empresários sempre prezaram primeiramente que a cidade fosse modelo de cidade moderna e voltada para o futuro.(RIZZOTO, 2008, p.25).

As principais ações desse grupo de professores consistiram-se na produção de um levantamento fotográfico que denunciava a rápida perda da memória da cidade por meio das demolições que eram bastante frequentes na década de 1980. As fotos então produzidas²⁷ podem ser consideradas como o primeiro inventário realizado na cidade, em que podem ser vistos registros que mostram grande parte das construções que foram perdidas ao longo do tempo, vítimas das ações da especulação imobiliária.

²⁶ Ao se pesquisar no Arquivo Público Municipal as publicações dos jornais e revistas da época, facilmente se encontrará notícias que mostram a aversão às construções antigas na cidade e, para mais informações, é recomendada a leitura da obra de LIMA (2007). intitulada As visões e concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia – MG 1950-1980.

²⁷ Infelizmente, devido ao fechamento do Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS em março do corrente ano devido às medidas de prevenção à pandemia COVID19 adotadas pela UFU, não foi possível consultar o levantamento fotográfico produzido. Foi possível a consulta a apenas uma cópia parcial do material, guardado junto à Divisão de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura.

O trabalho de inventário era composto por fichas e fotos, referenciando o nome do imóvel, data do registro e endereço. O registro fotográfico priorizava fotografias das fachadas dos imóveis, uma vez que o acesso a eles não deveria ser assim tão fácil. O foco do trabalho era registrar a história e a memória da cidade por meio de seus edifícios. Observa-se que além dos bens mais antigos, com características tradicionais e ecléticas, foram também registrados os bens com estética mais recente, como no caso de bens Art Déco e Modernos, mesmo que em menor número.

O trabalho desenvolvido pelo grupo acadêmico da UFU, sem dúvida, foi uma importante ação para chamar a atenção da população sobre o crescente processo de demolição e perda da memória patrimonial urbana que viria a surtir efeito alguns anos depois, durante o mandato de Zaire Rezende.

Vitorioso, Zaire Rezende em seu primeiro ano como prefeito - 1983 a 1988 -, criou a Secretaria Municipal de Cultura – SMC, fazendo com que Uberlândia se tornasse a primeira cidade do interior de Minas Gerais a possuir uma secretaria de cultura independente da Secretaria de Educação.

Também durante seu mandato foi criada, em 1985, a primeira lei que tratava do patrimônio histórico artístico e cultural de Uberlândia - a Lei Municipal nº 4.240 de 14 de novembro de 1985 - que instituiu a organização e a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município. Ao se analisar seu texto, é possível identificar grande semelhança com o Decreto Federal 25/1937²⁸, alterando apenas as esferas de poder mencionadas.

No texto da Lei Municipal no. 4.240/85 já se mencionava a criação de um conselho de patrimônio histórico, o que acabou ocorrendo por meio do Decreto nº 3.506, publicado em 31 de março de 1987, que dispôs sobre a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC.

Concomitante à criação da Lei no. 4240/85 foram tombados pela Câmara de Vereadores quatro bens imóveis, sendo eles: o conjunto da Praça Clarimundo Carneiro; a Igreja do Rosário; a Oficina Cultural e a Casa da Cultura. É bastante plausível acreditar que esses tombamentos tenham sido influenciados pelos movimentos culturais regionais e o trabalho desenvolvido pela UFU, ambos citados acima, ainda que não tenhamos encontrados evidências documentais.

²⁸ O Decreto Federal 25 de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e foi responsável pela criação do IPHAN, primeiramente conhecido como SPHAN.

Quando analisamos esses primeiros tombamentos, o que se percebe é a clara preferência pela preservação de edifícios considerados “memoráveis” da cidade, que compartilham do mesmo estilo eclético, localizados no Bairro Fundinho e pertencentes à administração municipal. Goulart (2006) comenta que outros bens foram cogitados para a proteção legal nesse momento, porém os tombamentos acabaram não sendo realizados.

Após a realização dos quatro tombamentos e a criação da lei 4.2040/85 o COMPHAC só viria a ser criado por meio do Decreto Municipal nº 3.506 de 31 de março de 1987. Sua função se dava de maneira deliberadamente consultiva, tendo sua composição inicial ocupada por representantes da comunidade, do executivo municipal e de instituições privadas.

Em um primeiro momento, pode-se notar que a intenção foi a nomeação de pessoas de notório saber ao invés de instituições, como era usual na composição de muitos conselhos, inclusive do próprio IPHAN. No entanto, o que prevaleceu foi a nomeação de representantes de diversas instituições, por elas próprias indicadas.

Tabela 1 – Instituições representadas no COMPHAC na primeira gestão, de 1987 a 1989: instituições privadas, executivo municipal e comunidade.

Composição do COMPHAC em 1987		
Instituições	Prefeitura Municipal	Comunidade
Academia Uberlandense de Letras e Artes – AULA	Comissão de Cultura da Câmara Municipal	Artes Integradas do CAMARU
Diretório Central dos Estudantes – DCE	Secretaria Municipal de Cultura – SMA	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos - AEA
União dos estudantes secundários de Uberlândia – UESU	Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA	Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais SJPMG
Universidade Federal de Uberlândia – Departamento de Artes	Secretaria Municipal de Planejamento – SMP	Conselho de Entidades Comunitárias
Universidade Federal de Uberlândia – Departamento Ciências Sociais		Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB Núcleo Uberlândia
26° Delegacia Regional de Ensino		Movimento Negro de Uberlândia Visão Aberta - MONUVA
		Ordem dos advogados do Brasil – OAB /13° subseção
		Membro da Comunidade
		Membro da Comunidade
		Membro da Comunidade

Fonte: Elaborado pelo autor

Quando analisamos o Decreto Municipal 3.506/87 e observamos as proporções entre os representantes do poder executivo e demais instituições, o que se nota é que, nesse primeiro momento, o Conselho não sofria ainda tanta influência da prefeitura, se considerarmos o número de representantes do poder executivo municipal.

No primeiro ano do COMPHAC, podemos perceber, ao analisarmos as atas, que o Conselho direcionou sua atenção para a elaboração de seu estatuto, estabelecendo a forma com que seria feita a indicação da presidência, o tempo de

gestão de cada conselheiro e a possibilidade de entrada de uma nova instituição e, conseqüentemente, um novo conselheiro.

No entanto, mesmo que a parcela de conselheiros representantes da prefeitura fosse significativamente menor que o número de representantes da comunidade somadas às instituições privadas, o estatuto elaborado deixou claro o que já estava estabelecido em lei, de que o Conselho seria apenas consultivo, podendo apenas indicar bens para tombamento e aconselhar o poder executivo sobre ações relacionadas aos bens culturais da cidade.

O Estatuto do Conselho, aprovado em 1988, por meio do Decreto Municipal nº 4.000, colocava como principais atribuições do mesmo:

- Divulgar e estimular, por meio da imprensa, campanhas educacionais voltadas para a preservação dos bens culturais municipais;
- Propor o tombamento de bens os quais fossem julgados merecedores.

A leitura das atas aponta também que o Conselho buscava autonomia e pretendia divulgar sua existência por meio da propagação de suas ações, fazendo o uso das mídias com as quais tinha acesso. Vale ressaltar que um de seus conselheiros representava os meios de comunicação: o Sindicato dos Jornalistas de Uberlândia, o que, em tese, facilitaria o acesso às mídias.

Destaca-se ainda que o Estatuto proibia a participação de agentes ligados à ações imobiliárias da cidade como conselheiros, o que pode ser compreendido quando se observa os danos causados por construtoras e imobiliárias, responsáveis por boa parte do desmantelamento dos bens imóveis históricos de Uberlândia.

O Conselho, agindo de modo a atender as suas atribuições, trabalhou na divulgação de suas ações e da importância dos bens culturais durante os eventos relacionados às comemorações do centenário da cidade, em que foram destacados os edifícios que fizeram parte dessa história. Essa divulgação se dava por meio da publicidade produzida pela prefeitura, sendo introduzidas informações relativas aos bens culturais.

O final de 1988 deu início a um período atribulado para o COMPHAC. Era o fim do seu primeiro ciclo administrativo, momento em que deveria atualizar seu quadro de conselheiros. Somado a isso, aproximava-se o fim da gestão de Zaire Rezende, trazendo com ela a incerteza sobre a perpetuação do Conselho na próxima gestão. E por fim, o intenso debate ocorrido em torno da proposta de tombamento do prédio que

abriga o Mercado Municipal²⁹ feita por um vereador da Câmara, que causou desgaste e cisão entre os conselheiros, o que levou à suspensão de suas atividades.

De um lado havia aqueles que defendiam a preservação do Mercado Municipal pois acreditavam que o edifício fazia parte da memória afetiva da população e sua arquitetura era digna de proteção. De outro lado, havia aqueles que acreditavam que o processo de descaracterização, pelo qual o bem havia passado ao longo dos anos, fez com que ele perdesse suas características originais, inviabilizando seu tombamento.

O tema foi objeto de discussão recorrente em inúmeras reuniões do Conselho, conforme registrado nas atas. Durante esse processo, foram feitos e apresentados pareceres de ambas as partes. No entanto, ainda que se conhecesse, por meio desses pareceres, motivos para o tombamento ou não, as discussões não chegaram a nenhum consenso. O debate causou desgaste e o distanciamento entre os conselheiros, uma situação de intenso conflito que resultou na renúncia do seu presidente, o arquiteto Luiz Humberto Finotti.

As discussões sobre o tombamento do Mercado Municipal, embora sem um resultado positivo, são importantes pois revelam uma mudança dos debates em relação aos critérios de atribuição de valores e de reconhecimento dos bens a serem preservados. Observa-se que parte dos conselheiros já não mais se contentava com os critérios que sustentaram os primeiros tombamentos - que destacavam os valores estéticos e históricos dos bens e a preservação integral de suas características originais – mas argumentavam por sua importância como registro do cotidiano e a importância de relações afetivas da população.

A análise das atas também sugere que uma das dificuldades enfrentadas para o bom funcionamento e consolidação desse primeiro Conselho refere-se à constante falta de quórum, o que, além de indicar certo descompromisso por parte de seus membros, gerava irregularidades na periodicidade das reuniões e embaraços para a tomada de decisões.

Após a renúncia do presidente do Conselho, consta nos arquivos pesquisados a realização de três reuniões, de modo espaçados³⁰, não para discutir ações em prol

²⁹ O atual edifício do Mercado Municipal de Uberlândia se localiza na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Olegário Maciel; sua primeira construção data de 1944, sendo construídos anexos nos anos de 1951, 1959, 1972 e, por fim, em 1985.

³⁰ Existe o registro de três reuniões que ocorreram em outubro de 1993, setembro de 1996 e abril de 1998.

do patrimônio cultural da cidade, e sim sobre as maneiras de retomar as suas atividades, em que se reuniram a secretária municipal de cultura e alguns membros do primeiro Conselho.

As atas dessas reuniões revelam que os pontos de discussão e impasse eram sempre os mesmos. Manifesta-se o interesse geral em se reestabelecer as atividades do Conselho, mas os participantes convidados - ex-conselheiros - insistiam que a reabertura do COMPHAC só seria viável caso lhe fosse concedido maior autonomia, fazendo com que ele passasse de consultivo para deliberativo, e que pudesse ter uma atuação independente da Secretaria de Cultura e da gestão pública municipal.

Quanto a atuação do COMPHAC, na gestão de 1987 a 1989, é possível perceber que havia empenho em cumprir um de seus principais objetivos apontados pelo Estatuto, que era a divulgação de suas atividades e de sua existência, tendo como principal ocasião de divulgação, os eventos comemorativos do centenário da cidade ocorridos em 1988 como, por exemplo, a missa celebrada em Miraporanga.

Mas, ainda em relação à atuação, conforme os registros nas atas, não se verifica quaisquer iniciativas relacionadas à identificação do patrimônio cultural a ser preservado como, por exemplo, a realização de inventários ou listagens de bens, assim como nenhuma ação efetiva de proteção ou acautelamento. Nesse período não houve a sugestão para nenhum processo de tombamento, permanecendo o inventário realizado pelos professores da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFU a única fonte de referência dos bens históricos e culturais do município, ainda que tal inventário não tenha sido frequentemente citado pelos conselheiros.

2.2 A Lei Robin Hood e a retomada das atividades do COMPHAC

Como mencionado anteriormente no texto, o final da década de 1970 e 1980 marcou um processo de redemocratização do país e descentralização do poder. Esse processo culminou na promulgação da Constituição de 1988, na qual os municípios passaram a ter mais autonomia nas suas tomadas de decisão, o que se refletiu na revisão de diversas leis mineiras, a começar pela Constituição Estadual promulgada em 1989, na qual se reforça a competência concorrente da União, do Estado e dos Municípios.

Em 1995, visando diminuir a desigualdade existente na redistribuição entre os municípios mineiros da arrecadação oriunda do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), foi promulgada a Lei 12.040, de 28 de dezembro, que ficou conhecida como “Lei Hobin Hood”.

A Lei Robin Hood estabeleceu nova forma de partilha dos recursos do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) alterando a lei anterior (Decreto 32 771, de julho de 1991), na qual a distribuição do imposto ia proporcionalmente para os municípios com maior arrecadação e economia mais ativa. Segundo Biondini et al. (2014), o diagnóstico pouco favorável para os municípios caracterizados por apresentarem economia pouco expressiva, foi um dos fatores que motivaram a busca por outros critérios que não refletissem apenas a importância econômica. O objetivo era premiar os municípios que mais relocassem a verba arrecada em ações que favorecessem a população e aumentassem a sua qualidade de vida.

Dessa maneira, o que se tem em resposta à publicação da lei “Hobin Hood” são ações municipais mais pautadas em resultados de incentivo a desenvolvimento local e não somente em desempenho econômico. Esses novos critérios influenciaram diretamente na forma com que eram geridas as ações voltadas à cultura e, principalmente, à preservação do patrimônio cultural local.

Ficou então estabelecido o posicionamento do Estado e dos municípios, em que o Estado ficou responsável pela fiscalização e implementação dos critérios de arrecadação, e desse modo, os municípios ficaram responsáveis pelas ações e pela produção dos relatórios com o intuito de receber parte da restituição. Esse modelo evidencia a descentralização das atribuições das instituições estaduais em relação

aos municípios³¹. Outro aspecto avaliado é a capacidade que cada município tem de desenvolver ações de incentivo à preservação e reconhecimento de seu acervo cultural, sendo anexados novos instrumentos de ação do município, como relatórios sobre o estado de conservação dos bens tombados e a elaboração de planos de inventário. Somados a esses critérios de avaliação, existem ainda a exigência de haver legislações de proteção ao patrimônio e de criação dos conselhos municipais, regimentos internos, atas de reunião dos conselhos e relatórios de atividades dos departamentos municipais de patrimônio.

Em Uberlândia, quando publicada a lei Robin Hood, já existiam bens tombados na cidade desde 1968, bem como já era previsto uma parcela da SMC que tratava exclusivamente de questões relacionadas ao patrimônio cultural da cidade, o que já possibilitava a sua entrada na arrecadação da verba proveniente do ICMS Cultural. No entanto, eram necessários cumprir as outras atribuições para que a cidade pudesse aumentar o recebimento dos recursos pela pontuação relativa ao critério Patrimônio Cultural.

Como mencionado anteriormente, o processo de descentralização das atribuições de proteção ao patrimônio cultural do Estado, teve início nos anos de 1990, quando o COMPHAC já havia encerrado suas atividades, o que motivou a realização das sucessivas reuniões respectivamente em 1993, 1996 e 1998, e sua reabertura em 2000.

A reabertura do Conselho, por iniciativa da então secretária municipal de cultura Terezinha Aparecida Magalhães de Lima, responsável pela nomeação dos conselheiros por meio do Decreto 8306 de 13 de outubro de 2000, implicava na possibilidade de aumentar a pontuação da cidade ao cumprir mais um dos pré-requisitos impostos pelo IEPHA MG. O funcionamento do Conselho, bem como as três reuniões que ocorrem fazem parte dos documentos enviados anualmente e compõe a documentação que serve de base para a somatória dos pontos obtidos pelo município, de modo que a existência de um conselho operante é fundamental para todo o processo.

A primeira reunião do conselho reaberto aconteceu no dia 14 de junho de 2000 e dela apontamos a fala da então diretora da Divisão Municipal de Memória e

³¹ Atualmente, a distribuição do ICMS pertencente aos municípios é regulamentada pela Lei 18.030, de 2009, sendo essa a quarta versão da Lei Robin Hood.

Patrimônio Histórico, Vania Rende Candelot, que ressaltava a necessidade da reabertura do Conselho, fazendo com que ele pudesse integrar o grupo de municípios que receberiam a restituição do imposto proveniente do ICMS cultural, conforme registrado em ata:

Vânia falou da importância do COMPHAC para o Município, inclusive para o recebimento de verbas do Estado, que exige a existência e atividades de órgão encarregado de zelar pela política de preservação de Patrimônio Histórico do Município (Ata de reunião do COMPHAC, 14/06/2000).

Durante o primeiro ano do novo conselho, as reuniões abordaram questões internas, tendo como foco principal a criação de um novo estatuto e, sobretudo a mudança das atribuições do Conselho, fazendo-o passar de uma instância meramente consultiva do poder executivo municipal para uma instância deliberativa, ideia recorrente na sociedade que desejava participar de modo efetivo na vida pública.

Os registros das atas deixam claro que a mudança na atuação do Conselho visava dar mais autonomia sobre a tomada de decisões referente aos bens culturais, tais como o tombamento e a imposição sobre a legislação municipal que tratasse de assuntos relacionados ao acervo cultural de Uberlândia.

Dentre as falas da reunião ocorrida no dia 14 de junho de 2000, destacamos a da professora Geralda Guimarães, conselheira do COMPHAC empossada em 1987 como representante da Diocese de Uberlândia e uma das responsáveis pela reativação do COMPHAC:

A PROFESSORA GERALDA GUIMARÃES continuou sua explanação dizendo das diversas tentativas em reativar o órgão, acreditando que deve ser feito um estudo do material existente e que deve partir do “zero”, iniciando suas atividades. Disse também , que o Conselho deve ser mais deliberativo para alcançar seus objetivos, que todos os presentes e demais envolvidos deviam se reunir para discutir e formalizar os interesses manifestados (Ata de reunião do COMPHAC, 14/06/2000).

Quando analisamos sua fala, podemos perceber que era latente o desejo por um conselho mais independente, que fosse mais autônomo em relação à SMC e, conseqüentemente, ao poder executivo municipal. Ela também apontava a necessidade de os conselheiros se posicionarem de modo mais efetivo defendendo a autonomia desejada por eles.

Ainda que fosse o posicionamento da maioria dos conselheiros pela autonomia do COMPHAC, eles se depararam com a resistência dos membros que representavam o poder público no Conselho. A secretária de cultura assumia

claramente uma postura que buscava fazer com que o Conselho estivesse submetido à SMC.

No diálogo que trazemos abaixo, entre a secretária Terezinha Aparecida Magalhães de Lima e a conselheira professora Jane de Fátima Rodrigues, que também participou da primeira gestão³², fica evidenciado o posicionamento sobre a proposta de autonomia do Conselho, para torná-lo deliberativo. O diálogo evidencia também a resistência da secretária ao impor a soberania do poder executivo.

TEREZINHA propôs a votação do Conselho ser deliberativo ou consultivo. Todos os presentes, com exceção do representante do Trigésimo Sexto Batalhão que pediu para não votar nessa reunião, votaram para que o Conselho passasse a ser deliberativo.

JANE que faz parte de outros conselhos, acha que o agente Executivo não iria ficar contra o Conselho porque o objetivo, do mesmo, seria assessorar e auxiliar na melhoria e qualidade de vida da comunidade e isso é sempre muito bem-vindo.

TEREZINHA esclareceu também que o Conselho não é soberano. O Executivo é soberano (Ata de reunião do COMPHAC 02/08/2000).

Esse pequeno trecho evidencia os problemas encontrados naquele momento, em que o poder executivo, através da SMC, desejava ter controle sobre o Conselho. Após a votação ocorrida no dia 02/08/2000, em uma atitude conciliatória, ficou decidido que o Conselho passaria a exercer dupla função, assumindo o caráter consultivo e deliberativo.

Com a publicação do decreto no. 8.306/2000, em outubro foram designados os novos membros para reativação do COMPHAC, que seria composto, nesse momento, por apenas seis pessoas, ocupando os cargos de presidente – Geralda Maria Guimarães Rodrigues (Diocese de Uberlândia), vice-presidente – Zênite Martins (UFU), 1º secretário – Zenaide Martins (SMC), 2º secretário Jane de Fátima Rodrigues (UFU), 1º tesoureiro – André Luiz Oliveira Junior (OAB) e 2º tesoureiro – Milton Leite Ribeiro (AEAA).

As mudanças referentes à autonomia do COMPHAC viriam a ser oficializadas com a publicação do novo estatuto, que ocorreu por meio do Decreto no. 8. 545 de 17 de agosto de 2001³³. Quando analisamos o novo estatuto e o comparamos com o antigo, publicado em 1988, pode-se notar que não foram feitas grandes alterações.

³² A professora Jane de Fátima Rodrigues além de participar da primeira gestão do COMPHAC em 1987, participou também do trabalho de inventário realizado pelo grupo de professores da UFU em 1985.

³³ Decreto nº 8 545 de 17 de agosto de 2001, que aprova o novo estatuto do Conselho Municipal Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC e revoga os decretos nº 3506 de 31 de março de 1987 e 4000 de outubro de 1988.

No que tange à autonomia do conselho, este passou a ser consultivo e deliberativo, como acordado na reunião anteriormente citada. No entanto, conforme comenta GOULART (2006), esta foi uma mudança inócua, pois as dificuldades em efetuar tombamentos de maneira autônoma ainda persistem, sem que haja uma indicação em quais situações ele é deliberativo e em quais é consultivo. Por outro lado, o conselho consultivo é mais bem considerado com relação à pontuação do ICMS Cultural.

Em relação à composição do novo Conselho, o novo Estatuto aumentou a representação das instituições de ensino, uma vez que passam a fazer parte do Conselho mais quatro representantes da Universidade Federal de Uberlândia e um representante de uma instituição de ensino superior privado. Desse modo o equilíbrio entre prefeitura e comunidade foi retomado, uma vez que são pareados os números de conselheiros que representam ambos os lados.

No entanto, ainda que conseguido o equilíbrio entre as instituições do poder executivo municipal e das instituições privadas somadas a comunidade no COMPHAC, o estatuto permitia que fossem convidadas novas instituições desde que esse convite fosse aprovado em votação pelo próprio Conselho. Sendo assim, passaram a compor o Conselho ainda em 2000, o grupo de Artes Integradas do Camaru - AICA, o Centro de Entidades Comunitárias – CEC, e a Secretaria de Meio Ambiente, acarretando mais uma vez no desequilíbrio das representações entre comunidade e poder municipal.

Mesmo definida pelo estatuto a regularidade das reuniões, o que se percebe, analisando as atas, é que o Conselho não conseguiu de fato cumprir a agenda proposta pelo estatuto, persistindo o mesmo problema de falta de quórum do Conselho anterior para a realização regular das reuniões.

No ano seguinte, 2002, pela primeira vez entrou em pauta a discussão sobre os tombamentos de bens privados, uma vez que até então, todos os bens tombados em Uberlândia eram de propriedade da prefeitura ou da igreja. No entanto, ainda que discutidos tombamentos de bens privados, o único tombamento ocorrido nesse ano foi o do Mercado Municipal, que havia sido o pivô da crise do Conselho em 1989.

O tombamento do Mercado Municipal pelo COMPHAC marcou também o fim dos tombamentos aprovados pela câmara de vereadores. O pedido junto ao Conselho partiu da então vereadora Liza Prado, indicando claramente a adoção do novo rito. A partir dele, todos os tombamentos na cidade foram realizados no amparo da legislação de proteção, através de processos administrativos abertos junto ao COMPHAC e

consolidados por meio de decretos assinados pelo chefe do poder executivo e inscritos no respectivo Livro de Tombo.

Dos bens privados indicados para tombamento em 2002, somente um deles, a Residência Chacur³⁴, foi concluído no ano seguinte, 2003. Evidenciamos aqui esse tombamento em específico pois ele marcou um grande desafio para o COMPHAC em relação ao tombamento de bens privados e ao cumprimento dos trâmites legais previsto em lei, bem como a elaboração de um dossiê completo para análise pelo Conselho. Buscando atender as normativas do IEPHA-MG visando a pontuação do ICMS Cultural, as atas revelam a inexperiência do Conselho em tratar as questões legais, recorrendo ao Ministério Público Municipal como órgão assessor.

O ano de 2002 marcou também um novo passo em direção às novas ferramentas de preservação do patrimônio cultural local. Nesse ano foi iniciada a elaboração do primeiro Plano de Inventário do Patrimônio Cultural do Município, também em atendimento à normativa do ICMS Cultural.

Mesmo tendo sido sugerido o tombamento de nove bens imóveis, em 2004 houve somente o tombamento da Praça Tubal Vilela, primeiro bem moderno a compor o grupo de bens protegidos pelo município. Somada à praça Tubal Vilela, em 2006 o segundo e último bem moderno, o Uberlândia Clube, foi tombado pelo município, cujos processos de tombamentos serão abordados no capítulo seguinte.

Após 2006, os tombamentos aparecem no Conselho com um pouco menos de protagonismo, a média de tombamentos realizados na sequência é de um bem por ano, o que nos mostra uma possível mudança de direção do COMPHAC e dos agentes da SMC, além de dificuldade operacionais.

Em 2005/2006, o município iniciou a atualização do seu Plano Diretor³⁵, o que poderia causar algum tipo de impacto em regiões consideradas históricas ou até mesmo em edifícios já protegidos. Desse modo, por meio do Decreto no. 10.096 de 30 de novembro de 2005, que institui a comissão de revisão do Plano Diretor de Uberlândia e o COMPHAC contou com um representante na Comissão de Acompanhamento do Núcleo Gestor.

³⁴ Além da residência Chacur, foram indicadas para tombamento dois conjuntos de torres referentes a olarias que existiam na região central, no entanto essas, sem o tombamento aprovado, acabaram sendo demolidas em seguida.

³⁵ O Plano Diretor de 2006 foi oficializado pela Lei Complementar nº 432 de 19 de outubro de 2006, que estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação. Sua autoria remete ao prefeito vigente na época Odelmo Leão.

De 2006 até 2010, o que podemos notar é certa estabilidade nas ações do COMPHAC. As reuniões são frequentes, seguindo o que é estipulado pelo estatuto, as ações de preservação se mantêm, cumprindo o que é requerido pelo IEPHA-MG para o ICMS Cultural e as ações de preservação direcionadas ao tombamento, como vimos em 2006, acabam sendo substituídas pela atualização das fichas de inventário.

Como já mencionado, o Plano de Inventário Quinquenal elaborado pela UFU em 2006 foi finalizado em 2011. Após esse período, o trabalho tem sido de se processar as atualizações anuais de certo número de fichas para comporem a documentação a ser enviada ao IEPHA MG para avaliação e pontuação do ICMS Cultural. Pudemos notar também que boa parte das reuniões são consumidas na tratativa de problemas cotidianos ligados aos bens já tombados, como análise e aprovação de pedidos de reparo, restauração e pequenas intervenções nos bens arquitetônicos tombados.

Em 2007, houve a publicação da lei Municipal nº 9.702, que absorveu os novos conceitos presentes na Constituição de 1988 e estabeleceu uma nova composição para o Conselho de patrimônio, assim como ampliou suas competências, detalhou os procedimentos para registros e tombamentos, estabeleceu diferentes graus de proteção por tombamentos e definiu as infrações e penalidades. Nas disposições gerais, evidencia que cabe à Secretaria Municipal de Cultura a implementação das ações de proteção ao patrimônio municipal do município (Art. 42), em articulação com o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia.

Após a publicação dessa lei, o registro de bens culturais adquiriu relevância, deixando os tombamentos, geralmente mais conflituosos, em segundo plano. De acordo com a lei no. 9.702/2007, a composição do Conselho passou a ser de vinte e dois conselheiros mais seus respectivos suplentes. A nomeação é realizada pelo prefeito por meio de decreto, sendo a indicação dos conselheiros feita pelo COMPHAC.

Dentre as determinações especificadas em cada artigo dessa mesma lei, um deles chama a atenção pois garante poder especial para o poder executivo municipal. O artigo nº.19, estabelece que o Conselho é o responsável pelas notificações caso decida pela abertura de um processo de tombamento. No entanto, o inciso 4º do mesmo artigo no.19, indica a possibilidade de impugnação da proposta de tombamento por parte do executivo, mais especificamente, pela Secretaria de Cultura, o que acabou sendo revogado na publicação da legislação subsequente.

Um problema já conhecido pelo Conselho desde sua primeira formação, a falta de quórum, fez com que fossem alteradas as regras para deliberação do mesmo através da publicação da lei nº 10.006 de 20 de outubro de 2008³⁶. As alterações no regulamento possibilitaram que o Conselho pudesse deliberar assuntos pautados pela terceira vez apresentando quórum de 1/4+1 dos conselheiros. Além de buscar resolver as questões ligadas à presença dos conselheiros, a lei no.10.006/2008 alterou mais uma vez a composição do COMPHAC, na tentativa de que as instituições componentes do Conselho de fato participem das decisões, enviando seus representantes.

2.3 A atuação do COMPHAC na última década, 2010-2020

A década de 2010 se inicia sob o comando do prefeito eleito Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, do Partido Progressista, que cumpriu dois mandatos seguidos - de janeiro de 2005 a dezembro de 2008, e de janeiro de 2009 a dezembro de 2012 - tendo sempre, como secretária de cultura, a professora Mônica Debs. Em dezembro de 2010, o executivo municipal publicou o decreto n. 10.662 de 13 de dezembro de 2010, que estabeleceu novas normas de proteção do patrimônio cultural do município de Uberlândia, revogando as leis municipais nº 9.702/2007 e 10.006/2008.

O novo decreto manteve o caráter consultivo e deliberativo, mas alterou sua composição, que passou de 22 para 18 conselheiros, ampliando, no entanto, a participação do número de secretarias municipais³⁷ de uma para cinco, além de um representante da Procuradoria Geral do Município. Observa-se também que a Secretaria de Cultura passou a ter maior número de representantes (de 3 para 4). A presidência do Conselho passou a ser exercida pelo Secretário Municipal de Cultura ou por um membro titular do Conselho por ele escolhido, evidenciando o maior controle do executivo sobre o mesmo, que passa a ter então 50% das cadeiras (9 representações) mais a presidência, que tem voto de minerva.

³⁶ Lei nº 10.006 de 20 de outubro de 2008, estabelece normas de proteção do patrimônio cultural do município de Uberlândia e revoga a lei nº 9.702/2007.

³⁷ Dentre as secretarias que passaram a compor o Conselho então: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal e Desenvolvimento Econômico e Turismo e Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

O Conselho também passou a contar com representantes da comunidade, que são escolhidos por votação entre os candidatos inscritos através de edital elaborado pela Secretaria Municipal de Cultural.

A relação de quórum para a tomada de decisões se mantém a mesma. Já havia sido estabelecido que o quórum passava a ser de $\frac{1}{4}=1$ em assuntos pautados pela segunda vez, o que nos mostra que as questões relativas a presença dos conselheiros continuaram gerando dificuldades ao funcionamento do Conselho, e afetando suas tomadas de decisão.

A nova lei, no entanto, manteve as mesmas atribuições e os mesmos instrumentos de proteção da lei anterior (2007): inventário, registro, tombamento, vigilância e desapropriação. No ano seguinte, 2011, aprovou-se um novo estatuto de funcionamento interno, por meio do Decreto no. 13.225 de 8 de dezembro. Nesse novo estatuto ficou especificado uma gama maior de atribuições, dentre elas emitir, além dos pareceres prévios sobre tombamento, pareceres sobre a modificação ou revogação de projeto urbanístico, restauração e demolição de bens tombados e elaboração e aprovação de seu estatuto interno.

Além da alteração na composição, mudou-se também a forma de votação, que passou a ser aberta em vez de secreta. A periodicidade das reuniões ordinárias do Conselho passou de quinzenal para mensal, diminuindo pela metade o número de reuniões, podendo ocorrer, caso necessário, reuniões extraordinárias estipuladas pelo presidente do Conselho.

Pela última vez, o Estatuto foi alterado em 2014, mudando apenas as instituições representadas. Entretanto, nessa alteração das instituições, foi mantido o equilíbrio entre poder público e as representações das instituições civis, permanecendo também a diretoria ocupada pela secretária de cultura, que mantém o voto de minerva.

Tabela 2 – Instituições representadas no COMPHAC: Instituições, Prefeitura Municipal e comunidade em 2020, de acordo com o Estatuto. Composição atual de acordo com o estatuto implementado pela Lei nº 13.225/2011.

Composição do COMPHAC em 2020		
Instituições	Prefeitura Municipal	Comunidade
03 Universidade Federal de Uberlândia – UFU	04 Secretaria Municipal de Cultura - SMC	03 Comunidade
01 Instituto de História da UFU	01 Procuradoria Geral do Município - PGM	
01 Associação dos Decoradores do Triângulo	01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA	
13ª subseção da ordem dos advogados do Brasil OAB	01 Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN	
Conselho dos Arquitetos e Urbanistas - CAU	01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SMDET	
01 Associação dos Engenheiros e Agrônomos - ASSENG	01 Secretaria Municipal de Administração - SMADM	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O que podemos notar, quando comparada, a composição atual do Conselho com relação à primeira composição, é que muitas das instituições presentes na primeira listagem saíram ou foram substituídas por outras instituições equivalentes, como é o caso do IAB que foi substituído pelo CAU. As universidades, por outro lado, tem sido representadas pela UFU, sendo a única instituição de ensino presente dentro do quadro de conselheiros participantes. Ainda que seja apenas uma instituição, essa se divide nos cursos de História, Arquitetura e Urbanismo e Design. As instituições representantes da Prefeitura Municipal, ainda que variantes, tendem a se manter em mesmo número preservando a voz e o voto do poder executivo.

Atualmente, as reuniões se mantêm uma vez por mês de modo regular, não se verificando mais problemas relativos ao quórum, uma vez que esse foi sendo reduzido ao longo dos anos e, nos dias atuais, é suficiente para que as decisões do Conselho sejam tomadas. No entanto, ainda persistem questões quanto à assiduidade dos conselheiros, o que faz com que algumas instituições não se façam representar.

Ainda assim, observa-se que a ação do Conselho com respeito à proteção do patrimônio arquitetônico e urbanístico, perpetua a mesma postura do início das ações de preservação no município, mantendo-se a preferência pela proteção do acervo

patrimonial público. Até hoje, do total de 19 bens imóveis tombados, apenas três são bens particulares. Predominam também os bens com características ecléticas, representando 68% dos bens com proteção legal. Mesmo com relação aos dois Planos de Inventário do Patrimônio Cultural do Município e do total de bens arquitetônicos e urbanísticos inventariados, mais uma vez podemos notar a preferência pelos bens ecléticos, ainda que um dos Planos de Inventário do Acervo Cultural – IPAC - tenha sido direcionado para a produção moderna local.

Quando analisamos os bens modernos dentro do panorama dos bens que apresentam algum tipo de proteção legal, podemos perceber que, por mais que sua produção tenha sido extremamente relevante para a formação da cidade, esses ainda são minoria dentro do acervo patrimonial municipal protegido, o que pode sugerir a falta de conhecimento por parte dos conselheiros sobre essa produção, uma vez que o Conselho é responsável pela sugestão e produção do processo legal de proteção.

O considerável número de bens tombados entre 2000 e 2010, 11 bens no total, muito se deve à busca da pontuação junto ao IEPHA-MG. Atingida a pontuação máxima, o interesse na realização de novos tombamentos foi consideravelmente reduzido. Esta justificativa foi apresentada, em entrevista feita pelo autor desde trabalho à diretora de Memória e Patrimônio Histórico da SMC, Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes, que também ocupa o cargo de 1º secretária do COMPHAC na atual gestão. Ainda segundo a sra. Valéria Cavalcanti, a única forma de aumentar a atual pontuação do ICMS Cultural do município, seria por meio do tombamento de um bem do município pelo Estado de Minas Gerais³⁸.

O conjunto de normas para pontuação do ICMS Cultural, desde 2000 é estabelecido anualmente, pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP. O órgão é estruturado em forma de colegiado, tem ação deliberativa, e lhe compete deliberar sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do estado de Minas Gerais³⁹.

³⁸ Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes foi entrevistada no dia 8 de setembro de 2020.

³⁹ Uma vez estipulado o conjunto de normas, presente no Anexo 2, da Lei Estadual 18030/2009, que o atributo dos bens imóveis tombados pelo município isoladamente, varia entre 1 a 5, 5 a 10 e acima de 10 pontos, podendo variar também no caso de conjuntos. No caso de Uberlândia, que já possui mais de vinte bens tombados, sua pontuação é de três pontos invariáveis, a não ser que fossem realizados novos tombamentos a nível estadual ou federal, ou seja, o município não aumentaria sua pontuação pautada em novos tombamentos municipais.

Além de não aumentar a pontuação junto ao IEPHA-MG, outro ponto que pode ser considerado como desencorajador ao se realizar novos tombamentos e planos de inventários, é o fato de que essa produção atualmente é terceirizada pela prefeitura, em sistema de licitação. Na entrevista, Valéria Cavalcanti relatou que, em muito dos casos, o sistema de licitação nem sempre é o ideal pois, por considerar apenas questões relativas ao valor do trabalho a ser realizado, nem sempre esses são feitos com boa qualidade. Vale lembrar que cabe apenas à prefeitura municipal a regulação sobre a forma de contratação dos serviços.

Por fim, há outro importante fator de aumento na pontuação obtida pelo município, que é a designação da verba oriunda da pontuação - que garante que parte da arrecadação do ICMS cultural seja empregada em ações de preservação e conservação do patrimônio cultural local, seja ele material ou imaterial.

O dinheiro restituído do ICMS é recebido mensalmente pela prefeitura. Após sua chegada e ser aprovado pelo executivo, esse dinheiro é enviado pela Secretaria de Finanças para a Secretaria de Cultura, ficando a cargo do executivo deliberar sobre essa transação, uma vez que, diferente das verbas para a saúde e para educação, esse dinheiro não tem obrigação de ser investido na preservação dos bens culturais. Quando o repasse é feito, cabe ao Conselho decidir sobre como e quando esse dinheiro vai ser investido.

Após analisarmos a trajetória do Conselho e as ações exercidas por ele, tendo em vista o recorte temporal proposto para este estudo- que se inicia no ano de 1987, momento em que ele foi oficialmente criado, passando por um período de pausa em suas atividades e posteriormente seu retorno - nos deparamos com as seguintes situações.

Inicialmente criado em 1987, por iniciativa de grupos sociais locais, até o ano de 1989, quando interrompeu suas atividades, tivemos o período de maior autonomia se considerarmos sua relação com a SMC, ainda que boa parte desse período de tempo tenha sido destinado à sua estruturação interna, não agindo necessariamente de forma afetiva em ações de preservação.

Os primeiros tombamentos realizados na cidade em 1968 e 1985, refletiram o contexto histórico e legislativo, tendo sido requerido por movimentos sociais não ligados ao Conselho, uma vez que esse só viria a ser criado dois anos depois. No entanto, um pedido de tombamento, o do Mercado Municipal em específico, foi uma peça-chave para a ruptura de suas atividades.

Esse mesmo bem, quando tombado em 2002, marcou o fim dos pedidos requeridos e aprovados pela Câmara, de modo a fazer com que o COMPHAC fique restritamente responsável pelas ações relativas ao tombamento. Desde então, todos os pedidos são levados ao Conselho, e fica por ele determinado se o bem merece ou não ser protegido, sendo a década de 2010 o período mais efetivo do uso dessa ferramenta.

Com a reabertura do Conselho em 2000, um novo estatuto foi elaborado e aprovado, considerando-o além de consultivo, deliberativo. No entanto, o que se pode perceber é que o Conselho não possui de fato autonomia suficiente para deliberar sobre suas próprias ações, uma vez que estas acabam passando pelo crivo da SMC, ficando ele a mercê do poder executivo representado pela Secretaria de Cultura. Parte de suas atribuições são assumidas pela Divisão de Memória e Patrimônio Histórico da SMC, tornando-o ainda mais impotente, uma vez que ele se limita a deliberar sobre o que é trazido a ele, pouco agindo efetivamente junto à comunidade local.

Das funções que desempenha, o que podemos notar é que o Conselho atualmente age de forma a cumprir um roteiro estipulado pelo IEPHA- MG com o intuito de receber a restituição do imposto proveniente do ICMS cultural. Nos últimos anos de atuação do COMPHAC, pudemos notar que parte das atividades realizadas por ele estavam diretamente ligadas à atualização dos planos de inventários e, também, à questões relacionadas aos bens tombados, sejam novos tombamentos⁴⁰ ou mesmo obras de restauração daqueles que já eram tombados. As demais atribuições do Conselho acabam sendo desempenhadas pela Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico, ficando o Conselho responsável por deliberar sobre tais funções, essas desempenhadas pela Divisão de Patrimônio e registrar essas ações em suas atas.

Desse modo, quando analisamos o COMPHAC, percebe-se que ele vem sendo modificado ao longo dos anos bem como suas atribuições. Atualmente o Conselho age como órgão moderador das ações relacionadas ao patrimônio histórico e cultural de Uberlândia, suas ações são limitadas pelo poder executivo, que acaba colocando seus interesses na frente das tomadas de decisão quando conveniente.

⁴⁰ Ainda que não seja o propósito principal do COMPHAC, novas propostas de tombamento surgem e o Conselho as analisa e delibera sobre a possibilidade de acautelamento dos bens sugeridos ou não.

Quando recaímos sobre suas reuniões, ainda que frequentes, essas tendem a discutir ações corriqueiras relacionadas aos bens já tombados, sendo poucas as ações diretas com o público e menos ainda as ações diretamente ligadas aos bens culturais pois, como já vimos anteriormente, essas atividades ficam a cargo da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. Quando analisadas as atas bem como ao se participar das reuniões, é possível notar o interesse dos conselheiros em trabalhar com o patrimônio cultural, mas esses são limitados por questões técnicas e por não compreenderem, muitas vezes, sobre as atribuições do próprio COMPHAC.

Após analisado seu percurso, são nítidos os esforços na luta que é preservar a história de uma cidade que sempre busca pelo progresso a todo custo, que ignora sua história e vê com maus olhos o passado, ainda que esse tenha sido tão importante para seu crescimento e formação de sua identidade. Sendo assim, por se ver vinculado ao poder executivo municipal, sua função bem como suas deliberações, flutuam entre as secretárias de cultura empossadas e as deliberações do regimento estadual.

2.4 A atuação da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura

Durante o processo de análise do funcionamento e práticas do COMPHAC entre 2000 a 2020, pudemos notar a presença de uma divisão que responde pela SMC que desempenha função próxima àquela do Conselho, o que explicaria a lacuna de suas ações e seu direcionamento para o tombamento, ficando o órgão responsável por decidir sobre as ações direcionadas diretamente ao patrimônio.

A Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico DMPH foi criada em 1983, junto à criação da própria SMC. No entanto só viria a ser implementada no ano de 1984, com o Decreto Municipal nº 2.709 de 06 de setembro de 1984, que dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura de Uberlândia, na gestão da secretária de cultura Iolanda Freitas.

O Decreto no. 2.709/1984 foi revogado pelo Decreto nº 3.849 de 3 de março de 1988, atualmente em vigor, que dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura de Uberlândia e compartimenta a Divisão de Patrimônio Histórico em: arquivo e pesquisa, museu e iconografia, tombamento e preservação e por fim, documentação. As atividades da divisão são subordinadas à SMC e suas atribuições são análogas e complementares às funções do Conselho. Para entender melhor a relação da DMPH, ainda que suas atribuições sejam previstas em lei, a atual diretora Valeria Maria Queiroz Cavalcanti foi consultada e questionada sobre as atribuições da diretoria e ofereceu a seguinte relação:

- Promover estudos e meios necessários para identificar, restaurar, propor o tombamento e registros, elaborar os inventários do patrimônio material e imaterial e fiscalizar os bens preservados.
- Promover ações e desenvolver projetos visando ao fomento, à difusão e a circulação de bens, quer seja nos espaços fixos, quer seja nas atividades itinerantes.
- Promover ações de educação patrimonial.
- Colaborar no desenvolvimento das atividades promovidas pelo Museu Municipal e Arquivo Público Municipal.
- Participar diretamente das atividades do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC.

- Promover ações que fomentem a pesquisa na área da preservação e proteção do patrimônio cultural.

A lista apresentada vai de encontro com a atribuições da diretoria imposta pela legislação vigente no Decreto nº 5.338 de 15 de janeiro de 1992 e destaca, de fato, quais são as ações que são primordialmente realizadas. A Lei dispõe sobre o regimento interno da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Segundo o capítulo II, Art. 107, a Divisão de Patrimônio Histórico tem por objetivo a execução das atividades relativas ao sistema de documentação da Secretaria, a administração do Arquivo e Museu Municipal, bem como a preservação dos bens de natureza histórica de interesse do município.

No entanto, o que é motivo de destaque dentro do Decreto são as atribuições do diretor da Divisão de Patrimônio Histórico, sendo ele, resumidamente, responsável por assessorar o secretário municipal sobre os assuntos relacionados à preservação, documentação e tombamento de bens culturais previamente alinhados com o COMPHAC. Fica ainda responsável por toda a parte de cadastro e armazenamento de documentação, manter atualizados os inventários e providenciar meios de divulgação dos bens culturais municipais.

Quando analisamos o panorama geral apresentado pelo Decreto nº 5.338/1992, o que podemos comprovar é que a quantidade de atribuições desempenhadas pela Divisão de Patrimônio Histórico é a praticamente a mesma desempenhada pelo COMPHAC, ainda que com um corpo de trabalho muito menor, uma vez que a Divisão é composta por somente dois funcionários, a diretora e arquiteta. Vale ressaltar que a Divisão não possui autonomia. No caso todas as ações tomadas são levadas para a secretária de cultura e ela é a responsável pela tomada de decisões.

Fica então a cargo da diretoria e de sua encarregada o contato direto com todas as questões diretamente ligadas ao patrimônio cultural municipal, desde as ações administrativas quanto a ações de preservação necessariamente ditas. Desse modo, quando analisado o caminho percorrido pelas ações dos órgãos de preservação patrimonial, o que se nota é que o COMPHAC atua de modo a deliberar sobre as ações desempenhadas pela divisão.

CAPÍTULO 3 – APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA MODERNA

Ao se trabalhar com as políticas de preservação e os órgãos que atuam nesse campo, faz-se necessário também analisar as principais ferramentas utilizadas para a preservação e manutenção dos bens culturais de uma cidade, buscando compreender sua eficácia e possíveis deficiências. No caso da pesquisa realizada, nossa análise considerou especificamente os planos de inventário e os processos de tombamento dos bens que integram a produção arquitetônica e urbanística moderna de Uberlândia.

O tombamento, dentre os instrumentos de preservação patrimonial, foi o primeiro a ser utilizado para garantir a proteção dos bens imóveis brasileiros, atuando como a principal ferramenta utilizada até a década de 1970, período que marcou a descentralização de poder da instituição federal.

No entanto, quando analisados os bens protegidos até a década de 1970, percebemos que apenas uma pequena parcela remete ao período de maior difusão da Arquitetura Moderna brasileira, marcada pela inauguração da nova sede do Ministério da Educação e Saúde, localizada no Rio de Janeiro em 1945 e também por obras icônicas como é o caso do Conjunto da Pampulha em Belo Horizonte e Brasília como um todo.

As mudanças de paradigmas – atualização da compreensão sobre o patrimônio cultural brasileiro - adotadas para o tombamento de bens coloniais somadas à proteção de bens modernos, tem estreita relação com o grupo de profissionais ligados aos cargos de chefia da instituição, sendo eles fatores determinantes na escolha dos bens que mereciam ou não a proteção legal conferida pelo IPHAN. Segundo Nascimento (2011), a alta cúpula dos cargos de chefia do IPHAN era composta por grandes nomes da Arquitetura Moderna brasileira, a qual travava ferrenha guerra ideológica, defendendo a produção de uma arquitetura nova e brasileira, negando os referenciais clássicos europeus e suas expressões ligadas ao ecletismo e ao neocolonial.

O período entre as décadas de 1940 a 1970, foi fundamental para o processo de consolidação da expressão moderna enquanto movimento arquitetônico. Nascimento (2011), afirma que nos primeiros tombamentos do Iphan de bens imóveis do movimento moderno, a relação com a história da arquitetura foi pragmática. Preponderaram as inscrições de edificações de autoria de personagens

indispensáveis à trama narrativa que estavam ameaçadas de inconclusão ou mutilação, garantindo-se sua permanência como provas materiais do moderno nacional.

Com a criação das novas instituições estaduais na década de 1970, deu-se início ao processo de atualização dos conceitos referentes ao patrimônio cultural, estabelecendo uma nova visão sobre a importância desses bens enquanto representantes não somente da cultura brasileira, mas também, das diferentes expressões culturais que compõe a cultura nacional. Além do aprimoramento do olhar sobre os bens culturais, surgiram também novas ferramentas de preservação, como é o caso da produção de inventários, não ficando a preservação dos bens culturais somente a cargo do tombamento.

A prática do inventário remete ao trato do patrimônio cultural iniciado no século XVIII. Motta e Rezende(s/d)⁴¹ afirmam que “tal prática surgiu como modo de produzir um novo saber, um saber pautado na coleta e sistematização de dados sobre determinado assunto, nesse caso específico, informações referentes a um item ou conjunto considerado como patrimônio cultural” (MOTTA e REZENDE(s/d), p. 2).

Sobre a metodologia, as autoras supracitadas indicam que é necessário que sejam predefinidos padrões na coleta de dados, de modo a classificá-los e analisá-los com base nas informações coletadas. Atualmente, os inventários são usados como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural.

A aplicação da ferramenta do inventário se confunde com os conceitos estabelecidos sobre o patrimônio cultural, de acordo com Motta e Rezende (s/d), uma vez que ao realizá-lo, se faz juízo de importância e de qualidade estética e histórica ao selecionar os bens passíveis de serem inventariados. No entanto, tais conceitos são temporais e específicos a cada comunidade, podendo ao longo do tempo serem mudados conforme a ótica empregada na seleção.

Vista a complexidade de se realizar um inventário, é sempre necessário se basear em conceitos consolidados, pois o processo de escolha da salvaguarda de determinados exemplares construirá a narrativa histórica que será repassada de

⁴¹ O artigo pesquisado se encontra disponível em: portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventário. Acesso em 21/09/2020.

geração para geração, evidenciando ou não determinados fatores históricos e estéticos do local catalogado.

Mesmo que já fosse utilizada a elaboração de fichas de inventário na captação de dados para a elaboração de dossiês de tombamento, o inventário não se aplicava de maneira mais ampla; era utilizado apenas em casos de bens que viriam de fato a ser tombados e, desse modo, não era visto como ferramenta final e sim um meio no processo de preservação.

Durante o período de atualização conceitual que recaiu tanto sobre os bens culturais quanto sobre as ferramentas utilizadas para protegê-los, reconheceu-se o inventário como forma de garantir a preservação por meio da salvaguarda de informações referentes a bens que apresentassem valor histórico, artístico e cultural, podendo ser utilizado para um possível tombamento ou não.

Nessas condições, a elaboração de planos de inventário passou a compor o grupo de ações e ferramentas aplicadas pelas instituições estaduais no processo de preservação de seus acervos culturais, o que, naquele momento- 1970 e em diante - podiam ser aplicados tanto a bens imóveis quanto a atividades culturais em formato de registro. Vale ressaltar que os bens culturais de natureza imaterial só passaram a compor o grupo de bens protegidos pelo país pelo Decreto Federal nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 e pelo estado pelo Decreto Estadual nº. 42.505, de abril de 2002.

No caso de Minas Gerais, tanto o tombamento quanto os inventários, compuseram e continuam compondo a base de ações utilizadas para garantir a preservação da cultura mineira, sendo instrumentos aplicados pelas políticas institucionalizadas pela lei do ICMS cultural.

Na região do Triângulo Mineiro, a ação do IEPHA- MG nas décadas de 1970 e 1980, como já foi mencionado anteriormente, não foi muito efetiva, o que estimulou a população local das cidades a agir por conta própria. Em Uberlândia, o primeiro movimento em prol da defesa do patrimônio histórico foi desenvolvido por um grupo de professores e alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

3.1 Os inventários do patrimônio arquitetônico e urbanístico realizados em Uberlândia

Na década de 1980, a iminente perda do acervo arquitetônico da cidade despertou nesse grupo de professores a necessidade de agir na defesa do patrimônio uberlandense. Dentre as ações desenvolvidas, uma delas foi a produção de um arquivo fotográfico dos locais considerados históricos, focando nos prédios que estariam na mira dos empresários para demolição e construção de novos edifícios.

Dado o massivo registro fotográfico produzido sobre o acervo arquitetônico da cidade, podemos considerar essa ação como o primeiro inventário realizado no município, ainda que o mesmo não apresente, de fato, uma metodologia convencional de catalogação de dados⁴².

A vasta produção fotográfica mostra a importante produção arquitetônica presente principalmente na região embrionária, no Bairro Fundinho e região central da cidade, mas também há registros de bens localizados na área rural. A documentação é bastante diversificada, abrangendo as construções mais antigas, dentre elas, edificações com características coloniais, ecléticas e ArtDéco.

Embora a grande maioria das fotos que puderam ser consultadas demonstrassem maior interesse pela produção arquitetônica clássica – eclética e histórica, foram retratados também exemplares da Arquitetura Moderna referentes às décadas de 1950 e 1960, como por exemplo a Praça Tubal Vilela, Colégio Bueno Brandão, Uberlândia Clube e também o Estádio Juca Ribeiro.

A catalogação por meio das fichas de registro representada abaixo, apresentava poucas informações que eram feitas de maneira sintética e sucinta, constando apenas a temática – que as classifica por uso, por exemplo: residências -, o número do arquivo (da fotografia), a data da fotografia e o endereço.

⁴² Foram feitas mais de 1500 fotos, as quais se encontram atualmente no Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU, devido a pandemia do Covid 19, esses arquivos não puderam ser consultados integralmente.

Figura 46 – Exemplo de ficha do inventário realizada na década de 1980.

TEMÁTICA: RESIDÊNCIAS/CITY					
Nº Arquivo	Data	Endereço	Nº de Arquivo	Data	Endereço
0001	1982	Av. Floriano Peixoto, 222	0079	1982	Rua Barão de Camargos, 308
0002	1982	Av. Floriano Peixoto, 140	0080	1982	Rua Barão de Camargos, 614
0004	1982	Av. Floriano Peixoto, 40	0081	1982	Rua Barão de Camargos, 242
0008	1982	Av. Afonso Pena, S/Nº	0082	1983	Rua Barão de Camargos, 317
0018	1982	Rua Tiradentes, 194	0083	1982	Rua Augusto César, 101
0019	1982	Av. João Pinheiro, 426	0084	1982	Rua Tte. Virmondes, 269 esq. c/ Av. João Pinheiro
0020	1982	Av. João Pinheiro, 37	0085	1982	Rua Augusto César, 127
0021	1982	Av. João Pinheiro, 383	0086	1982	Rua XV de Novembro, 380
0022	1982	Av. João Pinheiro, 1.021	0087	1982	Rua Tte. Virmondes c/ Duque de Caxias
0025	1982	Av. João Pinheiro, 412	0088	1982	Rua XV de Novembro, 350
0026	1982	Av. João Pinheiro, 409	0089	1982	Rua Lúcia Matos, 115
0027	1982	Av. João Pinheiro, 572	0090	1982	Rua General Osório, 1.270 e 1.268
0029	1982	Av. João Pinheiro, 883	0091	1982	Rua General Osório, 153
0030	1982	Av. João Pinheiro, 923/919	0092	1982	Rua General Osório, 1.046
0031	1982	Av. João Pinheiro, 455	0093	1982	Rua General Osório, 165
0032	1982	Av. Getúlio Vargas, 668	0094	1982	Rua Felisberto Alves Carrijo, 266
0034	1982	Av. Getúlio Vargas, 1.205	0095	1982	Rua Felisberto Alves Carrijo, 642
0037	1983	Av. Getúlio Vargas, 1.215	0096	1982	Rua Felisberto Alves Carrijo, S/Nº
0038	1983	Av. Getúlio Vargas, 1.955	0097	1982	Rua Vigário Dantas, 545
0039	1983	Av. Getúlio Vargas, 961	0098	1982	Rua Vigário Dantas, 495
0040	1983	Av. Getúlio Vargas, 801	0099	1982	Rua Vigário Dantas, 483
0041	1983	Av. Getúlio Vargas, 275	0100	1982	Rua Vigário Dantas, 151 c/ B. Guimarães
0042	1983	Av. Getúlio Vargas, 195	0102	1982	Rua General Osório, 1.066
0045	1983	Pça. Cícero Macedo, 231	0103	1982	Rua General Osório, 48
0046	1982	Pça. Cícero Macedo, 185	0104	1982	Rua General Osório, 1.046
0052	1987	Pça. Cel. Carneiro, S/Nº	0105	1982	Rua Felisberto Alves Carrijo, 560
0053	1982	Pça. Cel. Carneiro, 52	0106	1982	Rua Silviano Brandão, 83
0054	1982	Pça. Cel. Carneiro, 135	0107	1982	Rua Silviano Brandão, 150
0056	1982	Pça. Cel. Carneiro, 125	0108	1982	Rua Silviano Brandão, 151
0058	1982	Pça. Cel. Carneiro, S/Nº	0109	1982	Rua Princesa Isabel, 275
0059	1982	Pça. Adolfo Fonseca, 179	0110	1982	Rua Princesa Isabel, 139
0061	1982	Pça. Adolfo Fonseca, 100	0112	1982	Rua Bernardo Guimarães, 164
0062	1982	Av. Cesário Alvim c/ Olegário Maciel, 50	0115	1982	Rua Bernardo Guimarães, 324
0064	1982	Av. Cesário Alvim, 488	0116	1982	Rua Bernardo Guimarães c/ Fel. Carrijo
0066	1982	Av. Cesário Alvim, 570 esq. c/ Quintino Bocaiuva.	0117	1982	Rua Bernardo Guimarães, 664
0067	1982	Av. Cipriano Del'Fávero, 173	0118	1982	Rua Bernardo Guimarães, 670
0068	1982	Av. Cipriano Del'Fávero, 32	0119	1982	Rua Bernardo Guimarães, c/ Fel. Carrijo, 437
0070	1982	Av. Cipriano Del'Fávero, 354 esq. c/ Duq. de Caxias	0120	1982	Rua Bernardo Guimarães, 89
0071	1982	Av. Cipriano Del'Fávero, 555	0121	1982	Rua Goiás, 207
0072	1982	Av. Rio Branco, 105	0122	1982	Rua Goiás, 254
0073	1982	Av. Rio Branco c/ Machado de Assis, S/Nº	0123	1982	Rua 9 (nove), 161
0074	1982	Av. Rio Branco, 248 c/ Machado de Assis	0124	1990	Rua Goiás, 79
0076	1982	Av. Rio Branco, 267 c/ Machado de Assis	0125	1982	Rua Goiás, 206
0078	1982	Pça. Rui Barbosa, 148	0126	1982	

Fonte: Acervo Secretaria Municipal de Cultura

Quase em regra, as fotos eram feitas apenas das fachadas dos edifícios e esses se apresentavam de maneira isolada. São poucos os casos em que se tem o registro do interior das edificações ou mais de uma foto de uma mesma obra. Esta forma resumida de se registrar os bens muito provavelmente devia-se à falta de recursos, uma vez que os filmes para máquinas fotográficas e a revelação naquela época eram bastante dispendiosos e o acesso a edifícios privados, como nos casos das residências, podia ser dificultado pelos proprietários.

Figura 47 - Casarão localizado na Rua Bernardo Guimarães com Rua Virgílio Dantas. Inventário da década de 1980.



Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura

Em 2002, com a implantação do ICMS Cultural, a elaboração de fichas de inventário dos bens culturais municipais tornou-se uma das exigências para os municípios concorrerem ao prêmio. Inicialmente, exigia-se a elaboração e o envio, anual de um número mínimo de fichas de inventários das distintas categorias, dentre elas, as relativas à arquitetura e urbanismo: núcleo histórico urbano, conjuntos urbanos e paisagísticos localizados em zonas urbanas ou rurais, bens imóveis e bens móveis.

Em 2003, através da deliberação normativa 01/2002 do IEPHA (MG), foi exigido que os municípios participantes do ICMS Cultural deveriam elaborar um plano quadrienal – o Plano de Proteção do Acervo Cultural (IPAC), - que deveria ser cumprido até 2006, de acordo com o cronograma nele estabelecido. A documentação proveniente do plano deveria ser enviada ao IEPHA MG anualmente, seguindo as diretrizes impostas pela própria fundação estadual, de modo que ela própria oferecia o modelo a ser seguido pelos municípios.

Assim, em 2003 foi desenvolvido o primeiro IPAC do município pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFU, sob a coordenação da professora Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale e participação da arquiteta Denise Attux, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e do arquiteto Luciano Penna, da Divisão de Memória e Patrimônio da SMC. O plano com anuência do COMPHAC, continha a lista de bens a serem inventariados dentro do período de tempo estipulado (até 2006).

Observa-se que os bens arquitetônicos e urbanísticos listados para inventariação neste primeiro plano são obras executadas desde os primórdios da cidade até a década de 1940, embora não tenha sido apresentada uma justificativa para esse recorte temporal.

Quando analisamos esse recorte histórico, podemos perceber que, ainda que tenha sido abordado todo o município e seus distritos, o primeiro plano de inventário, restringiu-se em catalogar bens arquitetônicos e urbanísticos localizados, principalmente, na região central⁴³ e no bairro Fundinho do município sede, sendo eles majoritariamente edifícios ecléticos, seja pelos poucos exemplares remanescentes da arquitetura com técnicas tradicionais, seja pelo maior reconhecimento do valor da arquitetura eclética como patrimônio histórico e cultural.

O segundo plano IPAC elaborado pelo município, guiado pela deliberação normativa 01/2004 do IEPHA (MG), teria vigência de cinco anos, sendo iniciado em 2006 e concluído em 2011, executado novamente pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFU, sob a coordenação geral da professora arquiteta Giovanna Damis Teixeira. Os bens arquitetônicos e urbanísticos – individuais ou em conjunto - que viriam a ser catalogados nesse plano de inventário complementariam o primeiro IPAC, segundo afirma a própria introdução do documento, isto é, os bens listados para inventariação deveriam ser posteriores à década de 1940, com o objetivo de dar maior atenção, assim, à produção moderna.

Embora o documento aponte claramente o recorte temporal de início da produção arquitetônica a ser abordada, década de 1940, não há indicação sobre qual o limite temporal das obras a serem listadas e, de fato, observa-se que o Plano se limita a catalogar bens construídos até meados da década de 1970. Observa-se ainda que, embora a produção moderna tenha sido o foco do trabalho, aqueles que possuem

⁴³ Embora o IPAC abranja o município em sua integralidade, sede do município e zona rural, não se tem registro de bens imóveis modernos fora da sede.

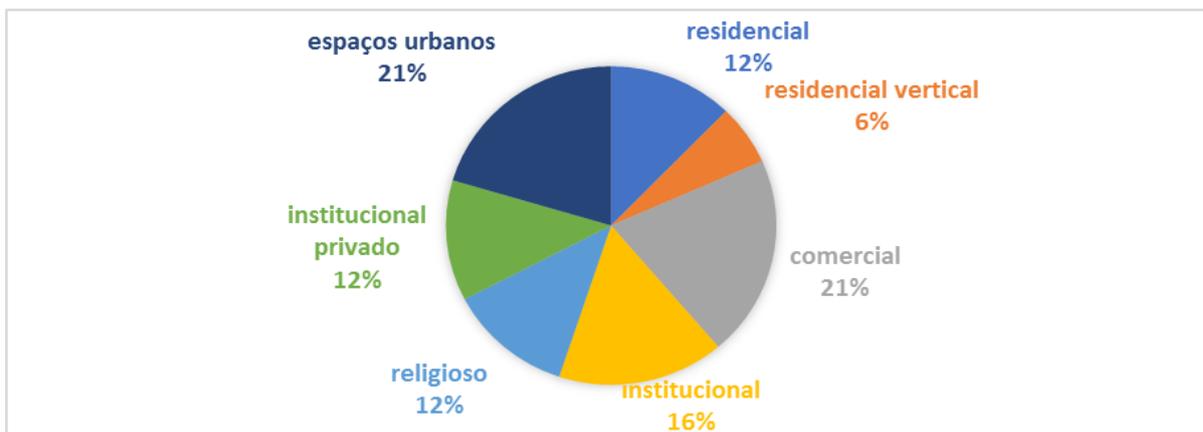
de fato características modernas (estilísticas, projetuais e construtivas), não superam nem mesmo a marca de 50% do total de 211 bem inventariados.

A contradição encontrada na própria indicação do documento pode ser explicada pelo fato de que os bens já inventariados no primeiro plano realizado no período de 2003-2006 foram incorporados no segundo plano 2006-2011, desse modo, chegamos ao número de bens modernos menor que os demais, ainda que esses tenham sido o foco do trabalho realizado.

Este recorte temporal deixou sem registrar importantes obras modernas que seriam construídas após os anos 1970, tais como o antigo Fórum Abelardo Penna (atual Centro Municipal de Cultura) inaugurado em 1977 e a Estação Rodoviária Castelo Branco, inaugurada em 1976. Quando analisados os 54 bens com características modernas listadas no Plano de Inventário 2006-2011, as décadas de maior representatividade são as de 1950 com 13 bens e a de 1960 com 14 bens, o que se justificaria pela expressiva expansão econômica e urbana que a cidade vivenciou nesse período relacionada à construção de Brasília.

Dentre esses 54 bens modernos inventariados, seus usos são bastante variados como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Relação dos usos dos bens imóveis modernos listados no IPAC 2006-2011.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Desde a conclusão da inventariação dos bens conforme o IPAC quinquenal em 2011, não houve a indicação de novos bens a serem inventariados. Eventualmente, como no caso do tombamento do Fórum Aberlado Pena (que será tratado no próximo subtítulo), houve a necessidade de elaboração de sua ficha de inventário para compor

seu dossiê. O município mantém sua pontuação junto ao IEPHA (MG), realizando a atualização das fichas já feitas.

Ainda que alguns conselheiros percebam a necessidade de se realizar um novo plano de inventário, nota-se que esta ação não resultaria em aumento da pontuação do ICMS Cultural, o que gera uma certa inercia tanto da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico quanto do Conselho para a deliberação de atividades voltadas para as ações de inventário, não sendo abordada a realização de novos inventários pelo COMPHAC nos últimos anos.

Paralelo aos inventários produzidos pelo Município em atendimento ao ICMS Cultural, a Universidade Federal de Uberlândia, mais precisamente o Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (NUTHAU), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) desenvolveu, no período de 2003 a 2011, um amplo projeto de pesquisa sobre a produção da Arquitetura Moderna nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que resultou na elaboração de um inventário que tinha como objetivo a catalogação da produção moderna dessas duas regiões.

O trabalho compreendia 15 cidades das duas regiões supracitadas, incluindo a cidade de Uberlândia onde foram catalogados 18 bens, sendo 13 deles bens privados e 5 públicos. Segundo a coordenadora do projeto de pesquisa – a professora Maria Beatriz Camargo Cappello, foram catalogados um número maior de bens, mas suas fichas de inventários ainda não foram disponibilizadas para pesquisa pública por questões internas.

Para o trabalho, o grupo de pesquisadores adotou a metodologia de coleta de informação e modelo de fichas do DOCOMOMO – Documentação e Conservação do Movimento Moderno - organização internacional criada em 1988, com o objetivo específico de criar bancos de dados e divulgar a importância do movimento moderno ao redor do mundo, visando, principalmente, proteger o acervo moderno construído ao longo do século XX.

Com este objetivo, a seleção dos bens leva em consideração principalmente as características técnico construtivas, plásticas formais e a organização espacial, apontando para a valorização de critérios ligados a valores de excepcionalidade e plasticidade, em detrimento dos valores históricos, sociais e/ou afetivos e identitários.

Assim, ao serem pautadas para a elaboração das fichas a qualidade das características formais e construtivas tomadas individualmente, acaba-se deixando

grande parte da produção sem registro, as quais apresentam características de menor valor plástico, criando um acervo muito seletivo que não representa a real produção arquitetônica moderna nas cidades das duas regiões.

Ainda que os exemplares inventariados apresentem qualidades inegáveis, eles não são representativos da diversidade de expressões da Arquitetura Moderna nessas regiões, uma vez que esta foi empregada nos mais variados edifícios, sejam eles de grande ou pequeno porte, e tampouco consideram as formas mais modestas de absorção da Arquitetura Moderna pela população que foram empregadas em larga escala, inclusive em projetos de reforma, os quais foram realizados em grande escala.

Para que se pudesse compreender melhor a difusão seguida pela consolidação da Arquitetura Moderna nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, seria necessário ampliar a identificação e inventariação através de novos inventários e que esses, direcionados às políticas de preservação, mostrassem-se mais democráticos e representativos.

3.2 Os processos de tombamento em Uberlândia e a proteção dos bens arquitetônicos e urbanísticos modernos

O primeiro tombamento em Uberlândia, foi feito no ano de 1968, salvaguardando a Capela de Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Miraporanga. Sua construção data de 1850, apresentando características construtivas remetentes ao período de formação do município. O tombamento, como usual na época, foi realizado através de lei aprovada pela Câmara Municipal, Lei nº 1.650 de 14 de outubro de 1968.

Figura 48 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga (1850 – 1852).



Fonte: Daniel Nunes/Secom/PMU

Após realizado o tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga, em 1968, novos tombamentos só voltariam a ser realizados em 1985, mesmo ano da publicação da primeira Lei municipal de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural de Uberlândia (Lei 4.240 de 14/11). No entanto, os quatro tombamentos realizados nesse ano – Conjunto da Praça Clarimundo Carneiro (composto pela antiga Câmara de Vereadores, Palácio dos Leões e coreto), Casa da Cultura, Oficina Cultural e Igreja de Nossa Senhora do Rosário – também foram realizados por leis aprovadas pela Câmara Municipal⁴⁴.

⁴⁴ Leis de tombamento respectivas dos bens citados, Lei nº 4.209 de 25/09/1985, Lei nº 4.217 de 15/10/1985, Lei nº 4.263 de 09/12/1985.

Figuras 49 - Conjunto Praça Clarimundo Carneiro - projeto: Cipriano Del Fávero 1917.



Fonte: Daniel Nunes/Secom/PMU

Figura 50 - Casa da Cultura - construído por Américo Zardo – 1920 1924.



Fonte: Daniel Nunes/Secomp/PMU

Figura 51 - Oficina Cultural – projeto: Cipriano Del Fávero – 1929.



Fonte: <http://hblog.com.br/oficina-cultural-de-uberlandia-2/> acesso em 25/09/2020.

Figura 52 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário – idealizador: Cicero Macedo – 1928 1931.



Fonte: <httpsmapio.netpicp-18774561>, acesso em 25/09/2020.

A proteção por meio de tombamento do Mercado Municipal ocorrida em 2002 pela Lei nº 8.130 de 29/10/2002, foi o último tombamento realizado pelo poder legislativo municipal. A partir de então, todos os outros tombamentos foram indicados e aprovados pelo COMPHAC, e executados pelo poder executivo municipal, de acordo com o rito estabelecido pela legislação pertinente.

Atualmente Uberlândia conta com um conjunto de 19 bens imóveis tombados pelo município e apenas um tombado pelo estado de Minas Gerais. Desse total de 20 bens tombados, os três bens modernos apresentam usos completamente distintos, sendo eles a Igreja do Espírito Santo do Cerrado, tombada a nível estadual em 1997; a Praça Tubal Vilela, tombada pelo município em 2004 e o prédio que abriga a sede da Sociedade Recreativa Uberlândia Clube, tombado em 2006.

3.2.1 Processo de tombamento da Praça Tubal Vilela

A área destinada a ser a atual praça Tubal Vilela constava no projeto de expansão da cidade que ocorreu no início do século XX, sendo ela o ponto médio entre a cidade “antiga”- atual bairro Fundinho- e a estação ferroviária, onde hoje se localiza a Praça Sérgio Pacheco. Desde então, o local passou por diversas modificações, tanto no seu traçado quanto em seu paisagismo, sendo conhecida primeiramente, em 1912, como Praça da República, em 1938 como Praça benedito Valadares, em 1945 como Praça da República novamente e, por fim, Praça Tubal Vilela, nome que permanece até os dias atuais.

Dada a importância que o espaço exercia na cidade, ladeada por agências bancárias, grandes comércios e a construção da nova igreja matriz (inaugurada em 1957), na década de 1950, buscou-se sua remodelação, com um projeto que imprimisse o dinamismo econômico e social trazido por Brasília, do qual Uberlândia desfrutava. Foi então que, em 1959, a convite do prefeito Geraldo Ladeira, João Jorge Coury, arquiteto estabelecido em Uberlândia desde 1940, remodelou o espaço empregando características modernas em seu desenho⁴⁵.

Concluída dois anos após o início das obras, em 1962, a praça foi concebida para receber os mais variados públicos e usos, possibilitados pelas áreas sombreadas

⁴⁵ A Praça Tubal Vilela fez parte de um programa mais amplo de modernização da cidade, incluindo a reforma de mais outras cinco praças, sendo a maioria delas desenhos de João Jorge Coury.

nas laterais do retângulo e uma expressiva área livre no centro, que ao longo dos anos tem sido palco de diversas manifestações populares. Além da setorização dos espaços, os traços modernos do arquiteto foram aplicados na paginação do piso, no desenho orgânico das áreas ajardinadas, mobiliário e nos equipamentos edificadas, como é o caso dos blocos dos banheiros, da fonte luminosa e da concha acústica.

Figura 53 - Praça Tubal Vilela, 1962.



Fonte: museuvirtualdeuberlandia.com.br, acesso em 5/10/2020

A Praça Tubal Vilela foi o primeiro bem moderno a ser tombado em nível municipal, em 2004, através do Decreto nº 9.676, de 22/11/2004, inscrita sob nº IX no Livro de Tombo Histórico. No entanto, a praça já havia sido objeto de análise para tombamento pela Câmara Municipal em 1985, a partir de um pedido do vereador Amir Cherruli, mas foi recusado.

O pedido do vereador Amir Cherruli se justificava pela necessidade de preservação da praça como um local que simbolizava a cidade, considerada como seu cartão postal e por entender a importância do projeto moderno nela aplicado, além de temer a cultura da destruição dos monumentos culturais típicos de Uberlândia, conforme esclarece seu dossiê de tombamento:

Preocupado com a tendência desse espírito de remodelagem, o autor do projeto de Lei, instruído por esta peça processual, viu-se na obrigação de agir rápido e trazer à apreciação dos seus nobres pares o projeto de Lei em tela, que reflete manifesta aspiração do povo. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DA PRAÇA TUBAL VILELA, 2004)

Sua justificativa também considera questões de valor sentimental e paisagístico do local, além do valor projetual presente na praça, onde se compreende o valor da Arquitetura Moderna como espelho da sociedade uberlandense no período em que ela foi construída.

Os edifícios trazem, nas suas arrojadas formas, o registro da mais avançada arquitetura, disputando no espaço as áreas limítrofes imaginárias do centro nervoso urbano. – tanto a necessidade de preservação do aprazível ambiente, contrastante com os edifícios modernos que o progresso se encarrega de contornar as praças públicas, como o respeito às obras realizadas por gerações anteriores, representadas por essas mesmas praças, requerem a utilização de recurso que a Ciência do Direito oferece (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DA PRAÇA TUBAL VILELA, 2004).

A recusa do tombamento se pautou nos pareceres contrários apresentados pelas comissões internas da Câmara Municipal, dentre elas a Comissão de Educação, como mostra abaixo um trecho do documento enviado por uma das comissões onde se apresentam as justificativas para a recusa:

A comissão de educação e cultura examinou o projeto em toda sua amplitude e viu no mesmo todos os méritos reconhecendo-o como instrumento importante na preservação dos nossos valores culturais e históricos. Contudo, a exemplo da comissão de Serviços Públicos, Transporte e Meio Ambiente, conclui que os contornos da praça, desde que não altere a estrutura básica da mesma, não deve ser objeto de tombamento, preservando-se ainda os paralelepípedos situados na parte voltadas para a Av. Afonso Pena, bem como os bancos, os quais foram mencionados no projeto original (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DA PRAÇA TUBAL VILELA, 2004).

Passados aproximadamente vinte anos desde o primeiro pedido de tombamento da praça Tubal Vilela, em 2004, período em que o COMPHAC já havia reestabelecido suas funções, o pedido de seu tombamento foi apresentado ao Conselho pelo então presidente arquiteto Marcelo Mara Bione. Desta vez o pedido de tombamento foi aprovado por unanimidade e sem qualquer contestação por parte do poder executivo - o que se comprova pela falta de debates registrados em ata - seu tombamento se deu de maneira integral, sendo contemplados também seus equipamentos urbanos.

O perímetro de tombamento e de entorno compreende apenas os limites da própria praça. Desse modo, não fica estipulada nenhuma orientação sobre possíveis

construções que impactem a compreensão e a leitura da praça, bem como sua relação urbana e paisagística com seu entorno.

A descrição detalhada e a análise do bem cultural constantes do Dossiê de Tombamento destacam como principais atributos, os elementos projetuais da praça, reforçando a ideia de que o pedido de tombamento fora pautado principalmente em questões estéticas que remetem a um determinado período histórico da cidade, uma vez que cada elemento tenha sido discriminado e sua qualidade estética exaltada ainda que sejam elucidadas questões relativas a seu uso e sua história.

O Dossiê de Tombamento de 2004⁴⁶, considerou que o bem se encontrava em bom estado de conservação, com ações de manutenção regulares feitas pela própria prefeitura, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos.

Com relação ao entorno da Praça, o dossiê evidencia a presença de dois bens construídos em períodos análogos ao seu período de remodelação, isto é, em meados da década de 1950/60. São eles: a Escola Estadual Bueno Brandão 1961, que apresenta claras características modernas e a Catedral de Santa Terezinha, obra concluída em 1967.

No ano de 2008, a praça passou por um processo de revitalização, devidamente aprovado pelo COMPHAC, em que foram feitas obras de manutenção dos sanitários e recomposição dos canteiros, de modo a remeterem, o mais próximo o possível, ao projeto de 1959. A paginação do piso foi reconstituída, embora fossem poucas áreas de pedra degradadas e a fonte acústica foi consertada e seu sistema de funcionamento modernizado. Todos os demais elementos, tais como bustos e mobiliário urbano, foram renovados segundo a indicação do Dossiê de Tombamento.

Atualmente a praça se encontra em um bom estado de conservação, o que pode ser atribuído à sua importância na paisagem urbana e intenso uso cotidiano pela população, ponto de referência espacial e simbólico, fazendo com que as entidades públicas estejam sempre realizando obras de manutenção no local. A limpeza e manutenção da praça é atribuída à Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, ficando a cargo do COMPHAC deliberar sobre possíveis ações que possam interferir na sua integridade.

⁴⁶ O dossiê foi elaborado pelas professoras da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFU, Prof.^a Dr.^a Maria Eliza Alves Guerra e a Prof.^a Dr.^a Patricia Pimenta Azevedo Ribeiro.

Dada sua localização estratégica dentro da cidade, a praça é cotidianamente utilizada pela população, que ocupa seus espaços e usufrui de seus equipamentos, seja para se proteger do sol, como para a realização de manifestações culturais. Além do uso diário, são realizadas anualmente as quermesses juninas da Catedral, o projeto Natal Luz, sob os auspícios da SMC, além de ser ocupada frequentemente como palco de manifestações culturais e políticas.

Figura 54 - Projeto Natal Luz, Praça Tubal Vilela 2019.



Fonte: skyscrapercity.com, acesso em 05/10/2020.

Figura 55 - Manifestações FORA BOLSONARO 2020.



Fonte: <https://jornalistaslivres.org/uberlandia-pela-vida-grita-fora-bolsonaro/>, acesso em 5/10/2020.

A forma com que a praça é utilizada pela população garante sua perpetuação na memória afetiva da população e a consolida como local de pertencimento e reforça a ideia de sua preservação, sendo ainda, nos dias atuais, um dos locais mais representativos da cidade em ações publicitárias e de divulgação de Uberlândia.

3.2.2 Processo de tombamento da Sociedade Recreativa Uberlândia Clube

O segundo bem moderno que possui proteção através do tombamento municipal é o edifício, construído em 1957, para abrigar a nova sede da Sociedade Recreativa Uberlândia Clube. O primeiro edifício utilizado para abrigar as atividades do clube privado se encontrava no cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Rua Olegário Maciel, faceando a Praça Tubal Vilela.

Com o desenvolvimento econômico gerado na cidade na década de 1950, o Uberlândia Clube já não mais atendia as demandas do número crescente de novos sócios, demandando um novo espaço. A nova sede foi construída em terreno doado pelo governo estadual mineiro, localizado nos fundos do então Grupo Escolar Júlio

Bueno Brandão (atual Escola Estadual Bueno Brandão) e inaugurado no dia 26 de janeiro de 1957.

O projeto para a construção do edifício foi escolhido por meio de concurso público realizado em 1952. O projeto escolhido foi o do engenheiro civil Almôr da Cunha e apresentava linhas arrojadas, utilizando inúmeros elementos da Arquitetura Moderna, tais como térreo com pilotis, aberturas protegidas por brise-soleil e terraço jardim. O edifício ainda apresenta trabalhos de decoração dos ambientes internos feitos pelo artista plástico Sergio de Freitas, indicado pelo próprio autor do projeto, nos quais predominam uma linguagem que mescla elementos da ArtDéco e Art Nouveau.

O programa de necessidades é bastante extenso, contando com salões de baile de diferentes tamanhos - o que permite a realização de diferentes festas ao mesmo tempo - restaurante, piano bar, cozinha, banheiros, boate e biblioteca. O pavimento térreo é ocupado por lojas que fazem a conexão do edifício com a cidade, característica comum em edifícios modernos. Suas diferentes funções foram distribuídas ao longo de seus três pavimentos, ficando setorizado pelo térreo comercial, instalações de eventos no primeiro pavimento e administração, biblioteca e jardim no terceiro pavimento; o último pavimento possuía, até meados da década de 1980, um amplo terraço ajardinado, que possibilitava ao usuário uma panorâmica vista do centro da cidade, a cobertura que podemos encontrar atualmente não faz parte do projeto original e o jardim projetado por João Jorge Coury em 1959 foi suprimido.

Figura 56 – Elevação Frontal do Uberlândia Clube.



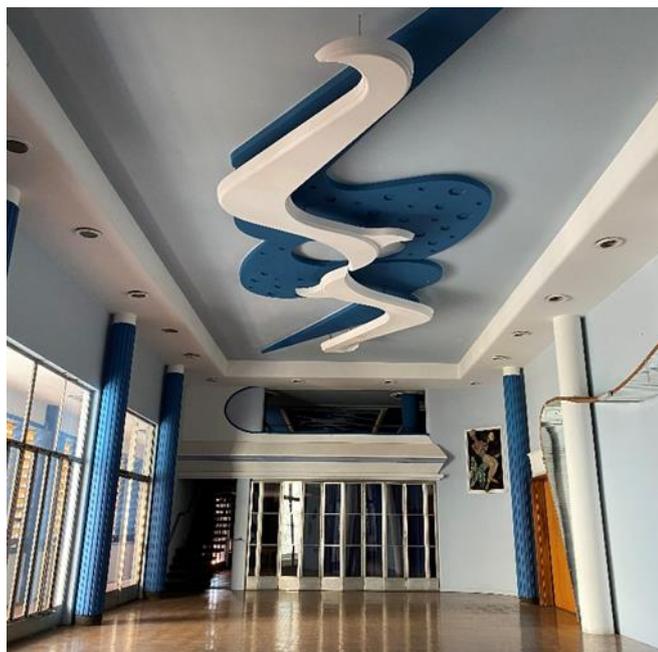
Fonte: Acervo pessoal, 27/10/2020.

Figura 57 - Vista interior da elevação frontal, destacando-se o painel de vidro.



Fonte: Acervo pessoal, 27/10/2020.

Figura 58 – Vista interna de um dos salões de baile.



Fonte: Acervo pessoal, 27/10/2020

O edifício moderno, símbolo da burguesia, foi palco para grandes artistas nacionais e internacionais, assim como sediou grandes bailes de casamento, formaturas, carnavais, bailes de gala que, com certeza, foram responsáveis pela união de inúmeros casais uberlandenses. Seu momento de auge se deu nas décadas de 1960 e 1970, caindo em declínio nas décadas seguintes.

Figura 59 – Baile em meados de 1960.



Fonte: Gazetadotriangulo.com.br, acesso em 07/10/2020.

Não é difícil entender o apego e a representatividade que o prédio ocupa na memória da população. Mais fácil ainda é perceber a necessidade de preservação desse prédio que foi, e ainda é, um ícone na história da cidade. Sendo assim, no ano de 2001, foi mencionado pela primeira vez em ata do Conselho a preocupação pelo difícil momento financeiro pelo qual passava o clube, o que poderia resultar na falta de manutenção e conservação e, conseqüentemente, na degradação e provável perda do edifício.

Em 2002, o advogado Anildo Fábio de Araújo, então Procurador da Fazenda Estadual em Uberlândia e conselheiro da subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil – Minas Gerais (OAB – MG), encaminhou para o COMPHAC um pedido de tombamento do edifício Uberlândia Clube. No pedido justificava que considerava ser seu direito de cidadão, garantido pela Constituição de 1988, fazer o pedido de tombamento e que:

O pedido se justifica pela construção efetuada no referido imóvel, merecedora de proteção, preservação e admiração pela comunidade de Uberlândia, além do seu destaque na arquitetura da cidade (DÓSSIE DE TOMBAMENTO UBERLÂNDIA CLUBE, 2002, p.03)

O tombamento provisório foi aprovado na reunião ordinária que ocorreu no dia 16 de setembro de 2004. A notificação de que o imóvel seria tombado não foi bem recebida pela sua administração, que não poupou esforços em dificultar as visitas da equipe técnica para a elaboração do Dossiê de Tombamento. As atas do COMPHAC (01/09/2004 E 15/09/2004), anexadas no Dossiê de Tombamento do Uberlândia Clube, revelam as várias vezes que a administração do clube foi notificada, bem como as tentativas de refutação do tombamento por parte dessa administração.

Um dos exemplos dessas tentativas de refutação do tombamento do bem, em resposta às notificações, tinham como argumento o processo de descaracterização que o bem teria passado ao longo dos anos (correspondência oficial enviada pela diretoria do Uberlândia Clube para o COMPHAC no dia 02/12/2004). Em resposta ao ofício enviado pela administração do clube, no dia 13/12/2004 o COMPHAC encaminhou o ofício nº 077/2004, informando sobre a sua deliberação que confirmava o tombamento, uma vez que não seriam plausíveis as justificativas contrárias apresentadas.

Tombado há quatorze anos, os problemas financeiros do clube se agravaram, visto que houve um declínio da procura pelo aluguel das instalações para eventos. Esses viriam a ser interrompidos definitivamente em 14 de outubro de 2019, quando

suas instalações foram interditadas pelo Corpo de Bombeiros. A interdição aponta que a grande dificuldade de adaptação do edifício às novas normas se refere aos acessos aos diferentes níveis, feito por meio de escadas e por uma rampa que não possui a inclinação regulamentada para portadores de necessidades especiais. O edifício também não se ajusta às normas atuais de prevenção e combate a incêndios.

Ainda em 2018, a diretoria do clube encaminhou ao COMPHAC a solicitação de isenção do IPTU, o que foi negado, conforme consta em ata da reunião do dia 26/06, que julgou que o pedido não tinha embasamento prático sobre ações de preservação e conservação do bem, que já se encontrava debilitado.

Com uma nova administração empossada em 2019 com vigência de dois anos, novamente buscou-se pela isenção do pagamento do IPTU do imóvel. A reunião ocorrida no dia 10 de setembro, essa nova administração do Uberlândia Clube representada pelo senhor Bolívar Vieira Naves, apresentou ao COMPHAC um dossiê sobre o estado de conservação do bem e um plano de ações para sua recuperação.

Após apresentado o dossiê e o plano de ações de preservação, mais uma vez, solicitaram a isenção do pagamento do IPTU, alegando que o dinheiro poupado seria investido em ações de manutenção e conservação da estrutura do bem, o que foi aprovado pelo Conselho, como voto de confiança à nova administração. O Conselho também ofereceu serviços técnicos por meio de um de seus conselheiros, que se dispôs a auxiliar nas medidas preservação e assessoria em ações de conservação.

Após visita recente, verificou-se que o prédio se encontra limpo e organizado. Suas instalações elétricas e hidráulicas vêm passando por reparos, evitando assim a possibilidade de maior degradação por infiltrações e possíveis incêndios ocasionados por curto-circuito. O mobiliário, bem como elementos decorativos integrados estão armazenados de modo que não piorem seu estado de conservação até que ações de restauração sejam possíveis.

O principal interesse deste caso é destacar a mudança de atitude da nova administração, que vê o tombamento de modo positivo e não apenas como algo que dificulta ou impede o bom funcionamento do Clube. As ações tomadas visando adequá-lo às exigências do Corpo de Bombeiros para o retorno das atividades e o plano de recuperação econômica em parceria público-privada apontam a importância de uma administração eficiente, capaz de buscar soluções e não apenas esperar que os recursos venham das instituições públicas. Observa-se, no entanto, que os trabalhos estão sendo desenvolvidos sem a supervisão de um arquiteto especialista

em restauração e conservação do patrimônio cultural, o que poderia garantir a boa qualidade e adequação das intervenções.

3.2.3 Processos de tombamentos infrutuosos: a Estação Ferroviária e a Residência Migliorini

A lista de bens modernos tombados pelo município é pouco significativa, representando apenas 10% do total. Porém, ao analisar a trajetória dos processos de tombamento na cidade, nos deparamos com dois processos de exemplares modernos que não tiveram o final esperado.

O primeiro processo de tombamento que destacamos é referente à residência Migliorini, no ano de 2008, que causou comoção popular, chamando a atenção da mídia local e pronunciamentos na câmara de vereadores. Seu nome de identificação homenageia a família responsável pela sua construção, família Migliorini. Geraldo Migliorini foi cônsul honorário da Itália em Uberlândia, tendo sido uma figura de muita importância para a vida social, política e econômica da cidade e sua casa palco para importantes eventos da história do município, conforme menciona seu processo de tombamento.

Localizada no núcleo histórico da cidade, mais precisamente na Rua Tiradentes, Bairro Fundinho, a casa foi construída no início da década de 1960, com o projeto do arquiteto mineiro Fernando Graça. Seu projeto se destacava na paisagem local, caracterizada na época principalmente por construções em estilo eclético. A casa diferenciava por sua bela composição plástica, composta por diferentes planos geométricos e forma inovadora de implantação no terreno e, por isso, tornou-se um ícone da Arquitetura Moderna na cidade.

A edificação era composta por lajes planas, pilotis, grandes panos envidraçados e painéis decorativos realizados em diversos materiais, tais como pastilhas, cerâmicas e pedra.

Figura 60 – Elevação frontal da Residência Migliorini.



Fonte: Ficha de inventário produzida pela UFU, em 2008.

Considerando sua história, as qualidades e as inovações projetuais, construtivas e tecnológicas, havia motivos suficientes para que se pedisse o tombamento da casa. O bem já havia sido inventariado no ano de 2001 e sua ficha indicava seu tombamento. No entanto, apenas após a notícia de que o imóvel havia sido vendido e que iria ser demolido para dar lugar a um edifício comercial, é que foram tomadas as primeiras medidas para que o tombamento fosse realizado.

No dia 02 de julho de 2008, a diretoria da FAUeD, representando tanto os alunos quanto os professores da instituição, deu entrada no pedido de tombamento junto ao COMPHAC. Tendo conhecimento que o novo proprietário havia solicitado alvará de reforma junto à Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, os conselheiros deliberaram, no dia 17 do mesmo mês, unanimemente pelo tombamento provisório da edificação e solicitaram urgência no encaminhamento da notificação ao proprietário, de modo a impedir sua demolição.

Porém, mesmo com o tombamento provisório acatado pelo COMPHAC - e que todas as secretarias municipais interessadas tenham sido oficiadas sobre o pedido pela FAUeD - no dia 19 de junho, um sábado, pela manhã, em posse de um alvará de reforma emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, o imóvel foi deliberadamente demolido, deixando-se apenas uma parede em pé, para justificar que se tratava de uma reforma⁴⁷. No local foi construído em edifício comercial – o *Boulevard Fundinho* - com parâmetros urbanísticos permitidos para reformas.

Figura 61 – Estado da Residência Migliorini após a “reforma” aprovada pela Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.



Fonte: IPAC, exercício 2013, página 53.

O segundo processo infrutuoso de tombamento de um edifício moderno refere-se ao tombamento da segunda Estação Ferroviária da cidade, localizada no Bairro Custódio Pereira. O prédio, inaugurado em 1972, teve como propósito abrigar as instalações da nova estação ferroviária da cidade, uma vez que a primeira construída na região central - onde se localiza atualmente o Terminal Central de ônibus urbanos - era vista como empecilho no desenvolvimento e fluidez do trânsito.

⁴⁷ Após a demolição da casa, foi aberto um processo no Ministério Público, no intuito de penalizar os responsáveis, no entanto, o processo foi arquivado e não foi aplicada nenhum tipo de penalidade, tendo os proprietários saído impunes.

Figura 62 – Cruzamento da Av. Floriano Peixoto esquina com João Naves, em que é possível notar a dificuldade de tráfego da região central propiciada pela passagem dos trens.



Fonte: www.estacaoferroviarias.com.br, acesso em 08/10/2020.

Dentre a vasta produção moderna de Uberlândia, o edifício da ferroviária é considerado como um dos mais importantes exemplares da Arquitetura Moderna produzida na cidade. Com projeto de autoria do célebre arquiteto Oswaldo Arthur Bratke, sua construção contou com alta tecnologia na utilização do concreto armado moldado, elementos pré-fabricados e lançou um novo conceito de estações ferroviárias no país, em conjunto com a estação construída em Ribeirão Preto, São Paulo.

Figura 63 - Vista da plataforma de embarque da estação ferroviária.



Fonte: grupo do facebook, “Fotos antigas de Uberlândia”, acesso em 8/10/2020.

Na década de 1970, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro⁴⁸ foi incorporada à Fepasa – Ferrovias Paulista S/A. Em seguida, a empresa inaugurou a nova estação de Uberlândia e, segundo Carilli, demoliu em parceria com a PMU, todo o complexo existente na região central do município. A nova estação, localizada na região nordeste da cidade, serviu como ponto de referência para o desenvolvimento dessa região, como afirma a documentação do seu Dossiê de Tombamento, criando um importante polo logístico que conta atualmente com aeroporto, ferrovia e rodovia.

Em Uberlândia, negociações foram realizadas entre a Companhia Mogiana, o governo local, juntamente com o arquiteto Oswaldo Arthur Bratke, com o objetivo de propor uma localização mais periférica à malha urbana, não menos importante, que transformaria a configuração da cidade, que passaria a se desenvolver na direção nordeste do município. A proposta de deslocamento da estação do centro para a periferia da cidade, assim como o projeto arquitetônico da Estação Ferroviária, apresentadas em 1960, foram concebidos nesta década, tornando-a um marco da modernidade na arquitetura uberlandense (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO ESTAÇÃO FERROVIÁRIA, 2010).

O edifício projetado pelo arquiteto Oswaldo Bratke previa que a estação fosse construída em três fases distintas, no entanto, somente a primeira foi de fato implantada. O edifício de apenas um pavimento é composto por uma estrutura autônoma modular, o que permite ampliações futuras e todos seus elementos construtivos foram executados usando exclusivamente a técnica do concreto armado.

⁴⁸ A Companhia Mogiana de Estrada de Ferro foi uma companhia ferroviária brasileira, com base na cidade paulista de Campinas cujo intuito era chegar até ao norte do estado de Goiás, visando escoar a produção de café da região, o que de fato nunca aconteceu por completo.

Após a extinção do transporte de passageiros em 1997 e o aumento do tráfego de cargas- responsável pelo escoamento da produção agrícola do centro-oeste brasileiro em 1998 - a Fepasa foi incorporada à Rede Federal de Ferrovias como forma de quitação de dívidas adquiridas pelo estado de São Paulo com a União, sendo ela até, os dias atuais, um terminal da rede ferroviária sem acesso ao público.

Ao longo dos anos, o edifício foi reformado algumas vezes, o que acabou por descaracterizá-lo parcialmente, permanecendo basicamente a estrutura em concreto aparente e os módulos administrativos e de assistência aos usuários.

No final do ano de 2008, após votação unânime realizada no COMPHAC, foi aprovado o tombamento provisório da estação, justificado nos seus valores pautados na inovação tecnológica, construtiva e projetual do bem, na relevância do nome do autor do projeto e no fato de a estação ferroviária ter fomentado o desenvolvimento da região norte da cidade.

Logo no início de 2009, mais precisamente no mês de fevereiro, a empresa Ferrovia Centro Atlântica - FCA S/A foi notificada sobre o tombamento provisório do bem, ao qual respondeu ao COMPHAC no dia onze de março, alegando que o tombamento não deveria ocorrer pois o prédio havia passado por modificações em 2005, que o teriam descaracterizado, anulando a alegação do seu valor estético e projetual.

Após recebida a correspondência da FCA, na qual alegava ilegitimidade do tombamento pelo processo de descaracterização, foi enviada uma equipe do COMPHAC para que o bem passasse por vistoria e assim fosse comprovado se de fato as modificações eram suficientes para anular seu valor e inviabilizar seu tombamento. Em seguida foi elaborado um parecer elucidando a não descaracterização completa e reforçando suas características plausíveis de tombamento.

Quando analisamos os documentos presentes no Dossiê de Tombamento, pode-se notar que, no meio do processo, o Conselho se deparou com a questão sobre a propriedade da estação, uma vez que ela foi mudando de proprietário várias vezes em curto período de tempo. Sendo assim foi encaminhado um pedido à Procuradoria Geral do Município para que fosse averiguado o assunto e que se conseguisse a matrícula atualizada do imóvel, apontando assim, a instituição que deveria ser notificada de fato sobre o tombamento.

Devemos lembrar aqui que, o não envio da notificação ao legítimo proprietário, possibilitaria a revogação do tombamento, fato que o COMPHAC já havia presenciado no passado, o que acabou acarretando o destombamento de um bem e consecutivamente sua demolição. Assim sendo, a Procuradoria Geral do Município - PGM, passou a atuar de forma mais contundente no processo de tombamento.

Durante o período da movimentação da documentação, podemos notar uma boa comunicação entre o Conselho e as instituições do poder executivo municipal, que recebeu a documentação e pedia apenas a confirmação sobre a legalidade do processo, para que fosse realizado o tombamento do bem.

Quando o processo parecia estar finalizado, podendo o tombamento ser encaminhado para publicação no Diário Oficial do Município e assim oficializado, foi enviado um memorando da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico - SMDET para a Secretaria de Cultura, e consecutivamente para o COMPHAC, questionando o tombamento do bem, pautando-se mais uma vez nas obras realizadas em 2005 que teriam descaracterizado o edifício e apresentava novas questões que justificariam o não tombamento.

Dessa vez os argumentos contrários da SMDET ao não tombamento recaiam não mais somente sobre a descaracterização do bem- ideia amplamente utilizada pela empresa concessionária do uso- mas também era questionada a possibilidade de ampliação da estrutura caso a demanda do serviço ferroviário aumentasse. Mais uma vez, o COMPHAC, em resposta ao questionamento enviado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turístico, respondeu que as reformas realizadas em 2005 não teriam descaracterizado o bem e que futuras ampliações seriam possíveis.

Além do memorando enviado pelo Conselho à SMDET, foi anexado uma cópia do Dossiê de Tombamento, sendo destacadas as partes que apresentam o projeto realizado por Bratke em 1960 e os projetos de ampliação por ele previsto. A única especificação sublinhada pelo COMPHAC era que, no caso de alguma ampliação, o projeto original deveria ser seguido e a ação deveria contar com a aprovação do Conselho.

Quando a justificativa de impossibilidade de expansão e descaracterização já não eram suficientes para o não tombamento, a SMDET apontou que a falta de acesso ao público seria um dificultador no reconhecimento de sua importância, uma vez que a estação segue operante e a concessão de 30 anos se estenderá até o ano de 2029. Por fim destacou a impossibilidade de articulação com os outros modais de transporte,

violando o acordo com a INFRAERO de expansão das áreas operacionais do aeroporto.

Somadas às questões colocadas, que apontavam pelo não tombamento do bem, a SMDET considerava o tombamento, caso fossem diminuídos os graus de proteção da estrutura, passando para o grau 1. Por fim, a SMDET requisitava também que fosse elaborado, além dos documentos referentes ao tombamento, um relatório de impactos econômicos acarretados pelo tombamento da estação ferroviária e um apontamento das maneiras que contornariam o “empecilho” causado pelo tombamento.

Um último passo foi tomado pelo COMPHAC, ainda na tentativa de se fazer valer o pedido de tombamento da estação. Na correspondência enviada ao chefe do poder executivo, ofício nº18/COMPHAC/2012, no dia 23 de agosto de 2012, o Conselho mais uma vez abordou a questão da importância que o bem tem para a cidade, a possibilidade de ampliação prevista no projeto da década de 1960 e a possibilidade do cumprimento dos acordos de cooperação garantindo a conservação do bem, podendo a Prefeitura disfrutar de assessoria cedida pelo próprio Conselho.

Após a réplica do COMPHAC, não se tem mais nenhum tipo de documentação arquivada no Dossiê de Tombamento, nos levando a crer que mesmo que o Conselho ainda tentasse algum tipo de negociação visando o tombamento do bem, o poder executivo se mostrou contrário à deliberação do COMPHAC e, desse modo, o processo de tombamento acabou por ser arquivado.

Do processo em geral, o que podemos notar é que seu encaminhamento passou por duas fases distintas, num primeiro momento, podemos notar que o poder executivo não se mostrou resistente ao tombamento, fazendo com que o processo seguisse, no entanto o impacto gerado pelo tombamento fez com que outra secretaria entrasse no processo de tombamento e apontasse possíveis consequências no desenvolvimento logístico da cidade. É a partir daí que podemos ver o recuo do executivo em relação ao tombamento, levando ao seu arquivamento, ainda que passasse uma figura de impessoalidade na situação como um todo.

3.3 Análise das ferramentas de preservação sobre a produção moderna em Uberlândia

Nesse item analisaremos os resultados obtidos pelas ferramentas de preservação e conservação aplicadas sobre o acervo patrimonial moderno remanescente em Uberlândia. O trabalho abordou especialmente duas das mais reconhecidas práticas de preservação utilizadas pelos órgãos de conservação do patrimônio cultural, o inventário e o tombamento.

Quando analisamos a aplicação do inventário na cidade, vemos que nos dois planos de inventário (IPAC's) realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, podemos notar o reconhecimento que a Arquitetura Moderna possui no contexto cultural da cidade. Dos dois planos realizados, o segundo declaradamente é dedicado à catalogação da produção moderna, sendo até mesmo indicado o período em que ela começou a ser difundida (1940), ainda que as obras modernas remetam à década de 1950.

Ao se analisar os imóveis catalogados no segundo IPAC, notamos que o plano não se restringe às obras modernas, como também não se limita ao recorte histórico preestabelecido por ele - imóveis construídos a partir de 1940 - nota-se na realidade, que ele age de forma a completar o primeiro. Desse modo, existem imóveis de todos os estilos arquitetônicos e que remetem a diferentes períodos históricos da cidade.

Uma vez que a elaboração do plano de inventário não depende da aprovação dos proprietários, a construção da lista não encontra nenhum empecilho. Desse modo, o grupo responsável pelo mesmo não se vê impelido de dar preferência aos bens de propriedade privada.

Quando analisamos os aspectos de garantia de proteção e preservação desses bens listados, podemos concluir que, ainda que a ferramenta resulte no enriquecimento de informações e reconhecimento da produção moderna pelos órgãos de preservação, essa não apresenta maior eficácia na conscientização sobre a importância da preservação por parte dos proprietários, resultando na manutenção e conservação (ou não) desses bens.

Outro ponto que pode ser motivo de crítica é o fato das informações – embora sejam estejam disponibilizadas no site da SMC - fornecerem pouco conhecimento por parte do público em geral, permanecendo restrita a um grupo muito especializado. Desta forma, o processo de descaracterização ou demolição, embora percebido pela

população, não é compreendido como um processo de perda gradual das referências culturais.

Ainda analisando a postura do Conselho sobre o compartilhamento de informações, vemos que sua atuação recebe pouca ou nenhuma atenção. O COMPHAC concentra suas ações sobre os bens já tombados. Através dos registros em atas, o que podemos notar é que se criam poucas ações de conscientização junto a população e essas ações são ainda mais reduzidas quando se trata dos bens modernos.

Ao tratarmos do resultado obtido pelos tombamentos, podemos ver que a ferramenta é mais incisiva sob a ótica legal e mais impositiva e, por esse motivo, a receptividade da sua aplicabilidade é recebida com maior dificuldade pelos proprietários. Desse modo, quando analisamos a produção moderna em Uberlândia, dado seus fatores históricos, essa encontra maiores desafios ao se sugerir o tombamento, uma vez que sua produção é majoritariamente residencial e privada, o que pode ser justificado pela permanente dificuldade que o COMPHAC encontra em tratar do tombamento de bens privados, ainda que essas barreiras já tenham sido encontradas também ao se tratar do tombamento de bens públicos.

Ambas as situações refletem no inexpressivo número dos bens modernos protegidos dentre os outros bens tombados. Dos dois bens modernos tombados pelo município, os quais representam apenas 10% do total de bens acautelados na cidade, um deles é de propriedade pública e o outro é representado por uma sociedade.

Por fim, ao tratarmos os bens que não tiveram seus tombamentos provisórios confirmados, o que pode ser observado é que, ainda que se trate de uma política coercitiva, ela não foi suficiente para que se evitasse a demolição da Residência Migliorini e não teve alcance o bastante para que os responsáveis pela demolição fossem punidos, tendo eles utilizado de uma brecha burocrática que permitiu a demolição do bem.

Tratando-se do processo de tombamento da Estação Ferroviária do Bairro Custódio Pereira, nota-se que, embora o COMPHAC se mostrasse empenhado em realizar o tombamento do edifício, garantindo assim sua preservação, o que prevaleceu foram questões ligadas a acordos comerciais e econômicos e a supremacia do poder executivo municipal sobre as deliberações do COMPHAC, ainda que o decreto de sua criação estabeleça que o Conselho é um colegiado com caráter consultivo e deliberativo.

De modo geral, o que podemos tirar como lição das análises realizadas sobre as ferramentas de preservação do patrimônio moderno é que, por mais que a legislação de preservação patrimonial seja consolidada na cidade, o que de fato garante a preservação dos bens não são as ações de inventariação ou tombamento por si sós, mas a sua utilização e o reconhecimento dos seus proprietários, o que reforça seu vínculo com a sociedade, uma vez que as ações do Conselho de modo isolado se mostram insuficientes para realizar tal tarefa.

Os bens modernos que se mantêm conservados na cidade, sejam eles tombados ou não, são decorrentes do seu uso e do reconhecimento sobre sua importância histórica e de suas qualidades plásticas enquanto ícones arquitetônicos. Quanto às entidades relacionadas à preservação patrimonial, essas agem de acordo com suas limitações, sejam elas vindas da pressão do empresariado ou mesmo do poder executivo vigente, uma vez que suas ações são direcionadas de acordo com o interesse de cada gestão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Motivados a entender os processos de perda e proteção da produção arquitetônica e urbanística moderna em Uberlândia, o trabalho buscou, inicialmente, traçar um panorama sobre o desenvolvimento da cidade e a importância que essa produção teve para a construção de sua identidade. Nesse sentido, foi possível compreender o papel fundamental que as décadas de 1950, 1960 e 1970 tiveram na consolidação do município no cenário nacional. Este recorte temporal corresponde também aos períodos de chegada, difusão e consolidação da produção moderna, tanto em Uberlândia como na região, fenômeno fortemente influenciado pela construção de Brasília nos anos 1950 e 1960.

Como pudemos ver, a participação de Uberlândia no processo de construção da capital federal, aproximou a elite econômica uberlandense dos anseios de progresso e desenvolvimento então difundidos, que foram adotados como verdadeiros lemas locais. Nesse contexto, a arquitetura moderna torna-se peça fundamental para imprimir a imagem desejada pelas elites políticas e sociais da época.

O emprego da arquitetura moderna se deu na construção de edifícios variados: públicos e privados, imponentes e modestos, residenciais e comerciais e até mesmo urbanos, como foi o caso das inúmeras praças modernas que podem ser encontradas na região central da cidade. Cidade essa que tomava proporções cada vez maiores durante as primeiras décadas após a inauguração de Brasília, ao mesmo tempo em que buscava fugir da relação com seu passado rural. A adoção da estética moderna traduzia este novo ideal.

O processo de substituição das construções antigas da região central gerou um período de grandes perdas para o patrimônio cultural e histórico. Na década de 1980, período em que a construção de arranha céus se acentua, essas construções contribuíram para a modificação da paisagem uberlandense e, desse fenômeno, surgiram as primeiras movimentações públicas em prol da proteção do acervo patrimonial arquitetônico.

Foi interessante notar que na década de 1980, já se compreendia a importância da arquitetura moderna para a formação da identidade da cidade, refletida em suas edificações, sendo ela inventariada no primeiro processo de catalogação dos bens culturais de Uberlândia realizado nesse período.

O cenário político proveniente do processo de redemocratização após o fim da ditadura militar influenciou a política uberlandense que, no ano de 1985, criou a primeira lei para organizar a proteção e preservação de seus bens culturais (Lei 4.240/1985), seguida pela criação do primeiro Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC.

Inicialmente a Lei Municipal 4.240/85 pautadas nas políticas federais no trato do acervo patrimonial já implementadas na década de 1930 - em cujo contexto se criou a autarquia federal do IPHAN - as políticas patrimoniais municipais seguiram sendo revisadas conforme os conceitos de preservação e patrimônio iam sendo atualizados. Pode-se reconhecer que o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Uberlândia COMPHAC passou por três períodos distintos, que nos possibilitou a análise de seu processo de formação, interrupção de suas atividades seguida por sua reativação influenciada pela política estadual mineira, especificamente pela publicação da Nova Lei de Distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no início da década de 1990, comumente conhecida como Lei Robin Hood.

A publicação dessa lei se mostraria fundamental para a reabertura do COMPHAC no ano de 2000, bem como foi responsável por nortear as ações do novo Conselho, que buscava se adequar às suas imposições para que fosse possível participar da restituição do imposto oriundo do ICMS. Esse processo de adaptação às políticas estaduais nortearam as futuras ações do COMPHAC, resultando em tombamentos e na elaboração de dois planos de inventário, além de outras medidas visando a obtenção máxima de pontos possíveis.

Somado ao Conselho Municipal, a preservação patrimonial em Uberlândia contou com a participação de outras instituições, que trataram e se mobilizaram na preservação e catalogação de informações referentes ao passado e à produção arquitetônica e urbanística da cidade, como é o caso da Universidade Federal de Uberlândia e mesmo da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico, como braço da Secretaria municipal de Cultura, responsável pelas ações de preservação do patrimônio cultural e que subsidia as ações do COMPHAC.

Ainda que essas outras instituições sejam mencionadas no decorrer da pesquisa, o foco principal deste trabalho recaiu sobre a análise da legislação municipal e das ações do Conselho. Desde a década 1980, o Município conta com um corpo legislativo que estabelece as normas de proteção, o qual sofreu revisões e

atualizações buscando adequar-se às mudanças dos conceitos e procedimentos pertinentes. Da mesma forma, pode-se notar que o COMPHAC, embora com interrupção e algumas dificuldades, sempre buscou trabalhar em prol da preservação do acervo patrimonial de Uberlândia, sendo composto por representantes tanto do poder executivo municipal como de instituições civis e populares, com composição e proporções variáveis ao longo dos anos.

No entanto, pode-se perceber que, com o passar dos anos, o Conselho se viu cada vez mais impotente. A necessidade de contar com o apoio da administração pública para a realização dos trabalhos necessários, fez com que o COMPHAC se visse cada vez mais atrelado ao poder executivo municipal que, por sua vez, assumiu as rédeas de suas ações e influenciou na escolha do que deveria ou não ser preservado no município. Ainda que suas ações sejam limitadas pelo poder executivo municipal, representado pela Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho apresenta bons resultados.

Quanto às ações de proteção da produção arquitetônica e urbanística moderna na cidade, pode-se notar que não houve rejeição ou restrição ao seu reconhecimento desde as primeiras ações identificadas, isto é, o inventário realizado no início década de 1980 pelos professores da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, já registrava essa categoria de bens. No mesmo sentido, pode-se compreender que o primeiro pedido de tombamento da Praça Tubal Vilela em 1985 - embora não tenha sido bem-sucedido naquele momento - já apontava o interesse pela preservação de bens modernos. Este acervo também integra, de modo numericamente significativo o Plano de Inventário Cultural do Município, totalizando 25% do total de bens arquitetônicos e urbanísticos inventariados.

Quando analisadas as ações do COMPHAC sobre a proteção da produção arquitetônica e urbanística moderna da cidade, pode-se notar que o mesmo reconhece a importância da produção moderna no contexto histórico, social e paisagístico, mas se depara com desafios ainda maiores para sua preservação, uma vez que grande parte dele é de propriedade privada. Entretanto, há de se ressaltar que a dificuldade em se tutelar bens privados por meio do tombamento, não é dificuldade exclusiva do acervo cultural moderno, mas atinge os bens imóveis de modo geral, de qualquer período histórico. Por outro lado, o Conselho não consegue propor e cumprir uma pauta própria, tendo suas ações limitadas - e de certa forma direcionadas - pelos interesses mais imediatos da Secretaria de Cultura, através da

atuação da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico que coordena e executa as ações voltadas para a participação do município no programa do ICMS Cultural, impondo limites, por exemplo, na realização de dossiês de tombamento ou mostrando pouco interesse em novos processos, uma vez que novos tombamentos não significam aumento na pontuação total.

Por fim, pudemos notar ao longo do trabalho de pesquisa que existem desafios para a preservação do acervo arquitetônico e urbanístico de Uberlândia de modo geral, sendo esses desafios ainda maiores quando se trata do acervo moderno. Ainda que existam entidades destinadas para tratar a preservação, essas se deparam com os empecilhos comuns na sociedade capitalista que vê o lucro acima dos conceitos culturais e históricos das cidades, comumente ligados às administrações públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, André Luiz Borges de. **Lugar de Memórias**: a construção e a interpretação dos processos de patrimonialização cultural por movimentos sociais culturais em Estrela do Sul – MG. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia 2018. 207 p., Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1437>.

ALVES, Jonatan de Jesus Oliveira; CARVALHO, Ricardo Salgado. Tombamento do patrimônio: a problemática da Casa Migliorini. Uberlândia-mg, **Anais da Semana Científica do Curso de Direito do Centro universitário do Triângulo UNITRI**, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://www.direito.unitri.edu.br/index.php/Anais-Direito/article/download/2/4>.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BIONDINI, I.V.F.; STARLING, M. B.; CARSALADE, F. L. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações políticas públicas no campo do Patrimônio: potencialidades e limites. **Cadernos da Escola do Legislativo** v. 16, n. 25, p. 133-179, fev. 2014. ISSN 2595-4539. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/145>. Acessado em 17/09/2020.

BOBARDI, Lina, EDMAR, de Almeida. **Igreja Espírito Santo do Cerrado**. Ed. Blau. Lisboa, 1999.

BRASIL, **Constituição (1988), Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____, **Lei Federal N° 3551, de 4 de agosto de 2000**, Institui o registro de Bens Culturais de natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providencias.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo et al.(org.). **Documentação da Arquitetura Moderna no Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba**: História e Preservação. Uberlândia. Uberlândia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design / UFU, 2011. E-book, 251 p. ISBN:978-85-7078-290-8. Disponível em: https://issuu.com/elisar56/docs/e-book_nucleo_de_teorias_e_historia

CAPELLO, Maria Beatriz Camargo, PAIVA, Kauê Felipe. O fórum de Uberlândia: “Brutalismo Paulista” em Minas? **Anais do Seminário Docomomo Brasil**, Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975, Curitiba, 2013.

CARILI, Clayton França. **As estações ferroviárias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e suas interfaces: História e conservação**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design FAUeD UFU, Uberlândia, 2015.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. **Preservação da Arquitetura Moderna: edifícios de escritórios no Rio de Janeiro construídos entre 1930 – 1960**, FAU USP, São Paulo, 2005.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro**. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 2006.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E DE TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS - ICOMOS. **Carta de Veneza**. 4p. Veneza, 1964.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio (1992 - 1996)**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

Casarios da Avenida João Pinheiro na década de 1950. s/d. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> Códido de localização: 3170206

DOSSIÊ E PROCESSO DE TOMBAMENTO DA PRAÇA TUBAL VILELA. **Processo 002/2004**. Uberlândia: Secretaria de Cultura / PGM 3026/04, 2004.

DOSSIÊ E PROCESSO DE TOMBAMENTO DA SEDE SOCIAL DO UBERLÂNDIA CLUBE SOCIEDADE RECREATIVA. **Processo 004/2006**. Uberlândia: Secretaria de Cultura/ PGM 7608/04, 2004.

DOSSIÊ E PROCESSO DE TOMBAMENTO DA IGREJA ESPIRITO SANTO DO CERRADO. **Processo 001/1997**. Uberlândia: IEPHA/MG, 1997.

DOSSIÊ E PROCESSO DE TOMBAMENTO DA RESIDÊNCIA MIGLIORINI. **Processo 008/2001**. Uberlândia: Secretaria de Cultura, 2001.

DOSSIÊ E PROCESSO DE TOMBAMENTO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE UBERLÂNDIA. **Processo 001/2009** – Secretaria de Cultura/ PGM 3029/09,2009.

ESTAÇÕES FERROVIARIAS DO BRASIL. Homepage. Acervo fotográfico. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>> Acesso em 3 de ago 2020.

FERNANDES, Camilla Moreira. LEME, Alessandro André. LENK, Wolfgang. A formação econômica e urbana de Uberlândia e o programa minha casa minha vida: interesses político-econômicos e desafios sociais. **Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica**. Vitória, ES, 2015.

GERMANO, Phillipe. **Compromisso de Salvador 1971**. 6 slides. Centro Universitário de João Pessoa - Graduação de Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa, 2020.

GOULART, Mauricio Guimarães. **Apenas uma fotografia na parede: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia (MG)**. Dissertação de Mestrado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UNB, Brasília, 2006.

GUERRA, Maria Elisa Alves. **As praças de João Jorge Coury no Triângulo Mineiro**. Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 1998.

_____ Trajetória profissional J.J. Coury e a difusão do ideário moderno arquitetônico no triângulo mineiro. **URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade**, 5(2), 155-177. <https://doi.org/10.20396/urbana.v5i2.8635080>, 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauo**. Ateliê Editorial, Cotia, 2008.

LIMA, Soene Ozana de. **Visões e concepções sobre o patrimônio histórico em Uberlândia-MG 1950-1988**. Dissertação de mestrado FAUeD UFU, Uberlândia, 2007.

MARTINS, Sandra. A experiência da modernidade e o patrimônio cultural. **Revista REIA, Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 1, volume 1, 2014.

MESQUITA, Adailson Pinheiro. **As linhas do tecido urbano: o sistema de transporte e a evolução urbana de Uberlândia-MG**. Tese de doutorado: Instituto de Geografia, UFU, 2008.

MINAS GERAIS, **Lei Estadual N° 13803, de 27 de Dezembro de 2000**, Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Belo Horizonte, 2000.

MIRANDA, Ana Paula Tavares. **Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: indícios para a construção de uma cultura arquitetônica (1945 – 1975)**. Dissertação de mestrado, Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 2014.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. Dicionário do patrimônio cultural, IPHAN.

NAKAMUTA, A. S.; JUSTINO, D. de S. (org.) **Arte e Patrimônio de Uberlândia (entre) o passado e o presente**. Uberlândia, MG: Ed. Aline, 2009.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Preservando a arquitetura do século XX: o IPHAN entre suas práticas e conceitos. **Revista Cadernos PROARQ**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 171-193. Dezembro 2012.

PEREIRA, Flávio Medeiros. SILVA, Natalia Achcar Monteiro. CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. **Uberlândia Clube: a “modernidade” na cidade de Uberlândia**. Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design UFU, 2011.

PESSÔA, José. Cedo ou tarde serão considerados obras de arte. *In*: PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBOCE, Maria (org.). **Moderno e Nacional**. 1. ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006. v. 1, cap. 2, p. 157-169. ISBN 85.228-0431-1, Rio de Janeiro, 2006.

SECRETARIA DE CULTURA DE UBERLÂNDIA. **Plano Quadrienal de Inventário de Proteção do Acervo Cultural**. Uberlândia: Secretaria de Cultura, 2006.

SECRETARIA DE CULTURA DE UBERLÂNDIA. **Plano de Inventário de Proteção de Acervo Cultural de Uberlândia**. Uberlândia: Secretaria de Cultura, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Lei Municipal N° 1650, de 14 de outubro de 1968**. Registrado no livro do Tombo Histórico, Inscrição I, página 03. Uberlândia: PMU, 1968.

_____. **Lei Municipal N° 3955, de 09 de setembro de 1983**. Estabelece nova organização administrativa do município e dá outras providências. Uberlândia: PMU, 1983.

_____. **Lei nº 4240, de 14 de novembro de 1985**. Organiza a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia. Uberlândia: PMU, 1985.

_____. **Lei Municipal N° 4433, de 10 de novembro de 1986**. Modifica a Lei N° 4240 de 14.11.85. Uberlândia: PMU, 1986.

_____. **Lei Municipal N° 3506, de 31 de março de 1987.** Dispõe sobre a criação do Patrimônio Histórico, Artístico, e Cultural de Uberlândia – COMPHAC e dá outras providências. Uberlândia: PMU,1987.

_____. **Decreto Municipal N° 4000, de 07 de outubro de 1988.** Aprova o estatuto do conselho municipal de patrimônio histórico, artístico e cultural de Uberlândia.

_____. **Lei Municipal N° 7791, de 12 de junho de 2001.** Dispõe sobre o COMPHAC Histórico, Artístico, e Cultural de Uberlândia e dá outras providências. Uberlândia: PMU,2001.

_____. **Lei Municipal N° 8918, de 28 de dezembro de 2001.** Aprova o novo estatuto do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, arqueológico, Artístico e Cultural de 31.06. 87 e 4000 de 07.10.88. Uberlândia: PMU,2001.

_____. **Lei Municipal N° 9702, de 20 de dezembro de 2007.** Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia e dá outras providências. Uberlândia: PMU,2007.

_____. **Lei Municipal N° 10006, de 20 de outubro de 2008.** Altera os artigos 4º, 5º, 12 e 45 da Lei n° 9702, de 20 de dezembro de 2007, que “Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia e dá outras providências.” Uberlândia: PMU,2007.

_____, **Lei Municipal N° 10662, de 13 de novembro de 2010.** Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia, revoga as Leis Municipais N°S 9702, 20 de dezembro de 2007 e 10006, de 20 de outubro de 2008. Uberlândia: PMU,2008.

_____. **Lei Municipal N° 11112, de 14 de maio de 2012,** Altera dispositivos da Lei 10662, de 13 de Novembro de 2010, “Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia, revoga as Leis Municipais N°S 9702, 20 de Dezembro de 2007 e 10006, de 20 de Outubro de 2008.” Uberlândia: PMU, 2008.

_____. **Lei Municipal N° 11723, de 24 de março de 2014,** Altera o artigo 5º da Lei N° 10662, de 13 de Dezembro de 2010 e suas alterações, que Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia, revoga as Leis Municipais N°S 9702, de 20 de Dezembro de 2007 e 10006, de 20 de Outubro de 2008, e dá outras providências. Uberlândia: PMU,2008.

RABELLO, Sônia. **Tombamento.** Dicionário do patrimônio cultural, IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/48/tombamento>, acessado em 17/08/2020.

RIBEIRO, Bruna Pereira; OLIVEIRA, Leticia Parreira. **Formação territorial do Triângulo Mineiro (MG): a cidade de Uberlândia como centro comercial.** InterEspaço, Grajaú, MA. 2015.

RIBEIRO, Patrícia Pimenta Azevedo. **A difusão da Arquitetura Moderna em minas. O arquiteto João Jorge Coury em Uberlândia.** Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 1998.

RIBEIRO, Patrícia Pimenta Azevedo. **A participação da Escola de Arquitetura na construção do Pensamento Moderno e Belo Horizonte.** 3º Seminário *DOCOMOMO Brasil: A permanência do Moderno.* São Paulo, 1999.

_____. **A participação da Escola de Arquitetura na construção do pensamento moderno em Belo Horizonte.** 11º seminário DOCOMOMO, 2016.

RIZZOTTO, Caroline Campos. **Agentes e as gentes: a construção do patrimônio histórico cultural em Uberlândia – Década de 1980.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

RIZZOTTO, Caroline campos; AZEVEDO, Patrícia Pimenta. Nota sobre a preservação do patrimônio cultural em Uberlândia. In: NAKAMUTA, A. S.; JUSTINO, D. de S. (org.) **Arte e Patrimônio de Uberlândia (entre) o passado e o presente.** Uberlândia: Ed. Aline, 2009.

SOUZA, L C C.; MORAES, N A.; **A preservação do Patrimônio Histórico em Minas Gerais: “A lei Robin Hood” e os conselhos municipais de patrimônio.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

STARLING, Monica Barros de Lima. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural em Minas Gerais. **Políticas Culturais em Revista**, v. 2, nº 1, p. 140-156, 2009.

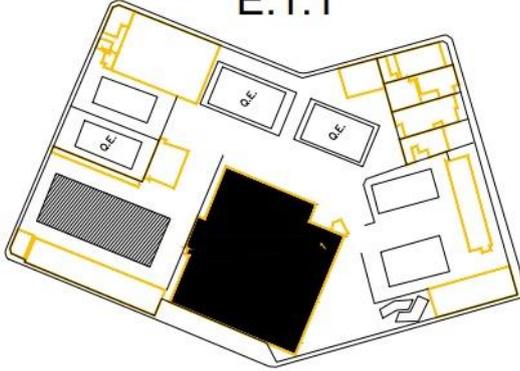
TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: História da criação do município de Uberlândia.** Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

VIANNA, Andrea de Albuquerque. **Identidade nacional na era Vargas: turismo, patrimônio, política e muito mais.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO AV. GETÚLIO VARGAS

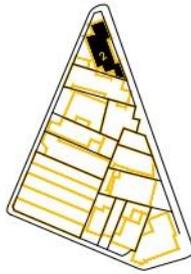


E.1.1



uso: Complexo esportivo
bom estado de conservação
sem grandes alterações visíveis

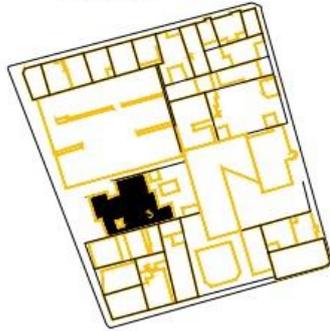
D.1.2



uso: comercial
adaptação para receber uso
comercial

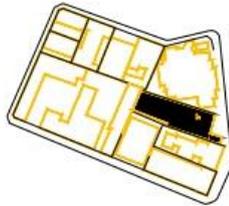


D.3.3



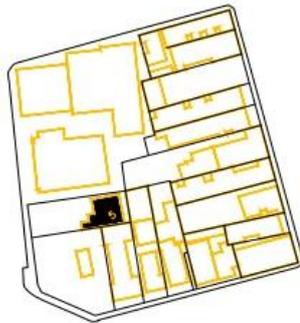
uso: residencial
sem grandes modificações visíveis

E.3.4



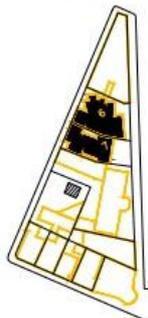
uso: serviço
modificações significativas

D.4.5



uso: serviço
sem grandes
modificações visíveis

E.4.6/7

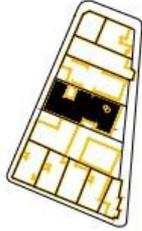


uso: residencial
bom estado de
conservação

uso: serviço
sem grandes
modificações visíveis

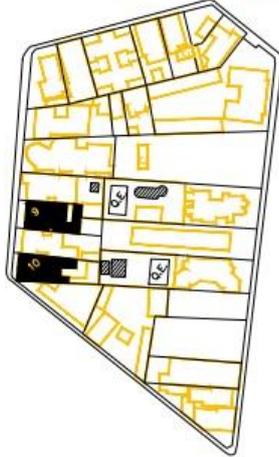


E.9.8



uso: residencial
bom estado de
conservação

D.8.9/10

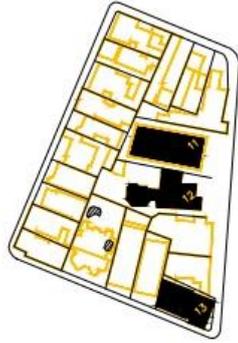


uso: residencial
bom estado de
conservação

uso: residencial
bom estado de
conservação



E.10.11/12/13



uso: serviço
bom estado de
conservação

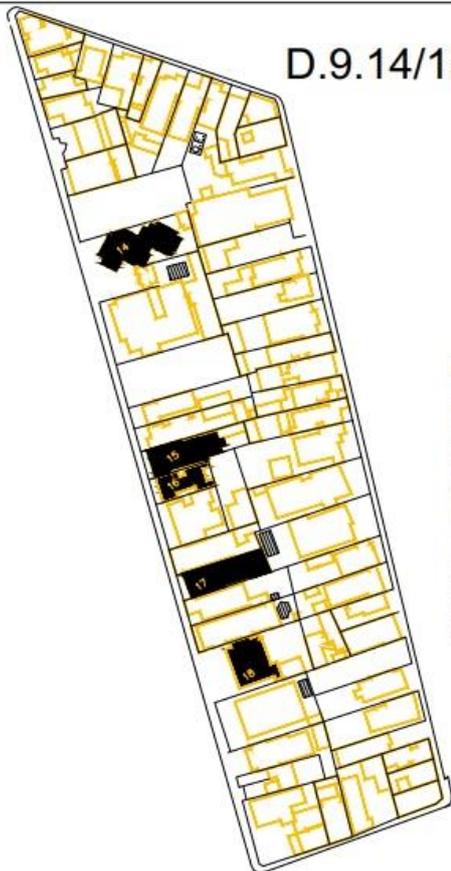


uso: residencial
bom estado de
conservação



uso: residencial
bom estado de
conservação

D.9.14/15/16/17



uso: comercio
modificações
visíveis



uso: comercio
bom estado de
conservação

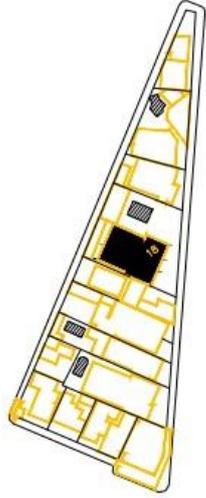


uso: residencial
bom estado de
conservação



uso: comercio
modificações
visíveis

E.12.18

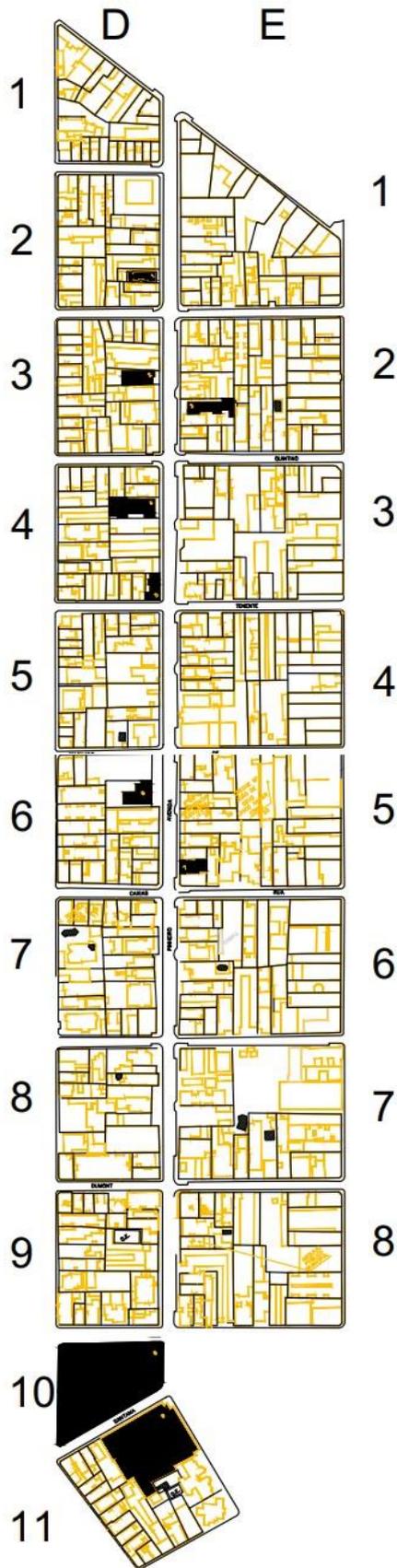


uso: residencial
bom estado de
conservação

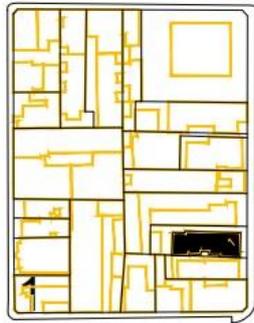


APENDICE B – LEVANTAMENTO AV. JOÃO PINHEIRO

MAPA JOÃO PINHEIRO

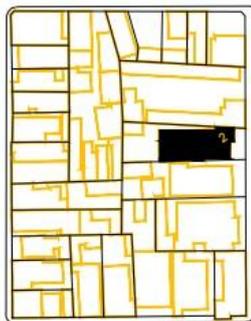


D.2.1



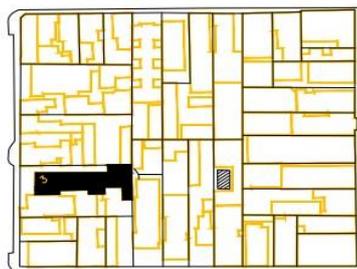
uso: residencial
bom estado de conservação
fachada alterada

D.3.2



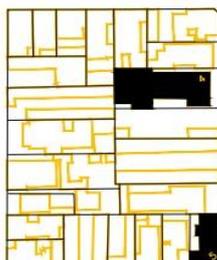
uso: serviço (escola infantil)
mal estado de conservação
fachada alterada+propaganda

E.2.3



uso: residencial
bom estado de conservação
sem grandes alterações visíveis

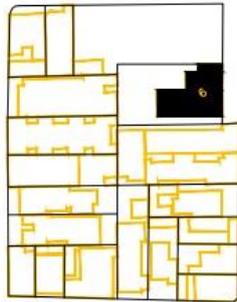
D.4.4/5



uso: comercial
conservação comprometida
mudanças na fachada+propaganda

uso: residencial
bom estado de conservação
poucas modificações visíveis

D.6.6



uso: comercial
conservação comprometida
mudanças na fachada+propaganda

E.5.7



uso: residencial
bom estado de conservação
poucas modificações visíveis

D.10.8



uso: público - praça
bom estado de conservação
poucas modificações visíveis

D.11.9

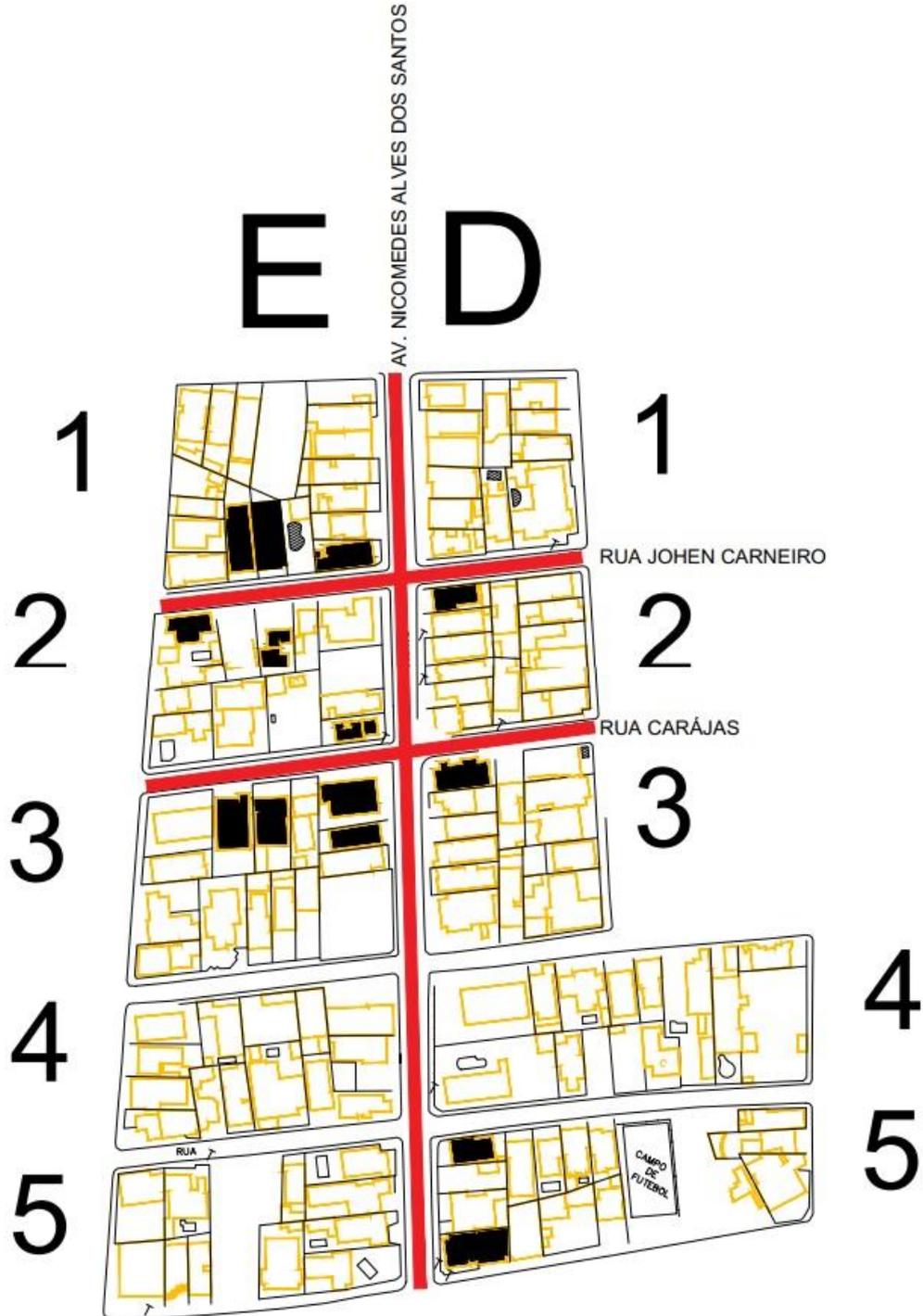


uso: comercial
bom estado de conservação
poucas modificações visíveis

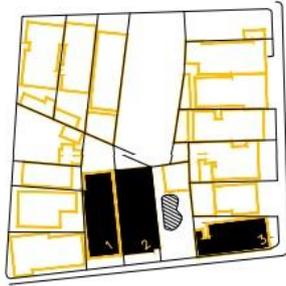
APENDICE C – LEVANTAMENTO AV. NICOMEDES ALVES DOS SANTOS

POR QUE MUDOU A ESCALA DO DESENHO?

MAPA NICOMEDES ALVES DOS SANTOS



E.1.1/2/3



uso: serviço
bom estado de conservação



uso: residencial
bom estado de conservação



uso: serviço
bom estado de conservação

E.2.4/5/6



uso: residencial
bom estado de conservação

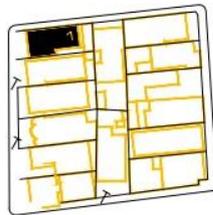


uso: residencial
bom estado de conservação



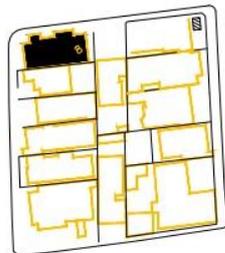
uso: serviço
bom estado de conservação

D.2.7



uso: residencial
bom estado de conservação

D.3.8



uso: serviço
modificações visíveis

E.3.9/10/11/12



uso: residencial
bom estado de conservação



uso: residencial
bom estado de conservação

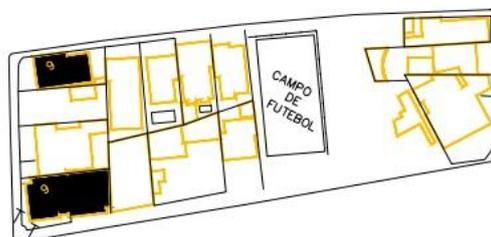


uso: residencial
bom estado de conservação



uso: residencial
bom estado de conservação

E.5.13/14



uso: residencial
bom estado de conservação



uso: residencial
bom estado de conservação

APENDICE D – LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Observação: as leis destacadas em vermelho são aquelas que se relacionam mais especificamente ao COMPHAU

Lei/Decreto	Título
Lei nº 3.955 de 09 de setembro de 1983	Estabelece uma nova organização administrativa para Município e dá outras providências. (Lei que cria a Secretaria Municipal de Cultura)
Lei nº 4.240 de 14 de novembro de 1985	Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Uberlândia. Revogada pela Lei 9.702/2007
Lei nº 4.433 de 1986	Modifica a Lei nº 4.240 de 1985
Decreto nº 3.506 de 31 de março de 1987	Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC - e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 8.545/2001
Decreto nº 3.999 de 07 de outubro de 1988	Modifica o Decreto nº 3.506, de 31 de março de 1987, que dispõe sobre a criação do COMPHAC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia. Revogado pelo Decreto nº 13.104/2011
Decreto nº 4.000 de 07 de outubro de 1988.	Aprova o Estatuto do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia Revogado pelo Decreto no. 8.545/2001
Decreto 8.306 de 13 de outubro de 2000	Designa membros para compor o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia. Revogado pelo Decreto nº 9.416/2004
Lei nº 7.791 de 12 de junho de 2001	Dispõe sobre o COMPHAC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - e dá outras providências.

	Revogada pela lei nº <u>9.702/2007</u>
Decreto 9.416 de 12 de março de 2004	Designa membros para comporem o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC e revoga o Decreto nº 8.306, de 13 de outubro de 2000. Revogado pelo decreto nº 10.198/2006
Lei nº 7.791 de 12 de junho de 2001.	Dispõe sobre o COMPHAC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.702/2007
Decreto nº 8.545, de 17 de agosto de 2001	Aprova o Novo Estatuto do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC e Revoga os decretos nºs 3.506 de 31 de março de 1987 e 4.000 de 07 de outubro de 1988
Lei nº 8.918 de 28 de dezembro de 2004	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no âmbito do município de Uberlândia e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.702/2007
Decreto 10.198 de 14 de março de 2006	Designa membros para comporem a diretoria do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia e Revoga o decreto nº 9.416, de 12 de março de 2004.
Decreto nº 10.715 de 12 de junho de 2007	Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Cultura e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 12.406/2010
Lei nº 9.702 de 20 de dezembro de 2007	Estabelece Normas de Proteção do Patrimônio cultural Municipal. Revoga as Leis nº 4.240 de 14 de novembro de 1985, 7.791 de 12 de junho de 2001 e 8.918 de 28 de dezembro de 2004 revogada pela Lei nº 10662/2010

Decreto nº 11.174 de maio de 2008	Aprova o Estatuto Social do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC e revoga o Decreto nº 11.174 de 13 de maio de 2008. Revogado pelo decreto nº 13.225/2011
Decreto nº 11.273 de julho de 2008	Designa membros para comporem o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC. Revogado pelo Decreto nº 11.478/2008
Lei 10.200 de 23 de julho de 2009	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder isenção do pagamento do IPTU para proprietários de imóveis tombados.
Lei nº 10.662, de 13 de dezembro de 2010	Estabelece Normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia, revoga as leis municipais nº s 9.702 de 20 de dezembro de 2007 e 10.006 de 20 de outubro de 2008 e dá outras providências.
Decreto nº 13.225 de 28 de dezembro de 2011	Aprova o Estatuto Social do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC e revoga o Decreto nº 11.454 de 2 de dezembro de 2008. Revogado pelo Decreto nº 13.453/2012
Lei 11.112 de 14 maio 2012	Altera dispositivos da Lei nº 10.662 de 13 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia, revoga as Leis municipais nºs 9.702 de 20 de dezembro de 2007 e 10.006 de 20 de outubro de 2008 e dá outras providências.
Decreto nº 13.453 de 05 de junho de 2012	Aprova o Estatuto Social Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC e revoga o Decreto nº 13.225 de 28 de dezembro de 2011.

Lei nº 11.723 de 24 de março de 2014	Altera o ART. 5º, da Lei nº 10.662 de 13 de dezembro de 2010 e suas alterações que estabelecem Normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia, revoga as leis municipais nºs 9.702 de 20 de dezembro de 2007 e 10.006 de 20 de outubro de 2008 e dá outras providências.
Decreto nº 14.877 de 14 de maio de 2014	Altera os ARTS. 4º e 30 do Anexo do Decreto nº 13.453 de 5 de junho de 2012 e suas alterações que aprovam o Estatuto Social do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC e revoga o Decreto nº 13.225 de 28 de dezembro de 2011.
Lei nº 12.252 de 10 de setembro de 2015	Revoga o § 6º do art. 5º da Lei nº 10.662, de 13 de dezembro de 2010 e suas alterações que estabelecem normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia, revoga as Leis Municipais nºs 9.702 de 20 de dezembro de 2007 e 10.006 de 20 de outubro de 2008 e dá outras providências.
Decreto nº 16.136 de 12 de novembro de 2015	Altera o artigo 4º do Decreto 13.453 de 28 de dezembro de 2011.
Decreto nº 1.7330 de 03 de novembro de 2017	Altera o Anexo do Decreto nº 13.453 de 5 de junho de 2012 e suas alterações que aprovam o Estatuto Social do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia - COMPHAC - e revoga o Decreto nº 13.225 de 28 de dezembro de 2011.

<p><u>Lei nº 12.720 de 28 de junho de 2017</u></p>	<p>Altera a Lei nº 10.662 de 13 de dezembro de 2010 e suas alterações que estabelecem Normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município de Uberlândia, revoga as Leis Municipais nºs 9.702 de 20 de dezembro de 2007 e 10.006 de 20 de outubro de 2008, e dá outras providências.</p>
--	---

**APENDICE E – LISTA DOS BENS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS
TOMBADOS EM UBERLÂNDIA**

Nome do bem	Decreto de tombamento
Capela de Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga	Lei nº 1.650 de 14/10/1968. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição I, pág. 03
Conjunto Praça Clarimundo Carneiro	Lei nº 4.209 de 25/09/1985. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição II, pág. 04.
<u>Casa da Cultura</u>	<u>Lei nº 4.217 de 15/10/1985. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição III, pág. 05.</u>
<u>Oficina Cultural</u>	Lei nº 4.217 de 15/10/1985 Alterada pelas Leis de nº 12.299, de 19/11/2015 e nº 12.593, de 28/12/16. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição VI, pág. 06.
Igreja de Nossa Senhora do Rosário (sede)	Lei nº 4.263 de 09/12/1985. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição V, pág. 07.
Mercado Municipal	Lei nº 8.130 de 29/10/2002. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição VII, pág. 09.
Residência Chacur	Decreto nº 9.183 de 02/06/2003 – Alterado pelo Decreto nº 15.407, 13/01/2015. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição VIII, pág. 11
Praça Tubal Vilela	Decreto nº 9.676, d e 22/11/2004. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição IX, pág. 12.
Escola Estadual de Uberlândia	Decreto nº 9.904 de 13/06/2005. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição X, pág. 15..
Escola Estadual Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa	Decreto nº 10.216, de 27/03/2006. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XI, pág. 16.
Uberlândia Clube Sociedade Recreativa	Decreto nº 10.223 de 29/03/2006. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XIII, pág. 20.
Estação ferroviária Sobradinho	Decreto nº 10.228 de 31/03/2006. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XII, pág. 18.
Palacete Ângelo Naghettini	Decreto nº 10.230 de 03/04/2006. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XIV, pág. 21.
Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubistchek – atual	Decreto nº 11.632 de 13/04/2009. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XV, pág. 23.

Reserva Técnica do Museu Municipal	
Igreja Nossa Senhora das Dores	Decreto nº 11.995, de 08/12/2009. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XVI, pág. 24.
Sede do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Uberlândia	Decreto nº 12.556 de 02/12/2010. Registrado no Livro do Tombo, Inscrição XVII, pág. 26.
Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães	Decreto nº 13.585, de 21/08/2012 – Alterado pelo Decreto nº 13.792, 03/12/2012. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XVIII, pág. 27.
Capela da Saudade	Decreto nº 17.091, de 08/05/2017. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XIX, pág. 28.
Teatro Grande Otelo	Tombamento por Ordem Judicial do Processo de nº 0389161-56.2011.8.13.0702 da 1ª Vara da Fazenda Pública. Decreto nº 18.035, de 01/04/2019. Registrado no Livro do Tombo Histórico, Inscrição XX, pág. 29.
Igreja do Espírito Santo do Cerrado	Tombamento Estadual aprovado em 18/02/1997 e homologado em 09/05/1997.

APENDICE F – LISTA DE CONSELHEIROS DO COMPHAU
OBS. AS LISTAS DOS CONSELHEIROS FORAM ELABORADAS A PARTIR DOS
REGISTROS NAS ATAS E DOS TERMOS DE POSSE DISPONÍVEIS PARA
CONSULTA

GESTÃO 1987-1989 (16 membros)

MEBROS
Bilá Salazar Drummond
Carmem Silvia Lopes de Paiva
Eurípedes Barsanulfo Valentim
Geralda Maria Guimarães Rodrigues
Humberto Eustáquio da Silva
Jane de Fátima Silva Rodrigues
Karla Reis Cardoso de Melo
Luis Humberto Finotti
Maria Clara Thomas Machado
Maria Cristina B. Abreu
Maria de Lourdes P. Fonseca
Maria Emília da Silva
Maria Inez Galvão Lima
Martha de Freitas Azevedo Pannunzio
Olga Helena da Costa
Paulo de Tarso da Silva
Zênite Martins

GESTÃO 1989-1993 – (21 membros)

MEMBROS	Cargo?
Luiz Humberto Finotti	Presidente
Antônio Carlos Araújo	Vice-presidente
Ênio Martins Thomé	1° Secretário
Hélvio de Lima	2° Secretário
Sônia Godoy Malaspina	1° Tesoureiro
Marlene Fernandes Spini	2° Tesoureira
Bilá Salazar Drummond	

Carmem Silva Lopes Paiva	
Eurípedes Barsanulfo Valentim	
Geralda Maria Guimarães Rodrigues	
Jane de Fátima Silva Rodrigues	
Karla Reis Cardoso de Melo	
Maria Clara Thomaz Machado	
Maria Cristina Bracarense Abreu	
Maria de Lourdes Pereira Fonseca	
Maria Emília da Silva	
Maria Inês Galvão Lima	
Martha de Freitas Azevedo Pannúnzio	
Olga Helena da Costa	
Paulo de Tarso da Silva	
Reynaldo Cazabona	

GESTÃO 1993-1996 (14 membros)

MEBROS	ENTIDADE	CARGO
Reynaldo Gazola	Academia Uberlandense de Letras	Presidente
Antonio Carlos Araujo	-	Vice presidente
Ênio Martins Thomé	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	1º Secretário
Helvio de Lima	Artista Plástico	2º Secretário
Sonia Godoy Malaspina	26º Delegacia Regional de Ensino	1º Tesoureira
Marlene Fernandes Spini	Artes Integradas do Camaru (AICA)	2º Tesoureira
Geralda Guimarães	Diocese de Uberlândia	
Débora Vasconcelos Pimenta	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil	
Elza Teixeira de Freitas	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	
Lucimar Donizete de Almeida	-	
Maria Angelica Fernandes Teixeira	Divisão do Patrimônio Hist. Art. e Cult. de Uberlândia	

Raquel Rocha de Souza	Secretaria Municipal de Planejamento	
Reinaldo Rosa de Souza	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Uberlândia, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (SITICOM)	
Valeria Marques Pereira da Silva	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	

GESTÃO 1996 (9 membros)

MEBROS
Neuza Resende (Secretária da Secretaria Municipal de Cultura)
Ana Maria Teixeira (Acessora da Secretaria Municipal de Cultura)
Vania Lucia Rende (Arquivacionista do Museu Municipal)
Dr. Oscar Virgilio Pereira
Geralda Guimarães
Jane de Fatima
Maria Ines Galvão Lima
Paulo de Freitas
Vininha Rocha

GESTÃO 2000-2001 (28 membros)

MEBROS	ENTIDADE	cargo
Alexandre P França	DEART UFU	Titular
André Luiz de Oliveira	OAB	Titular
Denise Elias Atuxx	SMPU	Titular
Edimilia de Oliveira Silva	MONUVA	Titular
Geralda Maria Guimarães Rodrigues	Diocese de Uberlândia	Titular
Ilma N Tavares	MONUVA	Titular
Isabela Soares Nascimento	UNIT	Titular
Jane de Fátima Silva	UFU (Instituto de História)	Titular
Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Titular
Olga Helena da Costa	Comunidade	Titular
Zênite Martins	UFU	Titular
Marcelo M Biome	UNIT	Suplente
Vania Rende Candelot	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Eder Rizotto	SMMA	
Eloisa Maria Salgado Carvalho	40ª SER	
José Roberto Gonçalves	36º BIMTZ	
Lucia Helena Donato de Freitas	Conselho de entidades comunitárias	
Lúcia Knychala	SMMA	
Luiz Duarte Ulhôa Rocha	AULA	
Marcos Antônio de Oliveira	SMMA	

Maria Eliza Guerra	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	
Marlene Augusto	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	
Milton Leite	CREA	
Miriam Massaro	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	
Regina Beatriz de Melo Lima	40ª SER	
Ricardo Ribeiro Pereira	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	
Saulo Tavares	MONUVA	
Stela Paula Pio	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	
Tania Souza Sabbagh	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	
Zenaide Martins	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	

GESTÃO 2001-2002 (20 membros)

MEBROS	ENTIDADE	CARGO
Avenir Vieira Tannus	SleC	Titular
Cristiano Barbosa	SMA	Titular
Denise Elias Atuxx	SMPU	Titular
Edimilia de Oliveira Silva	MONUVA	Titular
Euripedes Barbosa Jesus	SF	Titular
Fabio Leite	CAM	Titular
Geralda Maria Guimarães Rodrigues	Diocese de Uberlândia	Titular
Jane de Fátima Silva	UFU (Instituto de História)	Titular
Maria Ines c b Mercaldi	SDS	Titular
Marilia Maria Brasileiro Teixeira Vale	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Titular
Messias Lmírio	Coafro	Titular
Olga Helena da Costa	Comunidade	Titular
Telmo Vinicius da Silva	S Agropecuária e Abastecimento	Titular
Zênite Martins	UFU	Titular
Lidia Maria Meirelles	Comunidade	Suplente
Marcelo M Bione	UNIT	Suplente
Milton Leite	CREA	Suplente
Saulo Tavares	MONUVA	Suplente
Suzilei crosara	AICA	Suplente
Tania Souza Sabbagh	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Suplente

GESTÃO 2003-2004 (27 membros)

MEBROS	ENTIDADE	CARGO
Adailson Pinheiro Mesquita	UNIT	Titular
Alessandra Silva Rodrigues	SMPU	Titular
Anderson Henrique Ferreira	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Antonio Ricardo Souza	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Titular
Carlos Henrique Cardoso Angelo	Cons. Comunit. Uberlândia	Titular
Eliane Aparecida dos Santos	Museu do índio	Titular
Flávia Fernandes Carvalho	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Titular
Ildes Monteiro Resende Félix	SME	Titular
João Virmondes Alves Simões	UFU (Instituto de Artes, Filosofia e Ciências Sociais)	Titular
Luciene Lehmkuhl	UFU (Instituto de História)	Titular
Maria Beatriz Camargo Cappello	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Titular
Paulo Henrique Carrara Arantes	CREA	Titular
Saulo Tavares	MONUVA	Titular
Consuelo Benoni Arruda	CREA	Suplente
Alex Sander Rodrigues	Museu do índio	Suplente
Célia Rocha Calvo	UFU (Instituto de História)	Suplente
Cleber Luiz Rodrigues	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Suplente
Daniella Resende Ribeiro Santos	SMPU	Suplente
Gilda Rosa Brasil	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Suplente
Marcia Cristina Medeiros de Freitas	UNIT	Suplente
Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Suplente
Sergio Chaves	SME	Suplente
Telma Santos de Castro	Cons. Comunit. Uberlândia	Suplente
Valeria Maria Queiroz Cavalcante	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Valeria Ochoa Oliveira	UFU (Instituto de Artes, Filosofia e Ciências Sociais)	Suplente
Milton Leite	Comunidade	-
Olga Helena da Costa	Comunidade	-

GESTÃO 2004-2006 (28 membros)

MEBROS	ENTIDADE	CARGO
Maria de Lourdes Pereira Fonseca	UFU	Presidente
Luciano Macedo Pena	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Vice presidente
Beatriz de Melo	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	1º secretaria
Denise Elias Attux	SMPU	2º secretaria
Anderson Ferreira	Comunidade de Uberlândia	Titular
Célia Rocha	UFU (Instituto de História)	Titular
Cristiano Barbosa	SMMA	Titular
Eleusa Marta Mendonça	SM Agropecuária e abastecimento	Titular
Eliane Aparecida dos Santos	Museu do Índio	Titular
Luciano Pena	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Titular
Liberace M ^a F. Ferreira	SME	Titular
Maria Bordignon Draise	Procuradoria Geral do Mun.	Titular
Rodrigo Camargo Moreth	UFU	Titular
Tania Souza Sabbagh	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Titular
Teresa Cristina de P. M. Cunha	Secretaria Municipal de Comunicação Social	Titular
Adailson Mesquita Pinheiro	UNIT	Suplente
Alexsandra Venancio Rocha	Procuradoria Geral do Mun.	Suplente
Ana Maria Guirrado Rodrigues	Museu do índio	Suplente
Arlete Gomes Rosa	SMMA	Suplente
Célia Calvo	UFU (Instituto de História)	Suplente
Dolores Mendes	Secretaria Municipal de Comunicação Social	Suplente
Luciene Lehmkuhl	UFU (Instituto de História)	Suplente
Marcelo M. Bione	UNIT	Suplente
Maria Dorcinda de Queiroz	SME	Suplente
Tatiana dos Santos Martins	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Suplente
Telmo Vinicius da Silva	Secretaria Municipal Agropecuária e Abastecimento	Suplente
André Campos		

GESTÃO 2006-2008 (28 membros)

MEMBROS	ENTIDADE	CARGO
Eliane Aparecida dos Santos		Presidente
Adailson Pinheiro Mesquita	UNIT	Vice Presidente
Alessandra Silva Rodrigues	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Titular

Anderson Henrique Ferreira	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Antônio Ricardo Souza	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Titular
Carlos Henrique Cardoso Ângelo	Conselho de Entidade Comunitária de Uberlândia (CEC)	Titular
Eliane Aparecida dos Santos	Museu do Índio	Titular
Flávia Fernandes Carvalho	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Titular
Ildes Monteiro Resende Félix	SME	Titular
João Virmondos Alves Simões	UFU (Instituto de Artes, Filosofia e Ciências Sociais)	Titular
Luciene Lehmkuhl	UFU (Instituto de História)	Titular
Maria Beatriz Camargo Capello	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Titular
Milton Leite	Membros da Comunidade	Titular
Olga Helena da Costa	Membros da Comunidade	Titular
Paulo Henrique Carrara Arantes	ASSENG - Associação Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos	Titular
Saulo Tavares	MONUVA	Titular
Alex Sander Rodrigues	Museu do Índio	Suplente
Celia Rocha Calvo	UFU (Instituto de História)	Suplente
Cleber Luiz Rodrigues	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Suplente
Consuelo Benoni Arruda	ASSENG - Associação Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos	Suplente
Daniella Resende Ribeiro Santos	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Suplente
<u>Gilda Eliane Rodrigues do Brasil Castro</u>	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Suplente
Marcia Crsitina de Freitas	UNIT	Suplente
Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Suplente
Sergio Chaves	SME	Suplente
Telma Santos de Castro	Conselho de Entidade Comunitária de Uberlândia (CEC)	Suplente
Valeria Maria Queiroz Cavalcante Lopes	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Valeria Ochoa Oliveira	UFU (Instituto de Artes, Filosofia e Ciências Sociais)	Suplente

GESTÃO 2008-2010 (44 membros)

MEBROS	ENTIDADE	CARGO
Adailson Pinheiro Mesquita	UNITRI	Vice Presidente
Valeria Maria Queiroz Cavalcanti	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	1º Secretária
Alair José Rabello	Associação e Movimentos de Culturas Populares	Titular
Alessandra Silva Rodrigues	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Titular
Anderson Henrique Ferreira	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Antonio Ricardo Souza	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Titular
Daniela Resende Ribeiro Santos	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Titular
Ildes Monteiro Resende Félix	SME	Titular
João Virmondos Alves Simões	UFU (Instituto de Artes, Filosofia e Ciências Sociais)	Titular
José Alencar da Silva	Associação dos Artesãos de Uberlândia (AAU)	Titular
Lidia Maria Meirelles	UFU	Titular
Maria Beatriz Camargo Capello	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Titular
Maria Carolina Boaventura	Conselho de Entidade Comunitária de Uberlândia (CEC)	Titular
Maria Rosalina Souza Pereira	Representantes do Mun. Udia	Titular
Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale	UFU	Titular
Milton Leite	Conselho de Entidade Comunitária de Uberlândia (CEC)	Titular
Newton Dângelo	UFU	Titular
Olga Helena da Costa	Conselho de Entidade Comunitária de Uberlândia (CEC)	Titular
Paulo Henrique Carrara	CREA	Titular
Paulo Roberto Salomão Junior	Representantes do Mun. Udia	Titular
Ramon Rodrigues	Associação e Movimentos de Culturas Populares	Titular
Saulo Tavares	MUNUVA	Titular
Sergio Augusto Peixoto	Instituições privadas qual?	Titular

Alex Sander Rodrigues	Museu do Índio	Suplente
Caroline Campos Rizzoto	Conselho de Entidade Comunitária de Uberlândia (CEC)	Suplente
Claucia Jeremias Bizzo Navarro	CREA	Suplente
Daniella Resende Ribeiro Santos	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Suplente
Francisco das Chagas	Uberlândia (AAU)	Suplente
Iara Helena Magalhães	Instituições privadas	Suplente
João Batista Silva	Associação e Movimentos de Culturas Populares	Suplente
José Claudio Silva Cardoso	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Suplente
Josianne Francia Cerasoli	UFU	Suplente
Juraciara Rezende Oliveira	Museus e Centros de Doc. e Memória de Uberlândia	Suplente
Luciano Henrique de Tarso Luiz	Representantes do Mun. Udia	Suplente
Marcela Nogueira Prado	Conselho de Entidade Comunitária de Uberlândia (CEC)	Suplente
Márcia Mattos Dorneles	Representantes do Mun. Udia	Suplente
Maria Auxiliadora Testa Aguirre	Representantes do Mun. Udia	Suplente
Marília de Paula Freire Borges	Representantes do Mun. Udia	Suplente
Raquel Melo Salimeno Sá	UFU	Suplente
<u>Regina Kanasi</u>	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Suplente
Rodrigo Camargo Moretti	UFU	Suplente
Rubens Aparecido Assunção	Associação e Movimentos de Culturas Populares	Suplente
Sergio Chaves	SME	Suplente
Valeria Ochoa Oliveira	UFU (Instituto de Artes, Filosofia e Ciências Sociais)	Suplente

GESTÃO 2012-2014 (30 membros)

MEBROS	ENTIDADE	CARGO
Antônio Ricardo de Souza	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Titular
Clarice Costa Ferreira	Comunidade	Titular
Daniel Gervásio Bernardes	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Titular
David Thomaz Neto	CREA	Titular
Eduardo Arnolde Afonso de Castro	SMSU	Titular

Gilberto Neves	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Gleper Neto de Siqueira Júnior	SMA	Titular
Janaina Garzone Messias	Procuradoria Geral do Município de Uberlândia	Titular
Juscelino Humberto Cunha Machado Junior	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Titular
Marcia Cristina Medeiros de Freitas	SMMA	Titular
Maria Regina Guedes Bernardes	Comunidade	Titular
Maria Regina Ribeiro Gonçalves	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Marise da Silva Carrijo	SMDET	Titular
Olga Helena da Costa	Comunidade	Titular
Valeria Maria Queiroz Cavalcante	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Warley Eustáquio Rodrigues Alves	SMPU	Titular
Carlos Guimarães Coelho	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Egmar Souza Ferraz	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Suplente
Eugênia Alice dos Santos Leite	SMA	Suplente
Iraci José da Silva Filho	SMPU	Suplente
Júlio Cezar Pereira Alvim	CREA	Suplente
Laise Lagoa Ribeiro	SMSU	Suplente
Liliany Santana da Silva	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Lucia Helena Teodoro	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Maria Carolina Rodrigues Boaventura	Comunidade	Suplente
Noam Alves Martins	SMMA	Suplente
Paulo Sérgio da Silva	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Suplente
Pedro Castro Mendes	SMDET	Suplente
Pedro Leonardo da Costa	Procuradoria Geral do Município de Uberlândia	Suplente
Tarcísio Marques	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Suplente

GESTÃO 2014-2016 (33 membros)

MEBROS	ENTIDADE	CARGO
Andreia Bernardes	ADET	Titular
Antônio Ricardo de Souza	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Titular

Aparecido Vani	Comunidade	Titular
Carla Miucci Ferraresi de Barros	INHIS	Titular
Daniel Gervásio Bernardes	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Titular
Eduardo Arnolde Afonso de Castro	SMSU	Titular
Eliane de Fátima Ferreira	SMDET	Titular
Gilberto Neves	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Gleper Neto de Siqueira Júnior	SMA	Titular
Guilherme Augusto Soares da Mota	SMPU	Titular
Janaina Garzone Messias	Procuradoria Geral do Município de Uberlândia	Titular
Júlio Cezar Pereira Alvim	CREA	Titular
Marcia Cristina Medeiros de Freitas	SMMA	Titular
Maria Carolina Rodrigues Boaventura	Comunidade	Titular
Maria Regina Ribeiro Gonçalves	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Titular
Olga Helena da Costa	Comunidade	Titular
Valeria Maria Queiroz Cavalcante	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Adriana Cristina Resende de Oliveira	SMMA	Suplente
Bruno Felipe dos Santos	ADET	Suplente
David Thomaz Neto	CREA	Suplente
Denise Elias Attux	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Egmar Souza Ferraz	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Suplente
Eugênia Alice dos Santos Leite	SMA	Suplente
Iraci José da Silva Filho	SMPU	Suplente
Laise Lagoa Ribeiro	SMSU	Suplente
Lucia Helena Teodor	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Luciene Alves da Silva	SMDET	Suplente
Newton Dângelo	INHIS	Suplente
Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Suplente
Pedro Leonardo da Costa	Procuradoria Geral do Município de Uberlândia	Suplente

Rosane Ribeiro Borges	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Tarcísio Marques	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Núcleo Uberlândia	Suplente

GESTÃO 2017-2019 (36 membros)

MEBROS	ENTIDADE	CARGO
Mônica Debs Diniz	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Presidente
Valéria Maria Queiroz Cavalcanti Lopes	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Secretária
Ana Paula Spin	INHIS	Titular
Ariel Luis Lazzarin	Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)	Titular
Gleper Neto de Siqueira Júnior	SMA	Titular
Júlio César Pereira Alvim	Comunidade	Titular
Kátia Bizinotto Macedo Soares	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Titular
Livia Mara Chaves	ADET	Titular
Luiz Carlos de Laurentiz	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Titular
Matheus Pires Silveira	Comunidade	Titular
Michelle Siqueira Oliveira	SMPU	Titular
Olga Helena da Costa	Comunidade	Titular
Paulo Luiz Galvão	ASSENG - Associação Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos	Titular
Rosa Maria Marra	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Sthéfane Alves Vasconcelos	Procuradoria Geral do Município de Uberlândia	Titular
Sueli de Melo Malaquias	SMMA	Titular
Thalita Asperti Travençolo	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Titular
Vinícius Chaves Vieira	SMDET	Titular
Artur Polovonick Matos	ASSENG - Associação Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos	Suplente
Beatriz Alves Goulart Rocha	Comunidade	Suplente
Beatriz de Macedo Oliveira	Comunidade	Suplente
Elisa Pires Teodoro	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Gláucio Henrique Chaves	SMPU	Suplente
Guilherme Amaral Luz	INHIS	Suplente
Heloisa Vasconcelos Santos	ADET	Suplente

Kellen Cristina Alves Lopes	Procuradoria Geral do Município de Uberlândia	Suplente
Laise Lagoa Ribeiro	SMMA	Suplente
Leciane Leandra Medeiros	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Lucia Helena Teodoro	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente
Luciano de Salles Monteiro	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Suplente
Luciene Alves da Silva	SMDET	Suplente
Luís Eduardo dos Santos Borda	UFU (Arquitetura e Urbanismo)	Suplente
Pedro Henrique Rodrigues de Oliveira	SMA	Suplente
Roberto Pereira Andrade	Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)	Suplente
Taciana Gonçalves Teixeira	Comunidade	Suplente
Thaís Tormin Porto Arantes	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Suplente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Sala 234 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4433 - www.ppgau.faued.ufu.br - coord.ppgau@faued.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	sete de dezembro de 2020	Hora de início:	15h:00	Hora de encerramento:	17:40
Matrícula do Discente:	11822ARQ022				
Nome do Discente:	Matheus Pires Silveira				
Título do Trabalho:	Processos da Patrimonialização da Arquitetura Moderna em Uberlândia (MG): história, desafios e perspectivas.				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Trajetos da Patrimonialização: legislação, conceitos e práticas na preservação do Patrimônio Cultural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.				

Reuniu-se em web conferência pela plataforma Mconf-RNP, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Prof.ª Dr.ª Monica Junqueira de Camargo – FAU.USP; Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro – PPGAU.FAUeD.UFU e Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale – PPGAU.FAUeD.UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Pires Silveira, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Pimenta Azevedo Ribeiro, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Junqueira Camargo, Usuário Externo**, em 15/12/2020, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2429638** e o código CRC **57CB3601**.